

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



**A administração local da educação no concelho de Palmela: a
gestão das competências no campo educacional**

Sandra Filipa Silva Coelho

Relatório Final de Estágio

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Área de Especialização em Administração Educacional

2012

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



**A administração local da educação no concelho de Palmela: a
gestão das competências no campo educacional**

Sandra Filipa Silva Coelho

Relatório Final de Estágio orientado pelo Professor Doutor Luís Miguel
Carvalho

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

2012

Agradecimentos

A todos os que trabalham na Divisão de Educação da Câmara Municipal de Palmela

e que me acolheram: Dra. Fernanda Rolo, Dra. Helena Carrilho,

D. Ana Felício, D. Ana Agostinho, Sr. José Ratinho,

D. Idalina Polido, D. Isabel Barreiros, D. Maria José Travanca,

D. Maria José Vitória, D. Paula Gamito, Sandra Cordeiro e Rute Regula.

À minha família, especialmente, quem me acompanhou de perto

Mãe, Pai, Madrinha e Daniel Queiroga

Ao Professor Luís Miguel Carvalho e Ana Patrícia Almeida

Resumo

Este relatório surge no âmbito do estágio realizado na Divisão de Educação da Câmara Municipal de Palmela (CMP) e comporta todas as etapas desenvolvidas no âmbito do mesmo. Integrado no curso de Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Administração Educacional, o estágio curricular teve como ponto de partida os objetivos norteadores desta mesma área científica, procurando, nomeadamente, o desenvolvimento de competências (de diagnóstico, de conceção, de coordenação) para o exercício de atividades de gestão em organizações do sector da administração da educação a nível local, bem como o desenvolvimento de competências para a realização de projetos de intervenção profissional e de investigação nesses contextos organizacionais.¹

Desta forma, numa primeira parte, o relatório procura dar conta das atividades realizadas ao longo do ano letivo em que o estágio curricular se desenvolveu, enquadrando as mesmas no quadro teórico que sustenta a administração local da educação.

Numa segunda parte, apresenta-se um breve estudo de diagnóstico sobre a forma como a CMP gere as áreas de intervenção ao nível dos Transportes Escolares, do Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção), do Pré-Escolar e da Ação Social Escolar (apoio a Livros e Material Escolar e às Refeições). Para a realização deste estudo foram utilizadas como técnicas de recolha de dados a entrevista (realizada aos responsáveis por cada área de intervenção) e a pesquisa arquivística. Da análise dos dados foi possível tecer algumas considerações finais que apontam para uma atuação da CMP que extravasa as competências dispostas nos diplomas legais². No que respeita às áreas de intervenção estudadas, Transportes Escolares, Parque Escolar, Pré-Escolar e Ação Social Escolar.

Palavras-Chave: Administração Local, Estágio Curricular, Transportes Escolares, Parque Escolar, Pré-Escolar, Ação Social Escolar.

¹ Apresentação e objetivos do curso de Mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Administração Educacional, disponível em: http://www.ie.ul.pt/portal/page?_pageid=406,1038529&_dad=portal&_schema=PORTAL, acedido a 28 de outubro de 2012.

² Na Lei nº42/83, com alterações no Decreto-Lei n.º 299/84 e no Decreto-Lei n.º 399-A/84, na Lei nº 159/99, com alterações no Decreto-Lei n.º 144/2008 e na Lei n.º 169/99.

Abstract

This report comes in the context of the Education Division of the City Hall in Palmela (CMP) and holds all the stages developed in the context of the internship.

Integrated in the Master's degree in Educational Sciences, the curricular internship took as a starting point the guided objectives of the same scientific area, looking, namely, for the development of competences (diagnostic, designing, coordination) for the exercise of activities of management in organizations of the sector of the administration of the education at local level, as well as the development of competences for the realization of projects of professional intervention and research in these organizational contexts³.

In this way, in a first part, the report tries to notice the activities carried out along the academic year in which the curricular internship was developed, framing them in the theoretical framework that sustains the local administration of education.

The second part presents a brief diagnostic study on how the CMP manages the areas of intervention in the Transportation School, Educational Facilities (designing, equipping and maintenance), the Preschool and School Social Action (support for books & school meals).

For this study were used as data collection techniques the interview (held to account for each intervention area) and archival research. From the data analysis it was possible to make a few final remarks that point to a role that goes beyond the CMP skills arranged in legislation⁴. Regarding intervention areas studied, Transportation School, Educational Facilities, Preschool and School Social Action.

Keywords: Local Government, Internship, Transportation School, Educational Facilities, Preschool, School Social Action.

³ Introduction and objectives of the Master of Science in Education, specialization in Educational Administration, available at: http://www.ie.ul.pt/portal/page?_pageid=406,1038529&_dad=portal&_schema=PORTAL, accessed October 28, 2012.

⁴ In Law No. 42/83, as amended by Decree-Law no. 299/84 and Decree-Law no. 399-A/84, Law No. 159/99, as amended by Decree-Law n. 144 / 2008 and Law no. 169/99.

Índice

Introdução	12
1º Capítulo: O Estágio Curricular na Câmara Municipal de Palmela	15
1. O concelho de Palmela	17
1.1. O concelho de Palmela: história e evolução	20
2. A Câmara Municipal de Palmela	23
2.1. Administração Local	23
2.2. O executivo da CMP	25
2.3. Estrutura Orgânica da CMP	26
2.4. O Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude	27
2.4.1. A Divisão de Intervenção Social e Juventude	29
2.4.2. A Divisão de Educação	31
2.4.3. Áreas de intervenção da Divisão de Educação	36
2.4.4. Modo de funcionamento	37
2.4.5. Caracterização das funções do gestor	39
2.5. Estrutura Organizacional, Clima Organizacional e Ambiente Organizacional	41
2.5.1. Estrutura Organizacional	42
2.5.2. Clima Organizacional	43
2.5.3. Ambiente Organizacional	43
2.6. Palmela e a Educação	44
2.6.1. Conselho Municipal de Educação	48
2.6.2. Carta Educativa do Concelho de Palmela	50
2.6.3. Cidade Educadora	54
3. O Estágio Curricular	57
3.1. Objetivos do Estágio Curricular	57
3.2. Desenvolvimento do Estágio Curricular	58
3.3. Atividades e Funções desenvolvidas na Divisão de Educação	59
3.4. Reflexão	66

2º Capítulo: Estudo de Diagnóstico: “Gestão das áreas de intervenção na Câmara Municipal de Palmela”	68
1. Estudo de Diagnóstico	69
1.1. Decisão do tema a estudar	70
1.2. Objetivos do estudo de diagnóstico	70
1.3. Enquadramento Metodológico	71
1.3.1. Estratégia de Investigação	72
1.3.2. Técnicas de recolha/produção de dados	73
1.4. Apresentação dos resultados finais	77
Considerações Finais	102
Referências Bibliográficas	104
Outras Fontes	106
Anexos	109
1. Guião Entrevista – Área de Competência: Transportes Escolares	110
2. Guião Entrevista – Área de Competência: Ação Social Escolar	115
3. Guião Entrevista – Área de Competência: Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção)	120
4. Guião Entrevista – Área de Competência: Pré-Escolar	125
5. Protocolo da entrevista realizada à competência dos Transportes Escolares	132
6. Protocolo da entrevista realizada à competência do Parque Escolar	139
7. Protocolo da entrevista realizada à competência da Ação Social Escolar	148
8. Protocolo da entrevista realizada à competência do Pré-Escolar.....	152
9. Grelha de Análise de conteúdo das entrevistas	170

Índice de Tabelas

- Tabela 1: Superfície do concelho de Palmela em km ²	17
- Tabela 2: População Ativa e Ativa e Empregada no concelho de Palmela e nas suas freguesias, nos anos de 1991 e 2001	18
- Tabela 3: População inserida em cada setor de atividade no concelho de Palmela, no ano de 2001	19
- Tabela 4: Distribuição dos Funcionários da Divisão de Educação, no ano de 2011	39
- Tabela 5: Número de Equipamentos Escolares Públicos que existem no concelho de Palmela, no ano de 2008	45
- Tabela 6: Número de Equipamentos Escolares Particulares e Cooperativos do concelho de Palmela, no ano de 2008	45
- Tabela 7: Agrupamentos de Escolas no concelho de Palmela, no ano de 2009	47
- Tabela 8: Escolas Não Agrupadas no concelho de Palmela, no ano de 2009	47
- Tabela 9: Taxa de retenção e de desistência no Ensino Básico Regular no concelho de Palmela, no ano letivo de 2010/2011	47
- Tabela 10: Taxa de participação em cursos profissionais no Ensino Secundário Regular no concelho de Palmela, no ano letivo de 2010/2011	48

Índice de Figuras

- Figura 1: Configurações do Departamento de Educação e Intervenção Social	28
- Figura 2: Configuração da Divisão de Educação	38

Índice de Gráficos

- Gráfico 1: População residente no concelho de Palmela, por grupo etário, no ano de 2010	19
--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

CDU – Coligação Democrática Unitária

CMEP – Conselho Municipal de Educação de Palmela

CMP – Câmara Municipal de Palmela

DL – Divisão de Logística

DRELVT – Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

EB - Escola Básica

HAB - Habilitações

INE – Instituto Nacional de Estatística

LIC- Licenciatura

PAE- Programa de Alimentação Escolar

PS – Partido Socialista

SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal

TST- Transportes Sul do Tejo

Introdução

O presente relatório tem como base a realização de um estágio curricular no âmbito do 2º ano do Mestrado em Ciências da Educação, na Área de Especialização em Administração Educacional. O estágio curricular decorreu na Divisão de Educação do Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude da CMP, entre setembro de 2011 e maio de 2012.

A escolha do local para desenvolver o estágio curricular recaiu sobre a Divisão de Educação da CMP, em primeiro lugar, fruto de uma vontade de realização do estágio num serviço de administração local de educação; em segundo lugar, pelo conhecimento da ação da CMP ao nível da educação, nomeadamente os projetos desenvolvidos na área da Educação pela Arte; e, finalmente, por razões de facilidade de acesso ao local de estágio.

A CMP integra a rede de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, situando-se no distrito de Setúbal. Este distrito é composto por 13 concelhos⁵, sendo o concelho de Palmela, o quarto maior, com cerca de 462,87 km².

Mas, não é só a dimensão que se destaca, como a única característica deste município. Outra característica, que merece ser salientada, é a integração do município de Palmela no Movimento das Cidades Educadoras. Sendo que:

“o município de Palmela faz parte integrante do Movimento das Cidades Educadoras desde o ano de 2000. Este movimento é representado pelo poder local das cidades associadas, que se agrupam com o objetivo de trabalhar conjuntamente em projetos e atividades de diversas áreas, propostas aos seus habitantes com propósitos educativos.” (Câmara Municipal de Palmela, 2012)⁶.

Lembrando Fernandes (2004) que refere que o município

“(...) assumindo-se não apenas como um executor das políticas governamentais mas agindo quer no sentido de complementar as missões que a legislação lhe atribui no sentido de intervir em iniciativas locais que apontam para a emergência de uma política educativa local.” (Fernandes, 2004, p. 40).

⁵ O Distrito de Setúbal é composto pelos concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

⁶ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/movimento+das+cidades+educadoras/Movimento+das+Cidades+Educadoras.htm>, consultado a 24 de novembro de 2012.

importa salientar a importância das autarquias na construção de uma política educativa ao nível local. Às autarquias cabe exercer funções em vários domínios, nomeadamente da educação que “a partir da análise da situação concreta do território” definam

“prioridades educativas que se integrem na política nacional e que constituam uma recriação original dessa política. Mais do que uma mera aplicação local de grandes prioridades nacionais, trata-se de uma redescoberta e de uma reinterpretação feita a partir das condições locais.” (Canário, 1999, p. 2).

Ou como sublinha Pinhal (2003), “(...) um referencial de gestão estratégica (...) ao nível local, ou seja, uma base para o desenvolvimento de políticas por parte das entidades que dispuserem de competência para o efeito [designadamente as autarquias locais (...)].” (Pinhal, 2003, p. 2).

As competências das autarquias no domínio da educação têm sofrido uma evolução, que é visível nos vários diplomas que as regem. Como afirma Fernandes (2004), esta evolução revela,

“(...) que o município passasse de simples financiador obrigatório da educação básica, a parceiro social e finalmente a elemento activo da política educativa local. (...) As transferências de competências para os municípios legalizadas em 1984 geraram algumas tensões entre municípios e governo. Elas resultam da imposição de novos ónus financeiros sem que as finanças locais recebessem uma contrapartida adequada. (...) Os acordos celebrados com o Governo a partir de 1995 amorteceram estes conflitos e mostraram também que os municípios com o decurso do tempo não só interiorizaram as suas obrigações educativas como reforçaram a sua capacidade para negociar com o governo a repartição dos encargos com a educação. (...) Um último aspecto que caracteriza a actuação municipal na educação é o papel de mediador, de influenciador e mesmo de liderança das reivindicações locais perante o poder central quando se trata de obter determinados cursos, escolas ou apoios educativos para o concelho. (...) ou seja para representar perante a administração e outros implicados os interesses da população.” (Fernandes, 2004, pp. 38, 39 e 40).

Atualmente, as competências das autarquias no domínio da educação, previstas na Lei nº 159/99 de 14 de setembro, incluem:

“(...) construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar (...) construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico (...) assegurar os transportes escolares; assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico; garantir o alojamento aos alunos que frequentem o ensino básico, como alternativa

ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar; compartilhar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da ação social escolar; apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico; participar no apoio à educação extra-escolar; gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.” (Artigo 19º, Lei nº. 159/99, de 14 de setembro).

Esclarecido que está o contexto em que o estágio curricular foi desenvolvido, importa agora apresentar a estrutura do presente relatório. Assim sendo, o relatório encontra-se dividido em duas partes.

Na primeira parte, e com o intuito de enquadrar e contextualizar o estágio curricular, é feita, em primeiro lugar, uma caracterização do concelho de Palmela, da CMP e dos serviços afetos à Educação. Num segundo momento é feita uma descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio curricular à medida que se vão enquadrando as mesmas no quadro teórico que sustenta a administração local da educação.

Na segunda parte é apresentado um breve estudo de diagnóstico que tem como finalidade compreender de que forma a CMP gere as áreas de intervenção ao nível dos transportes escolares, da ação social escolar (apoio a livros e material escolar e refeições), do parque escolar (conceção, apetrechamento e manutenção) e do pré-escolar. Por forma a alcançar o objetivo geral do estudo definiram-se os seguintes objetivos específicos, a saber:

- a) conhecer quais são os meios utilizados pelos técnicos para o cumprimento das suas tarefas;
- b) conhecer quais são os meios humanos necessários para o desenvolvimento das áreas de intervenção da Divisão de Educação;
- c) identificar quais são os problemas mais comuns na gestão das diferentes áreas de intervenção da Divisão de Educação e;
- d) conhecer como é feita a gestão diária de cada área inserida na Divisão de Educação.

1º Capítulo: O Estágio Curricular na Câmara Municipal de Palmela

Este primeiro capítulo debruça-se sobre o desenvolvimento do estágio curricular desenvolvido na Divisão de Educação, do Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude, da CMP.

Assim sendo, e com o intuito de contextualizar o local onde foi realizado o estágio, em primeiro lugar será feita uma caracterização breve do concelho de Palmela, bem como da CMP. Seguidamente será feita uma descrição da Divisão de Educação, do ponto de vista estrutural e funcional. Num segundo momento será feita uma descrição do estágio propriamente dito e das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo 2011/2012. Ao longo de todo este capítulo será mobilizado o quadro teórico da administração educacional (área de especialização em que foi realizado o estágio curricular), em particular da administração local da educação.

1. O concelho de Palmela

O concelho de Palmela distingue-se por ser um dos maiores do distrito de Setúbal, com cerca de 465 km², como é possível observar na Tabela 1 e uma população de aproximadamente 64 946 habitantes. Administrativamente divide-se em cinco freguesias, a saber, Pinhal Novo (54,5 km²), Palmela (76,6 km²), Quinta do Anjo (51,2 km²), Marateca (130,8 km²) e Poceirão (151 km²)⁷. Os limites geográficos do concelho de Palmela são com os concelhos de Benavente, Montijo, Moita, Setúbal, Vendas Novas, Alcácer do Sal, Barreiro e Alcochete.

Tabela 1: Superfície do concelho de Palmela em km²⁸.

Localização geográfica	Superfície (km ²) do território nacional por localização geográfica	
	Período de referência dos dados	
	2001	
	Km ²	
Palmela	465,1	

Fonte: INE

⁷ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/6A76BF94-B0F8-40E6-9EBE-C27C32089F46/0/GeografiadoConcelho.pdf>, consultado a 11 de dezembro de 2012.

⁸ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main, consultado em dezembro de 2012.

Em Palmela existem algumas atividades económicas que se destacam pela importância que desempenham no concelho. É de realçar a agricultura, a vinicultura, a pastorícia e as indústrias de montagem eletrónica. Relativamente à população que se encontra ativa, à população ativa e empregada e à população desempregada, a Tabela 2 e a Tabela 3, demonstram a realidade do concelho de Palmela no ano de 2001.

Tabela 2: População Ativa e Ativa e Empregada no concelho de Palmela e nas suas freguesias, nos anos de 1991 e 2001⁹.

Unidade Territorial	População Activa		População Activa e Empregada	
	Nº	Nº	Nº	Nº
	1991	2001	1991	2001
Marateca	1671	1767	1549	1640
Palmela	6425	8308	5834	7633
Pinhal Novo	6932	10884	6172	9893
Poceirão	2135	2075	1980	1961
Quinta do Anjo	2889	3981	2685	3749
Concelho de Palmela	20052	27015	18220	24876
Península de Setúbal	297329	366350	266747	333606
Portugal	4395835	4990208	4129690	4650947

Fonte: CMP

Na Tabela 2 é possível observar que existiu um aumento, tanto a nível da população ativa, como da população ativa e empregada, no concelho de Palmela, entre o ano de 1991 e o ano de 2001. Das cinco freguesias que compõem este concelho, apenas é de salientar a freguesia de Poceirão como a única freguesia que não registou um aumento da sua população, quer ativa como ativa e empregada. Ao analisar a Tabela 2 é possível referir, também, que a freguesia que demonstrou um maior aumento tanto da população ativa, como da população ativa e desempregada, foi a freguesia de Pinhal Novo; seguidamente a freguesia de Palmela; em terceiro lugar surge Quinta do Anjo e por fim Marateca.

⁹ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/o+concelho/Estat%C3%ADsticas+e+N%C3%BAmeros/?WBCMODE=AuthoringPrevieservicos>, consultado a 12 de dezembro de 2012.

Tabela 3: População inserida em cada setor de atividade no concelho de Palmela, no ano de 2001¹⁰.

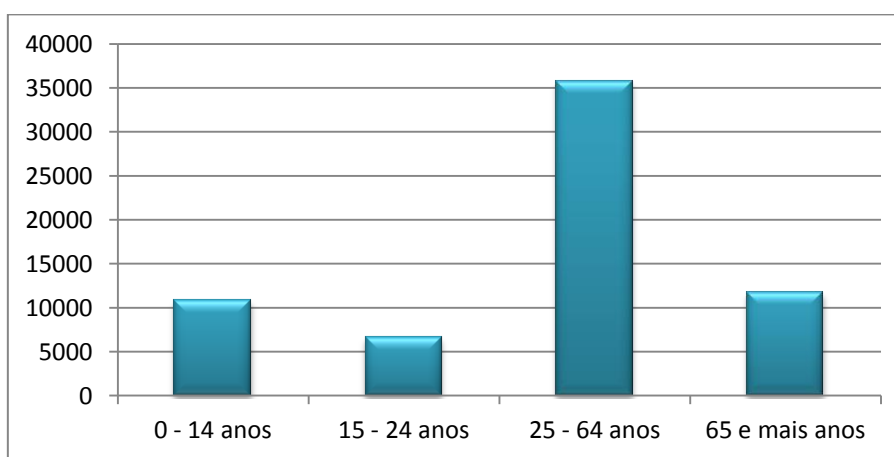
Unidade Territorial	Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concelho de Palmela	1947	7,8	8497	34,2	14430	58,0

Fonte: CMP

Concelho com características mistas (rurais e urbanas) Palmela distingue-se por um lado pelas Quintas vitivinícolas e pela produção de vinho, e por outro pelos aglomerados urbanos, como Pinhal Novo, cujo grande aumento populacional se encontra associado aos acessos facilitados aos grandes centros urbanos de Lisboa e Setúbal.

Na tabela 3 é possível verificar que o setor de atividade que predomina no concelho de Palmela é o Terciário, com 58%, ou seja, 14430 habitantes. O setor Secundário destaca-se como o segundo, com 34,2%, o que equivale a 8497 habitantes e por fim, o setor Primário traduz-se em 7,8%, com cerca de 1947 cidadãos.

Gráfico 1: População residente no concelho de Palmela, por grupo etário, no ano de 2010¹¹.



Fonte: Adaptado de INE

¹⁰ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/o+concelho/Estat%C3%ADsticas+e+N%C3%BAmeros/?WBCMODE=AuthoringPrevieservicos>, consultado a 12 de dezembro de 2012.

¹¹ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main, consultado em dezembro de 2012.

O Gráfico 1 demonstra a população residente no concelho de Palmela, no ano de 2010, dividida por grupo etário. Após analisar o mesmo é de ressaltar que a faixa etária que se destaca com o maior número de habitantes no concelho é a faixa etária dos 25 aos 64 anos, que sobressai com 36 000 habitantes. E a faixa etária que se destaca com o menor número de habitantes no concelho é a faixa etária que engloba as idades compreendidas entre os 15 e 24 anos, com cerca de 6 000 indivíduos.

As faixas etárias que se devem distinguir no presente Relatório de Estágio, uma vez que são a população a que o serviço que a Divisão de Educação realiza se dirige, são duas, a dos 0 aos 14 anos e a dos 15 aos 24 anos. Assim, a primeira faixa tem, aproximadamente 11 000 indivíduos, enquanto que a segunda contém, como já foi anteriormente referido, aproximadamente 6 000 jovens.

1.1. Concelho de Palmela: história e evolução

Conhecido por vários eventos a nível cultural, como a Festa das Vindimas, a Mostra de Vinhos de Fernando Pó e o Festival do Pão, Queijo e Vinho, o concelho de Palmela foi “*de novo restaurado*”¹² em 1926, após um percurso histórico que levou à sua extinção em 1855.

“Palmela foi desde a sua génese um território propício à fixação humana, como nos documentam os sucessivos testemunhos arqueológicos desde a Pré-História Antiga até ao período Muçulmano.

Em 1147, com a expansão e subsequente ocupação territorial cristã, D. Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, conquista Palmela aos Mouros. Em 1185, concede foral à povoação e doa o castelo de Palmela aos Cavaleiros de Santiago. Seguiram-se, depois, várias conquistas e reconquistas entre cristãos e muçulmanos, tendo Palmela sido definitivamente recuperada no reinado de D. Sancho I.

Em 1323, D. Dinis eleva Palmela à categoria de Vila. No ano de 1423, D. João I ordena a construção de um convento mestral para os “Freires de Santiago” e, em 1443, a Sede da Ordem Religiosa Militar de Santiago de Espada instala-se no Castelo de Palmela, até à extinção das Ordens Militares ocorrida em 1834. A permanência desta Ordem Religiosa Militar foi de primordial importância a vários níveis – político, militar e simbólico – dado que, os seus objetivos, para além da

¹² Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/>, consultado a 4 de outubro de 2012.

vertente religiosa, promoviam o fomento do povoamento, a defesa do território e a conquista de novos espaços territoriais.

A 1 de Junho de 1512, D. Manuel I concede um novo foral à Vila. Em 1755, o terramoto que trouxe a devastação a Lisboa, deixou também as suas marcas em Palmela. O Concelho de Palmela é extinto em 1855, sendo então integrado no de Setúbal (atual capital de distrito). Só a 8 de Novembro de 1926 o concelho foi de novo restaurado, iniciando-se então uma nova etapa da sua história – dois anos mais tarde, criam-se três novas freguesias: Pinhal Novo, Quinta do Anjo e Marateca.

Atualmente constituído por cinco freguesias – Palmela, Marateca, Quinta do Anjo, Pinhal Novo e Poceirão (criada em 1988) –, o concelho abrange uma área de 462 km² onde vivem cerca de 55 000 habitantes.” (Câmara Municipal de Palmela, 2012).¹³

A história do concelho de Palmela é, de alguma forma, reveladora da própria história dos municípios ao nível nacional. Com efeito, os municípios “(...) nasceram no seio do feudalismo europeu (...)”, da “(...) luta contra as arbitrariedades das classes privilegiadas (...)” (Beirante citado por Pinhal, 2009, p. 1). Constituíam “instituições democráticas que se organizaram tendo em conta os interesses do povo (...)” (Beirante citado por Pinhal, 2009, p. 1).

Nos séculos XIV e XV, Monteiro refere que “*causas diversas prepararam (...) o estabelecimento das monarquias absolutas que impediram o desenvolvimento lógico dos municípios.*” (Monteiro, citado por Pinhal, 2009, p. 3). Com estes impedimentos à ação dos municípios “*(...) o território de Portugal estava coberto de concelhos no final do século XIV (...).*” (Pinhal, 2009, p. 4).

Outro marco importante para esta evolução a que assistimos dos municípios portugueses é a Carta de Lei de 1835, que “*(...) estabeleceu um novo sistema administrativo, baseado na existência de distritos, concelhos e freguesias. Esta lei alargou a competência deliberativa das câmaras, mas, concomitantemente induziu uma grande redução no número de concelhos.*” (Pinhal, 2009, p. 6). Quarenta e três anos depois, o Código Administrativo de 1878 “*(...) restabelecia a divisão do território em distritos, concelhos e freguesias e conferia às câmaras um acréscimo das suas atribuições e competências, embora continuasse a manter a presença em cada*

¹³ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/>, consultado a 4 de outubro de 2012.

município de um magistrado administrativo de nomeação governamental.” (Pinhal, 2009, pp. 6 - 7).

Prosseguindo pela História e ao chegar à implantação da República, esta foi outra fase importante para os municípios portugueses. Ao chegar à ditadura militar, de acordo com Pinhal (2009), a “(...) *Lei n.º88/1913 duraria até 1926, quando uma ditadura militar suspendeu a eleição das Câmaras Municipais (...) que duraria até 1974 e que se caracterizou (...) pelo reforço do centralismo.*” (Pinhal, 2009, p. 10).

Com a instauração do Regime Democrático em abril de 1974, dá-se

“(...) início ao restabelecimento da autonomia municipal e constitui um marco fundamental para definir um papel mais interveniente do município no campo educativo. Isso resultou, inicialmente, da própria autonomia política e financeira do município perante o poder central, consignada na Constituição de 1976, através da qual se afirmou como um poder local com atribuições, competências, recursos financeiros e capacidades de iniciativa em vários domínios, entre os quais a educação.” (Fernandes, 2005, p. 202).

Feita que está uma breve caracterização do concelho de Palmela e da sua evolução histórica importa agora descrever a CMP. Desta forma, será feita inicialmente uma descrição do executivo, e depois da sua estrutura, através da identificação e descrição dos vários departamentos e divisões, assim como com as suas áreas de intervenção. De seguida será realizada uma descrição de Palmela e a Educação.

Neste contexto será dada uma atenção particular à descrição funcional e estrutural da Divisão de Educação da CMP, uma vez que foi o local em que foi desenvolvido o estágio curricular.

2. A Câmara Municipal de Palmela

O foco deste segundo ponto é a CMP e os seus constituintes. Mas antes de se concretizar este destaque tão específico, é imprescindível efetuar uma referência à administração local no geral. De seguida é feita uma descrição da constituição do Executivo da CMP e em terceiro lugar é realizada uma descrição acerca da estrutura funcional da CMP, através da identificação dos seus departamentos, assim como, as áreas de intervenção pelas quais se encontram responsáveis. A Divisão de Educação será destacada de um modo mais desenvolvido que os outros departamentos da CMP.

2.1. Administração Local

A CMP é definida como sendo parte constituinte da Administração Local em Portugal, visto que, de acordo com a Constituição da República Portuguesa (2005), as autarquias locais são definidas “(...) *como pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas.*” (Constituição da República Portuguesa, 2005, p. 50). Esta definição de autarquias locais apela à ideia de que para conseguirem realizar os interesses das suas populações tem que existir uma descentralização das competências da administração central para a administração local. Nesta descentralização das competências existe a necessidade por parte do Estado de aproximar os seus serviços às populações, o que só será possível de concretizar, de acordo com a Lei n.º159/99, de 14 de setembro, se “*A transferência de atribuições e competências é acompanhada dos meios humanos, dos recursos financeiros e do património adequados ao desempenho da função transferida.*” (Lei n.º159/99, de 14 de setembro, p.6302).

O conceito de descentralização tem incutida “(...) *a noção de redistribuição de poder, de alteração de interesses de poder (...).*” (Tobar citado por Scatena & Tanaka 2001, p. 7). Sendo também vista como “(...) *uma estratégia ou como instrumento que possa, associado a outros, promover alterações político-institucionais. (...) Em termos*

amplos, a descentralização pode auxiliar na viabilização da democratização do Estado e de maior justiça social (...).” (Scatena & Tanaka 2001, p. 10).

Quando surge a necessidade de mencionar o conceito de descentralização, também é importante destacar o que é a desconcentração. Assim, no que concerne ao conceito de desconcentração, os seus objetivos são como refere Pinhal (2004) os de *“(...) facilitar e melhorar o desempenho do Estado, aproximando a administração dos administrados, podendo propiciar que as realidades locais sejam melhor conhecidas e mobilizadas para a tomada de decisão.*” (Pinhal, 2004, p. 2). Deste modo, um exemplo da sua atuação é de acordo com Pinhal (2004) a criação das Direções Regionais de Educação.

Na continuidade do que é o desempenho do sistema desconcentrado, outros autores, como Junqueira (citado por Scatena & Tanaka 2001) referem que na desconcentração só existe um deslocamento dos poderes exercidos pelo Estado. Sendo que para Formosinho (2005), *“a desconcentração é meramente um processo de transferir para serviços regionais e locais do Estado competências até aí situadas nos serviços centrais; é, portanto, um processo de repartição de competências dentro do tipo de administração estatal directa.*” (Formosinho, 2005, p. 25). Esta *“(...) desconcentração envolve delegação de competências sem deslocar o poder decisório.*” (Tobar citado por Scatena & Tanaka 2001, p. 7).

Resumidamente,

“A desconcentração difere da descentralização pois enquanto na primeira há apenas um deslocamento da decisão, na segunda o poder é transferido. São estratégias diversas para atingir um mesmo objetivo: levar para mais próximo da população o poder de decisão sobre as ações do poder público, com o intuito de dar maior eficácia às ações estatais, viabilizando a participação.” (Scatena & Tanaka 2001, p. 7).

2.2. O Executivo da CMP

No que concerne ao executivo¹⁴ que compõe a CMP, durante o Mandato de 2009 – 2013, o mesmo engloba:

- Ana Teresa Vicente (Presidente da CMP) – CDU

Com as competências de: Coordenação Geral; Cooperação Internacional; Participação e Ação Local; Desenvolvimento Estratégico; Proteção Civil; Recuperação do Centro Histórico; Modernização e Administração

- Adília Maria Prates Candeias (Vice-Presidente) – CDU

Com as competências de: Recursos Humanos e Organização; Saúde Ocupacional; Projeto e Obras Públicas; Formação; Logística e Conservação

- Álvaro Manuel Balseiro Amaro (Vereador) – CDU

Com as competências de: Administração Urbanística; Habitação; Ambiente e Infraestruturas; Transportes e Comunicações; Equipamentos e Espaços Exteriores Urbanos

- Adilo Oliveira Costa (Vereador) – CDU

Com as competências de: Educação; Ação Social e Saúde; Juventude; Cultura; Desporto e Tempos Livres

- Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha (Vereador) – CDU

Com as competências de: Administração e Finanças; Fiscalização Municipal; Comunicação e Atendimento; Desenvolvimento Económico e Turismo

- Maria da Natividade Charneca Coelho (Vereadora) – PS

Sem competências delegadas

¹⁴ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/camara+municipal/atribuicoes+e+competencias/>, a 11 de outubro de 2012 e de <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/camara+municipal/constituicao+politica/>, a 25 de novembro de 2012.

- José Carlos Matias de Sousa (Vereador) – PS

Sem competências delegadas

2.3. Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Palmela

Funcionalmente, a CMP¹⁵ encontra-se dividida em oito departamentos, subdivididos em várias divisões. Cada departamento constituinte da CMP¹⁶ é responsável por várias áreas de apoio à população.

Constituem os departamentos da CMP:

1) Departamento de Administração e Finanças, a quem cabe “(...) *gerir e otimizar os recursos financeiros e patrimoniais, e assegurar a administração geral da Câmara Municipal de Palmela.*” (Despacho n.º 470/2011, p. 1139).

2) Departamento de Comunicação e Turismo, cuja missão é “(...) *promover uma estratégia global de comunicação da Câmara Municipal de Palmela, assegurando a agilização das relações com os munícipes e a promoção externa da imagem do concelho.*” (Despacho n.º 470/2011, p. 1139).

3) Departamento de Recursos Humanos e Organização, estrutura a quem cabe “(...) *promover a valorização e a gestão integrada dos recursos humanos, a qualificação e modernização da organização, potenciando as funções de suporte dos sistemas de informação.*” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140).

¹⁵ Câmara Municipal de Palmela (2011). *Organograma*. Consultado em: <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/camara+municipal/estrutura+organica/?WBCMODE=Pres2000entationUnpu>, a 28 de abril de 2011.

¹⁶ As informações referentes à missão e às áreas de intervenção dos oito departamentos encontram-se no Despacho n.º 470/2011, disponível em: <http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/BD31222C-4F18-4CCF-BF4E-D9D1042F9838/0/Despacho4702011.pdf>, acedido a 11 de outubro de 2012.

4) Departamento de Administração Urbanística, que tem como missão “(...) assegurar o planeamento e a gestão urbanística do concelho, de forma a contribuir para o ordenamento do território, melhoria da qualidade de vida das populações e do desenvolvimento económico e social do concelho.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140).

5) Departamento de Obras, Logística e Conservação, responsável por “(...) promover obras públicas e assegurar serviços de logística e conservação necessários à actividade municipal.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140).

6) Departamento de Ambiente e Infraestruturas, cuja missão consiste em “(...) promover a gestão integrada do espaço público e assegurar o desenvolvimento sustentado, a conservação e operacionalidade do conjunto de infra-estruturas de responsabilidade municipal.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140).

7) Departamento de Cultura e Desporto, cuja responsabilidade consiste em “(...) promover o desenvolvimento da cultura e do desporto numa perspectiva de qualificação das pessoas e desenvolvimento sustentável do concelho.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1141).

8) Finalmente, o Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude, cuja missão consiste em “(...) coordenar e assegurar o desenvolvimento das políticas globais e integradas de educação, saúde, intervenção social e juventude do concelho.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140), em que se insere a Divisão de Intervenção Social e Juventude e de Educação e que será descrito de forma mais aprofundada no ponto que se segue.

2.4. O Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude

O Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude, de acordo com o Despacho n.º 470/2011, e como foi referido acima, tem como missão “(...) coordenar e assegurar o desenvolvimento das políticas globais e integradas de educação, saúde, intervenção social e juventude do concelho.” (Despacho n.º 470/2011, p. 1140).

No âmbito desta sua missão, compete-lhe:

- “a) Promover e operacionalizar medidas de desenvolvimento da educação no concelho;*
- b) Assegurar o planeamento e a gestão dos serviços e equipamentos educativos;*
- c) Assegurar a gestão da carta educativa do Município;*
- d) Garantir o planeamento e a gestão dos recursos educativos da responsabilidade da autarquia;*
- e) Assegurar o funcionamento dos refeitórios escolares;*
- f) Planear e gerir a rede de transportes escolares no concelho;*
- g) Promover o desenvolvimento de projectos integrados de acção social e de promoção de saúde;*
- h) Desenvolver formas de resposta à problemática dos grupos sociais mais vulneráveis em articulação com a rede social;*
- i) Acompanhar a construção de equipamentos de saúde, de acção social, de forma a preencher as necessidades da comunidade local;*
- j) Dinamizar projectos de apoio à juventude e organizações juvenis do concelho;*
- k) Exercer as demais competências que lhe forem cometidas.”* (Despacho n.º 470/2011, pp. 1140-1141).

O Departamento de Educação e de Intervenção Social subdivide-se na Divisão de Educação e na Divisão de Intervenção Social e Juventude, que se passará a apresentar de seguida.

Figura 1: Configuração do Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude



2.4.1. A Divisão de Intervenção Social e Juventude

A Divisão de Intervenção Social e Juventude, de acordo com a Deliberação n.º 2495/2010¹⁷ tem a missão de “(...) *promover o desenvolvimento de projectos integrados de acção social e de juventude, como forma de estimular a adopção de estilos de vida saudáveis.*” (Deliberação n.º 2495/2010, p 63748).

Esta divisão tem vários propósitos de atuação, que se concentram em três áreas, a área da intervenção social, a área da saúde e a área da juventude.

Na área da intervenção social, a Divisão tem de:

- “a) Programar e desenvolver acções conducentes à resolução de situações — problema e carências da população, em particular dos grupos sociais mais desfavorecidos;*
- b) Cooperar com as entidades que intervêm junto dos grupos sociais mais vulneráveis;*
- c) Proceder ao atendimento, informação e acompanhamento de famílias ou pessoas em situações de carência e ao encaminhamento dos casos identificados para os organismos adequados;*
- d) Promover a articulação da câmara municipal com as diferentes instituições da administração central e local, de forma a atingir uma maior qualificação no apoio prestado, bem como na implementação e dinamização de novas respostas sociais;*
- e) Programar e desenvolver programas e projectos que desenvolvam mecanismos integradores de inclusão social dos diferentes grupos sociais, em conjunto com as instituições sociais locais;*
- f) Participar nas reuniões e actividades do Conselho Local de Acção Social de Palmela, da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela e no Núcleo Local de Inserção de Palmela, no âmbito do Programa do Rendimento Social de Inserção;*
- g) Identificar as necessidades de equipamentos sociais destinados às crianças e jovens, idosos, deficientes e outros grupos populacionais, bem como desenvolver acções conducentes à satisfação dos mesmos;*
- h) Promover a compatibilização dos equipamentos de acordo com o planeamento estratégico de desenvolvimento concelhio, no âmbito da rede social do concelho de Palmela;*
- i) Programar e desenvolver projectos municipais para grupos específicos da população com vista a estimular a adopção de estilos de vida condignos e saudáveis.”* (Deliberação n.º 2495/2010, p 63748).

¹⁷ As informações referentes à Divisão de Intervenção Social e Juventude encontram-se na Deliberação n.º 2495/2010, disponível em: http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/0FDF78DC-3D95-442D-847B-9CD3AD9DFDCA/0/deliberacao2495_2010.pdf, acedido a 11 de outubro de 2012.

Relativamente à área de saúde, a Divisão de Intervenção Social e Juventude destaca-se por:

- “a) Promover a compatibilização da saúde pública com o planeamento estratégico de desenvolvimento concelhio;*
- b) Colaborar na prestação de cuidados continuados integrados no âmbito do apoio social à dependência em parceria com a administração central e instituições locais;*
- c) Colaborar com a entidade gestora do centro de saúde no âmbito da saúde pública e do apoio a grupos vulneráveis;*
- d) Programar, em conjunto com a entidade gestora do centro de saúde, acções de sensibilização e de prevenção no âmbito da educação e promoção para a saúde;*
- e) Participar no planeamento da rede de equipamentos concelhios de saúde e desenvolver acções conducentes à criação de novas unidades de saúde no concelho.” (Deliberação n.º 2495/2010, p 63748).*

Por fim, na última área que a Divisão dá destaque, encontra-se a área de juventude. Aqui, a Divisão pretende:

- “a) Estudar, programar e gerir a rede de equipamentos especificamente destinados à juventude, em articulação com outros equipamentos colectivos;*
- b) Elaborar e gerir um plano de acção para os Centros de Recursos para a Juventude;*
- c) Elaborar estudos que permitam conhecer o perfil e a condição social dos jovens do concelho, de forma a adequar as políticas municipais às suas necessidades;*
- d) Promover o relacionamento horizontal com todas as unidades orgânicas da autarquia com vista à intervenção articulada na área da juventude;*
- e) Incentivar e desenvolver projectos que contribuam para o desenvolvimento dos jovens, em parceria com as associações juvenis e entidades ligadas à juventude do concelho;*
- f) Promover (através de acções próprias) o associativismo juvenil de carácter formal ou informal e apoiar os seus projectos e actividades;*
- g) Participar na implementação e gestão do Programa Municipal de Desenvolvimento do Associativismo e em particular a aplicação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo às associações juvenis;*
- h) Contribuir, com a sua actividade e no âmbito das suas competências, para a prevenção e resolução de situações de marginalidade e outros problemas com especial risco para a juventude;*
- i) Promover projectos sobre diversos temas do interesse da juventude, nomeadamente no âmbito do lazer, sexualidade, tecnologias da informação e comunicação, emprego, habitação e empreendedorismo (entre outros), na perspectiva de potenciar a sua participação e integração social.” (Deliberação n.º 2495/2010, p 63748).*

2.4.2. A Divisão de Educação

Antes de serem mencionados os pressupostos em que a Divisão de Educação dirige o seu trabalho, é importante destacar as competências que a Lei n.º159/99, de 14 de setembro, com alterações no Decreto-Lei n.º144/2008, de 28 de julho delegam para a atuação dos municípios. No caso específico da educação as mesmas são:

Lei n.º159/99, de 14 de setembro – Artigo 19.º

“1- É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;*
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.*

(...)

3- Compete ainda aos órgãos municipais no que se refere à rede pública:

- a) Assegurar os transportes escolares;*
- b) Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;*
- c) Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente em residências, centros de alojamento e colocação familiar;*
- d) Participar no apoio às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;*
- e) Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação pré-escolar e no ensino básico;*
- f) Participar no apoio à educação extra-escolar;*
- g) Gerir o pessoal não docente de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.”* (Lei n.º159/99, pp. 8 e 9).

Decreto-Lei n.º144/2008, de 28 de julho – Artigo 2.º

“1- São transferidas para os municípios as atribuições e competências em matéria de educação nas seguintes áreas:

- a) Pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar;*
- b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar;*

- c) *Actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico;*
 - d) *Gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico;*
 - e) *Acção social escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico;*
 - f) *Transportes escolares relativos ao 3º ciclo do ensino básico.*
- 2- A transferência de atribuições e competências a que se referem as alíneas a), c) e d) do número anterior depende da existência de carta educativa e da celebração de contratos de execução por cada município, nos termos do presente decreto-lei.” (Decreto-Lei n.º144/2008, p. 4754).*

O Decreto-Lei n.º144/2008 aprofunda algumas das competências delegadas para os municípios, sendo de destacar:

“Artigo 4.º

Pessoal não docente

(...)

2- São transferidas para os municípios as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para pagamento das despesas com o pessoal (...).

(...)

Artigo 7º

Acção Social Escolar

1- São transferidas para os municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio sócio-educativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares e seguros escolares.

(...)

Artigo 10.º

Educação Pré-Escolar da rede pública

1- São transferidas para os municípios as seguintes atribuições em matéria de educação pré-escolar da rede pública:

- a) Gestão do pessoal não docente, nas condições previstas no artigo 4.º;*
- b) Componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário;*
- c) Aquisição de material didáctico e pedagógico.*

(...)

Artigo 11.º

Actividades de enriquecimento curricular

1- São transferidas para os municípios as atribuições em matéria de actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo das competências do Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitação dos professores.

2- Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) *Ensino do Inglês;*
- b) *Ensino de outras línguas estrangeiras;*
- c) *Actividade física e desportiva;*
- d) *Ensino da música;*
- e) *Outras expressões artísticas e actividades que incidam nos domínios identificados.”* (Decreto-Lei n.º144/2008, pp. 4754, 4755 e 4756).

Tal como anteriormente foram enunciadas a missão e os propósitos de atuação da Divisão de Intervenção Social e Juventude, neste momento, torna-se indispensável fazer o mesmo em relação à Divisão de Educação.

Relativamente à missão da Divisão de Educação esta foca-se em “(...) *promover e operacionalizar medidas de desenvolvimento da educação no concelho como aspecto determinante na qualificação dos cidadãos e competitividade do concelho.*” (Deliberação n.º 2495/2010, p 63747)¹⁸.

Já no modo em que a Divisão de Educação atua, a mesma centra-se em:

- “a) *Emitir parecer sobre todas as actividades do município que envolvam relacionamento com o sistema educativo, nomeadamente estabelecimentos de educação e ensino e comunidade educativa;*
- b) *Assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Educação;*
- c) *Acompanhar as acções desenvolvidas no âmbito da Associação Internacional das Cidades Educadoras, da qual o município é membro.”* (Deliberação n.º 2495/2010, p 63747).

Na Deliberação n.º 2495/2010, a atuação da Divisão de Educação centra-se em quatro áreas, na ação social escolar, na ação sócio educativa e pedagógica, na área de rede e parque escolar e na área dos transportes escolares.

Para começar, na área de ação social escolar, a Divisão de Educação tem competências ao nível de:

- “a) *Promover medidas que procurem minimizar a exclusão social, em contexto escolar, e garantir a igualdade de oportunidade aos alunos;*
- b) *Prestar apoio socioeconómico aos alunos do 1º ciclo do ensino básico cujas famílias apresentam um nível desfavorecido, através do processo de atribuição de*

¹⁸ As informações referentes à Divisão de Educação encontram-se na Deliberação n.º 2495/2010, disponível em: http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/0FDF78DC-3D95-442D-847B-9CD3AD9DFDCA/0/deliberacao2495_2010.pdf, acedido a 11 de outubro de 2012.

auxílios económicos directos (apoio monetário para livros e material escolar), de acordo com a legislação em vigor;

c) Desenvolver o programa de alimentação escolar destinado à educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública, de acordo com as determinações legais;

d) Assegurar a gestão dos refeitórios escolares em articulação com os agrupamentos de escolas;

e) Proceder ao apetrechamento dos refeitórios e espaços de refeições;

f) Garantir as condições de higiene e segurança alimentar nos refeitórios escolares.” (Deliberação n.º 2495/2010, p. 63747).

Na segunda área de atuação da Divisão de Educação, ação sócio educativa e pedagógica, as competências que se destacam são:

“a) Promover e desenvolver projectos municipais nas áreas culturais, artísticas desportivas e ambientais;

b) Desenvolver o programa de apoio a projectos de escolas do concelho;

c) Promover e apoiar o desenvolvimento de boas práticas educativas do concelho;

d) Cooperar com a comunidade educativa no desenvolvimento de actividades e acções que contribuam para a qualificação da educação e ensino no concelho;

e) Apoiar e acompanhar o desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo do ensino básico em articulação com os agrupamentos das escolas e com outras unidades orgânicas, quando se justifique;

f) Promover e desenvolver as actividades de animação socioeducativa e apoio à família da educação pré-escolar;

g) Apoiar e acompanhar o trabalho desenvolvido pelas associações de pais e encarregados de educação e as actividades de tempos livres por elas organizadas;

h) Promover a realização de reuniões sobre a intervenção do município em matéria de acção socioeducativa e pedagógica.” (Deliberação n.º 2495/2010, p. 63747).

Na terceira área, rede e parque escolar, a Divisão de Educação destaca-se por:

“a) Gerir a Carta Educativa, através da programação de uma rede pública de equipamentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, em articulação com o Ministério da Educação;

b) Participar na monitorização da Carta Educativa, em articulação com a Divisão de Organização e Qualidade, sistematizando, coligindo e tratando informação sobre o sistema educativo concelhio e identificando as medidas correctivas a desenvolver no âmbito da rede de equipamentos educativos;

c) Conduzir a revisão da Carta Educativa sempre que o enquadramento legal ou as transformações socio-demográficas verificadas no território o exijam, em articulação com o Gabinete de Planeamento Estratégico;

d) Manter actualizado o diagnóstico das condições físicas do parque escolar;

- e) *Coordenar a intervenção autárquica em matéria de novas construções, conservação e manutenção do parque escolar, identificando necessidades e prioridades de acção, em estreita articulação com a Divisão de Projectos e Obras Públicas;*
- f) *Elaborar programas preliminares que sirvam de suporte à execução dos projectos de arquitectura dos equipamentos educativos;*
- g) *Acompanhar os processos e obras que decorrem no parque escolar; em estreita articulação com a Divisão de Projectos e Obras Públicas;*
- h) *Assegurar o funcionamento, manutenção e conservação dos edifícios escolares, de acordo com as competências municipais e em articulação com a Divisão de Projectos e Obras Públicas;*
- i) *Proceder ao apetrechamento dos equipamentos escolares do pré-escolar e ensino básico, de acordo com as necessidades de cada escola e em conformidade com a legislação em vigor;*
- j) *Acompanhar, em estreita colaboração com o Gabinete de Protecção Civil, a implementação e concretização dos planos de segurança das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância;*
- k) *Acompanhar, em estreita colaboração com a Divisão de Administração Geral, os processos conducentes ao registo patrimonial dos edifícios escolares e terrenos das Escolas Básicas de 1º ciclo e Jardins de Infância e outros terrenos a transferir para a posse do Estado/Ministério da Educação;*
- l) *Garantir a conservação e manutenção de mobiliário escolar, equipamento lúdico de exterior e informático em estreita articulação com as unidades com competências nestas matérias.” (Deliberação n.º 2495/2010, pp. 63747 e 63748).*

Por fim, na área dos transportes escolares, as competências desenrolam-se ao nível de:

- “a) *Organizar e gerir o funcionamento da rede de transportes escolares (circuitos autárquicos e públicos) dos alunos do ensino básico e secundário, de acordo com as determinações legais;*
- b) *Adequar, anualmente, a rede de transportes escolares às necessidades da população escolar procedendo à suspensão e/ou criação de novos circuitos;*
- c) *Elaborar, anualmente, o plano de transportes em articulação com os agrupamentos e escolas secundárias;*
- d) *Verificar, anualmente, a conformidade das inscrições dos alunos para concessão de transportes escolares, procedendo se necessário, à verificação das distâncias casa -escola, em articulação com a Divisão de Logística;*
- e) *Colaborar com a Divisão de Logística na organização dos circuitos de transportes escolares (autárquicos e especiais), de acordo com as determinações legais.*

f) *Agilizar o processo de fornecimento de vinhetas para passes escolares, recorrendo à colaboração com a Divisão de Atendimento e entidades externas.*” (Deliberação n.º 2495/2010, pp. 63748).

2.4.3. Áreas de intervenção da Divisão de Educação

Tendo sido indicadas as competências a que a Divisão de Educação dá prosseguimento, no presente ponto referem-se as grandes áreas de intervenção da Divisão de Educação e as suas respetivas atividades, entre setembro de 2011 e maio de 2012, que corresponde à duração do estágio curricular. As atividades destacadas estão patentes nos Planos de Atividades de 2011 e de 2012 do Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude.

Atividades das áreas de intervenção da Divisão de Educação de setembro de 2011 a maio de 2012

Para a Divisão de Educação da CMP conseguir dar continuidade às competências, a nível de educação, que lhe foram transferidas legalmente, existem várias atividades que a mesma necessita de executar. Deste modo, é importante mostrar alguns exemplos destas mesmas atividades.

Assim, para o Pré-Escolar algumas das atividades que se destacam são a “*Gestão da rede de educação pré-escolar (...)*”; a “*Gestão da componente de apoio à família da educação pré-escolar, actividades socioeducativas e avaliação*”.

Nos Transportes Escolares destaca-se o “*Planeamento e organização da rede de transportes escolares 2011/12*”; a “*Gestão da rede de transportes escolares 2011/12 e 2012/2013*” e a “*Monitorização dos processos de aquisição de serviços de aluguer de viaturas e de vigilância, destinados aos circuitos municipais, em articulação com a DL*”.

Para o Parque Escolar ressalta-se o “*Acompanhamento das situações anómalas decorrentes da construção (prazo de garantia da obra)*”; o “*Acompanhamento da elaboração de projecto para correcção de situações diversas (telheiro, pavimento do logradouro e muro)*”; o “*Acompanhamento da elaboração do projecto de arquitectura e obra de ampliação da cozinha (...)*”; “*Acompanhar realização de trabalhos no âmbito*

da conservação e funcionamento das escolas básicas, bem como atribuir respectivo apoio financeiro”; a “Implementação do controlo de pragas e desinfestações das escolas básicas”; a “Aquisição de mobiliário, material didáctico e outros de acordo com necessidades das escolas básicas”; os “Trabalhos correctivos nos sistemas contra incêndios das EB Bairro Alentejano, Aires, Poceirão 1; António Matos Fortuna; Cajados; Salgueiro Maia e Zeca Afonso”; e os “Trabalhos no sistema de tratamento de águas residuais da EB Algueruz-Lau”.

Na Ação Social Escolar sobressai a *“Avaliação do PAE, através dos resultados e ocorrências recolhidas com o apoio da consultadoria externa”; o “Planeamento e organização do PAE (...)”; a “Gestão do PAE”; e a “Monitorização do contrato de fornecimento de refeições”.*

Mas, a Divisão de Educação não desenvolve a sua atividade só nas competências delegadas legalmente, também desenvolve áreas que ultrapassam estas competências. Nesta situação encontra-se incluída a Animação Socioeducativa. Esta área de atuação da Divisão de Educação desenvolveu ações ao nível da *“Concepção de projecto “Sexualidade Juvenil” (...), apresentação de proposta de implementação (...)”; do “Acompanhamento às actividades realizadas no âmbito do Programa para a Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil”; de “Produzir e disponibilizar “Fantas Jornal” on-line”.*

2.4.4. Modo de Funcionamento

Na Divisão de Educação da CMP encontram-se a trabalhar vários funcionários, com as mais variadas formações e que desempenham várias funções.

Para começar é importante destacar a configuração da Divisão de Educação:

Figura 2: Configuração da Divisão de Educação.



Assim, a Divisão de Educação da CMP é composta por uma Diretora de Departamento, uma Chefe de Divisão e vários Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Técnicos Operacionais.

De forma sucinta é possível destacar dez funcionários, que se distribuem pelas áreas¹⁹ de Ação Social Escolar, Animação Socioeducativa, Parque Escolar (conservação, conceção e apetrechamento), Pré-Escolar, Programa de Alimentação Escolar – Fruta Escolar e Transportes Escolares. E ainda uma Chefe de Divisão e uma Diretora de Departamento.

Relativamente a estes funcionários os mesmos distribuem-se por²⁰:

¹⁹ Destas áreas abordadas, apenas quatro são as que pertencem ao estudo de diagnóstico desenvolvido no 2º Capítulo deste Relatório de Estágio – Ação Social Escolar, Parque Escolar, Pré-Escolar e Transportes Escolares.

²⁰ As informações foram recolhidas através de conversa informal.

Tabela 4: Distribuição dos funcionários da Divisão de Educação, no ano de 2011.

	Ação Social Escolar	Parque Escolar	Pré-Escolar	Transportes Escolares	Animação Socioeducativa	Programa de Alimentação Escolar – Fruta Escolar
N.º	2	1	2	2	2	1
Funcionários (as)						
Habilitações Literárias	12º ano e lic. em Ciência Política	Hab. que dão capacidade para ministrar aulas de 1ºCiclo do Ensino Básico	Lic. em Relações Internacionais	9º ano e lic. em Investigação Social Aplicada	Lic. em Sociologia e Animação Sociocultural	Lic. em Ciências Sociais
Categorias	Assistente Técnica e Técnica Superior	Técnica Superior	Assistente Técnica e Técnica Superior	Técnica Operacional e Técnico Superior	Técnicas Superiores	Técnica Superior

2.4.5. Caracterização das funções do gestor²¹

Incluída na Caracterização da Divisão de Educação, também deve constar a caracterização das funções do gestor responsável pelo funcionamento eficaz da Divisão de Educação. Assim, na dinâmica do trabalho do gestor, destacam-se os papéis que este pode desempenhar.

Para Mintzberg (1986) o trabalho dos gestores como, “(...) *autoridade formal dá origem a (...) papéis interpessoais, que originam (...) papéis informacionais. Esses dois grupos de papéis capacitam o executivo a desempenhar os (...) papéis decisoriais.*” (Mintzberg, 1986).

Relativamente aos papéis interpessoais, segundo Mintzberg (1986) existe

²¹ A Chefe da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Palmela é aqui caracterizada como gestor.

“O papel ligado à imagem do chefe. (...) todo executivo precisa desempenhar algumas obrigações de natureza cerimonial. (...) o executivo é responsável pelo trabalho de todos os funcionários (...) deve motivar e encorajar os funcionários, procurando conciliar suas necessidades individuais com os objetivos da empresa.” (Mintzberg, 1986).

Neste papel o maior destaque evidencia-se na capacidade que o gestor tem em conseguir manter uma relação com os seus funcionários. Assim, quanto à chefe de Divisão de Educação, esta evidenciou saber desempenhar o papel interpessoal, uma vez que, demonstrou saber lidar com os diversos funcionários, pois diariamente se relaciona com os diversos trabalhadores da organização que gere.

Nos papéis informacionais, o gestor com o papel de

“(...) monitor (...) esquadrinha permanentemente seu meio ambiente em busca de informação, interrogando seus contatos e seus subordinados, além de receber informações não solicitadas, em grande parte como resultado da rede de contatos pessoais formada por ele. (...) No seu papel de disseminador o executivo transmite algumas das informações privilegiadas (...). Em seu papel de porta-voz, o executivo envia algumas de suas informações a pessoa não pertencentes à sua unidade (...).” (Mintzberg, 1986).

Nos papéis informacionais é importante o gestor desempenhar o papel de monitor, para, por exemplo, ter a opinião dos seus funcionários acerca das dinâmicas que ocorrem no local e para assim este conseguir adaptar as suas decisões. O papel de disseminador também é valorizado, para o gestor ter a capacidade de difundir as informações pelos seus funcionários. Por fim, destaca-se a importância do gestor ser um porta-voz da organização, comunicando com terceiros os aspetos que se encontrem relacionados com a organização e transmitir informação. Quanto ao desempenho do gestor da Divisão de Educação ao nível dos papéis informacionais, o mesmo também apresenta competências a este nível, uma vez que a Divisão de Educação é um local por excelência de comunicação, quer entre funcionários, como com o exterior à organização. Esta comunicação é feita entre funcionários com o objetivo de dar continuidade com sucesso às competências a que se encontram responsáveis e que tem que existir na realização das ações no seu quotidiano.

No que se refere à comunicação com terceiros, a Divisão de Educação também é representada por esta característica, pois é necessário que exista uma comunicação com as escolas, com os alunos e com os encarregados de educação no âmbito das competências. Esta comunicação pode ser feita para esclarecer dúvidas e para prestar informações.

Por último, relativamente aos papéis decisoriais, Mintzberg (1986) refere que

“como empreendedor o executivo procura melhorar sua unidade (...). No papel de monitor, o presidente está sempre à procura de novas ideias. (...) o papel de empreendedor define o executivo como aquele que promove voluntariamente as mudanças, o papel de manipulador de distúrbios descreve o executivo como aquele que responde, involuntariamente, às pressões. (...) O executivo é, também, o encarregado de projetar a estrutura da sua unidade, o modelo de relacionamento formal que determina como o trabalho deve ser dividido e coordenado.” (Mintzberg, 1986).

Nos papéis decisoriais destaca-se que o gestor se encarregue de melhorar o local, impulsionando diversas transformações, para que no local exista uma melhoria. Nestes papéis, a chefe da Divisão de Educação demonstrou ações para melhorar o local e para melhorar o serviço prestado pela Divisão. Como ações destaco a reorganização interna na Divisão de Educação que aconteceu e a criação, em todos os anos, do Plano de Atividades da Divisão de Educação.

2.5. Estrutura Organizacional, Clima Organizacional e Ambiente Organizacional

Neste ponto do trabalho, para além das informações já referidas, que ajudam a caracterizar o local de estágio e, conseqüentemente, a fazer uma referência global sobre o local é imprescindível abordar temas que se encontrem subjacentes à organização como, a estrutura organizacional, o clima organizacional e o ambiente organizacional. Esta referência tem como objetivo abranger um vasto campo de estudo.

2.5.1. Estrutura Organizacional

Para Mintzberg (1999)

“toda a actividade humana organizada (...) dá lugar a duas exigências fundamentais (...) a divisão do trabalho em várias tarefas a serem desempenhadas e a coordenação das mesmas a fim de realizar a actividade em questão. A estrutura de uma organização pode ser definida simplesmente como o total da soma dos meios utilizados para dividir o trabalho em tarefas distintas e em seguida assegurar a necessária coordenação entre as mesmas.” (Mintzberg, 1999, p. 20).

A Estrutura Organizacional pode ser definida por um de cinco tipos. De acordo com Mintzberg (1999) estes cinco tipos de estrutura podem ser a Estrutura Simples, a Burocracia Mecanicista, a Burocracia Profissional, a Estrutura Divisionalizada e a Adhocracia.

A Divisão de Educação da CMP encontra-se embutida uma estrutura organizacional Burocracia Mecanicista. Isto acontece, uma vez que,

“as características dominantes fundam-se numa “organização por funções”, muito estruturada e baseada numa separação clara entre o pessoal de concepção e o pessoal de execução (...) Nas organizações que apresentam este tipo de estrutura (...) toda a actividade (...) obedece a um conjunto de regras e regulamentos que todos devem cumprir. Esta estrutura é ainda caracterizada por uma elevada divisão do trabalho (...).” (Duarte, 2006).

Pelas características deste tipo de estrutura organizacional, este é o tipo que se adequa à Divisão de Educação da CMP. Nesta Divisão existe uma distribuição das várias tarefas pelos funcionários, que terão de ser cumpridas com o objetivo de dar continuidade à competência pela qual se encontram responsáveis. No cumprimento das tarefas também existem várias diretrizes que têm de ser seguidas, como a Legislação e o Regulamento da CMP.

2.5.2. Clima Organizacional

Relativamente ao clima organizacional, este é a “(...) *forma en que las personas se relacionan entre sí y también a las características que posee un determinado ambiente social.*” (Zabalza, 1996, 267).

Com esta definição de clima pode referir-se que existe um clima diferente em cada organização e que o mesmo vai influenciar tanto as atitudes dos trabalhadores, como também a produtividade destes no meio em que se encontram inseridos.

A Divisão de Educação, como local em que trabalham várias pessoas; como local em que existe, de forma acentuada, um contacto com o meio exterior e ainda, como local em que existem várias pessoas que necessitam de trabalhar juntas para conseguirem resolver determinada ação, para uma boa prossecução das competências, pode ser visto como um sítio por excelência, em que existe um clima organizacional com todas as componentes acima descritas.

De forma resumida o clima “(...) *es algo que caracteriza el ambiente, que está formado por componentes naturales y por componentes humanos, que marca y condiciona el contexto de vida y de trabajo (...).*” (Zabalza, 1996, p. 267).

2.5.3. Ambiente Organizacional

Quanto ao ambiente organizacional, de acordo com Pruaño (2003), o mesmo é caracterizado por incorporar o ambiente técnico e o ambiente institucional.

Inserido no ambiente organizacional, encontra-se assim o ambiente técnico, que é visto por Pruaño (2003) como aquele que “(...) *comprende aquellos elementos que adquieren relevancia técnica para la organización, por cuanto contribuyen al logro efectivo y eficiente de unos fines y, de este modo, a la supervivencia de la organización (...).*” (Scott citado por Pruaño, 2003, p. 190).

O ambiente técnico “*Puede también ser considerado como una fuente de recursos, que normalmente podrán ser encuadrados siquiera en alguna de las categorías siguientes:*

- *personal (...);*
- *financiación;*

- *productos y servicios;*
- *información y conocimiento.*” (Pruaño, 2003, p. 190).

Com isto pode-se referir que a Divisão de Educação detém na sua constituição todos os indícios que comprovam a existência do ambiente técnico. Os recursos financeiros e os recursos humanos são indicados no Plano de Atividades anual, que a Divisão de Educação desenvolve. Este Plano de Atividades tem o objetivo de mencionar as suas principais ações para o ano a que se reporta, referindo os responsáveis por cada ação, bem como o montante financeiro que é disponibilizado para a concluir com sucesso.

Por sua vez, o ambiente institucional “(...) *estaría constituido precisamente por esas exigencias y reglas a las que las organizaciones deben ajustarse para recibir apoyo, básicamente en forma de recursos (...).*” (Scott & Meyer, 1991; Hoy & Miskel, 2001 citados por Pruaño, 2003, p. 191); “(...) *tales reglas y exigências estarán referidas normalmente a los siguientes aspectos: actividades que han de ser realizadas, agentes que han de realizarlas (...) modo en que han de ser llevadas a cabo*”. (Scott citado por Pruaño, 2003).

Com estas características, o ambiente institucional também poderá ser representado pelo Plano de Atividades, uma vez que, como foi referido acima, este menciona as atividades que são propostas para o ano em que o mesmo foi criado, com o objetivo de a concretização das competências delegadas ser assegurada.

2.6. Palmela e a Educação

Palmela é um local que dedica uma grande importância à Educação. Isto pode ser observado através de muitos indicadores, como a sua participação na vida escolar dos alunos e o esforço que é realizado para que todos os alunos possam frequentar o ensino obrigatório, nomeadamente, através do apoio que é prestado aos alunos pelo Transporte Escolar a quem vive a 2km ou mais do estabelecimento de ensino que frequenta. A forma como o Conselho Municipal de Educação, a Carta Educativa e a

participação nas Cidades Educadoras é realizada também revela o interesse que Palmela desenvolveu perante a Educação.

Em primeiro lugar, seguem-se algumas tabelas que demonstram a situação de Palmela na Educação.

Tabela 5: Número de Equipamentos Escolares Públicos que existem no concelho de Palmela, no ano de 2008²².

Unidade Territorial	Jardim de Infância Nº	Escola 1º Ciclo Ensino Básico Nº	Escola 1º Ciclo Ensino Básico + Jardim de Infância Nº	Escola Básica 2º e 3º Ciclos Nº	Escola Secundária+ 3º Ciclo Nº
Marateca	-	3	1	-	-
Palmela	-	6	2	1	1
Pinhal Novo	2	7	2	1	1
Quinta do Anjo	-	-	3	-	-
Poceirão	1	4	1	1	-
Concelho de Palmela	3	20	9	3	2

Fonte: CMP

Tabela 6: Número de Equipamentos Escolares Particulares e Cooperativos do concelho de Palmela, no ano de 2008²³.

Níveis de Ensino	Número de Estabelecimentos de Ensino
Pré-Escolar	11
Pré-Escolar e 1ºCiclo	1
Pré-Escolar, 1º e 2ºCiclo	1
Pré-Escolar, 1º, 2º e 3ºCiclo	1
Pré-Escolar, 1º, 2º, 3ºCiclo e Secundário	1
1ºCiclo	1
1º, 2º, 3ºCiclo e Secundário	1
Artístico	1

Fonte: DRELVT

²² Informação retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/o+concelho/Estat%C3%ADsticas+e+N%C3%BAmeros/?WBCMODE=AuthoringPrevieservicos>, consultado a 12 de dezembro de 2012.

²³ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.drelvt.min-edu.pt/homepageExDRELVT.asp>, consultado em dezembro de 2012.

As tabelas acima referidas demonstram o número de estabelecimentos de ensino que o concelho de Palmela disponibiliza à sua população jovem.

Na tabela 5 é importante ressaltar que nas freguesias rurais do concelho de Palmela, nomeadamente em Marateca e Poceirão, existem várias escolas para a população jovem destas freguesias. Ou seja, existe uma aproximação do meio escolar com as crianças, sem ser necessário o deslocamento destas a uma grande distância. Esta tabela demonstra quantos equipamentos escolares públicos é que existem no concelho de Palmela, no ano de 2008. Esta demonstração passa por Jardins-de-Infância, Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico, Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico com Jardins-de-Infância, Escolas Básicas do 2º e 3ºCiclos e Escolas Secundárias com 3ºCiclo. Assim, no concelho de Palmela são as Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico que têm mais equipamentos, com um total de 20; em segundo lugar surgem as Escolas do 1ºCiclo do Ensino Básico com Jardins-de-Infância, com 9 equipamentos; em terceiro lugar é possível indicar os Jardins-de-Infância e as Escolas Básicas do 2º e 3ºCiclos, com um total de 6 equipamentos e, por fim, destaca-se as Escolas Secundárias com 3ºCiclo com 2 equipamentos. Para além desta análise, também é pertinente destacar quantos equipamentos escolares é que existem em cada freguesia do concelho de Palmela.

A freguesia de Pinhal Novo destaca-se como a que tem mais equipamentos escolares, com um total de 13; de seguida surge Palmela, com 10; em terceiro aparece a freguesia de Poceirão com 7; de seguida destaca-se Marateca com 4 e, em quinto, surge a freguesia de Quinta do Anjo com 3. Assim, o concelho de Palmela conta com 37 equipamentos educativos.

De seguida, a Tabela 6 menciona quantos são os equipamentos escolares particulares que se encontram no concelho de Palmela, no ano de 2008. Nesta tabela é possível verificar que são 18, o número destes estabelecimentos. A Educação Pré-Escolar é a que representa um maior número de estabelecimentos, com um total de 11. Os restantes 7 estabelecimentos de ensino dividem-se entre os ensinos Pré-Escolar e 1ºCiclo; Pré-Escolar, 1º e 2ºCiclo; Pré-Escolar, 1º, 2º e 3ºCiclo; Pré-Escolar, 1º, 2º, 3ºCiclo e ensino Secundário; 1ºCiclo; 1º, 2º, 3ºCiclo e ensino Secundário; e Artístico.

Tabela 7: Agrupamentos de Escolas no concelho de Palmela, no ano de 2009²⁴.

Agrupamentos de Escolas no concelho de Palmela
Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos
Agrupamento de Escolas José Saramago
Agrupamento de Escolas Palmela

Fonte: DRELVT

Tabela 8: Escolas Não Agrupadas no concelho de Palmela, no ano de 2009²⁵.

Escolas Não Agrupadas no Concelho de Palmela
Escola Secundária de Palmela
Escola Secundária do Pinhal Novo

Fonte: DRELVT

As Tabelas 7 e 8 indicam quais os agrupamentos de escolas presentes no concelho de Palmela, bem como as escolas não agrupadas deste concelho, no ano de 2009. Os agrupamentos são 3, Agrupamento de Escolas José Maria dos Santos, Agrupamento de Escolas José Saramago e Agrupamento de Escolas Palmela. No que concerne às escolas não agrupadas, estas são 2, Escola Secundária de Palmela e Escola Secundária de Pinhal Novo.

Tabela 9: Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico Regular no concelho de Palmela, no ano letivo de 2010/2011²⁶.

Localização geográfica	Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%) por localização geográfica
	Período de referência dos dados
	2010/2011
	%
Palmela	7,2

Fonte: INE

²⁴ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.drelvt.min-edu.pt/homepageExDRELVT.asp>, consultado em dezembro de 2012.

²⁵ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.drelvt.min-edu.pt/homepageExDRELVT.asp>, consultado em dezembro de 2012.

²⁶ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico consultado em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main, em dezembro de 2012.

A Tabela 9 apresenta, qual a taxa de retenção e desistência no Ensino Básico Regular, no ano letivo de 2010/2011, no concelho de Palmela. Assim, é possível mencionar que 7,2% dos alunos encontraram-se retidos ou desistiram do ensino Básico.

Tabela 10: Taxa de participação em cursos profissionais no Ensino Secundário Regular no concelho de Palmela, no ano letivo de 2010/2011²⁷.

Localização geográfica	Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%) por localização geográfica	
	Período de referência dos dados	
	2010/2011	
	%	
Palmela	9,9	

Fonte: INE

A Tabela 10 faz alusão à taxa de participação dos alunos em cursos profissionais, no ensino Secundário, sendo esta taxa de 9,9%.

Neste primeiro destaque acerca da atuação que existe em “Palmela e a Educação” foi possível analisar alguns indicadores que englobam a educação neste concelho. Mas, a atuação ao nível da educação, não pode ser só definida pelo número de estabelecimentos de ensino que existem, ou ainda, pela taxa de analfabetismo existente. Também é necessário ter em conta outros órgãos e atividades, que são fundamentais na definição de uma Política Educativa concelhia. Um exemplo disto é o Conselho Municipal de Educação, a Carta Educativa e as Cidades Educadoras.

2.6.1. Conselho Municipal de Educação

Os Conselhos Municipais de Educação pautam-se por serem

²⁷ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico consultado em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main, em dezembro de 2012.

“(...) uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.” (Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, p. 131).

Assim, no que respeita ao Conselho Municipal de Educação em Palmela,

“Com a publicação do Decreto-Lei nº7/ 2003 de 15 de janeiro, as Câmaras Municipais ficaram com a responsabilidade da constituição dos Conselhos Municipais de Educação, bem como assegurar todo o apoio logístico e administrativo necessário ao seu funcionamento. (...) O CMEP é uma instância de coordenação e consulta, que tem como objetivo promover a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia. Presidido pela Câmara Municipal de Palmela, o CMEP é constituído por representantes do pessoal docente dos ensinos secundário, básico e pré-escolar público e representantes de diversas instituições, nomeadamente, Direção Regional de Educação de Lisboa, estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados, associações de pais e encarregados de educação, associações de estudantes, Instituições Particulares de Solidariedade Social, serviços públicos de saúde, serviços de segurança social, serviços de emprego e formação profissional e forças de segurança.” (Câmara Municipal de Palmela, 2012).²⁸

A CMP tem o seu próprio regulamento referente ao Conselho Municipal de Educação. Assim, como principais características destaca-se:

1. *“A experiência do Conselho Local de Educação em Palmela procurou fomentar a valorização da educação como motor de desenvolvimento do local, promovendo a cooperação e actuação integrada entre a comunidade educativa e participando nas linhas orientadoras da acção educativa e, consequentemente, contribuindo para a construção de um Projecto educativo Local;*
(...)
4. *O Conselho Municipal de Educação como um instrumento gerador de um processo de participação cidadã, entendendo-se a participação como base da convivência democrática, que possibilita a criação de consenso sobre*

²⁸ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/Conselho+Municipal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/?WBCMODE=PresentationUnpublishedloginFO>, consultado a 4 de outubro de 2012.

prioridades educativas e a assunção de responsabilidades colectivas em matéria de educação;

5. A acção de promover a participação da comunidade nas questões da educação

do concelho, apostando na transparência e proximidade da administração local aos cidadãos, ampliando a ideia de democracia à participação constante das pessoas na decisão sobre os assuntos que lhes dizem respeito, estamos a permitir acontecer um espaço de aprendizagem para a cidadania e um aprofundamento da democracia e cidadania;

6. Trazer para o domínio do local as atribuições e competências que aí podem ser exercidas com níveis de racionalidade e de eficácia mais elevados e articulando o local e o global, podendo trazer novos ganhos de cidadania e reforçar a democracia (...).” (Conselho Municipal de Educação, 2010, p. 1 e 2)²⁹.

A ação do Conselho Municipal de Educação de Palmela tem-se pautado por decisões ao nível do Regulamento da Ação Social Escolar do Município de Palmela, da constituição dos agrupamentos de escolas e relatórios sobre o funcionamento do sistema educativo em Palmela. Estas decisões são visíveis através das atas das reuniões do mesmo. Sendo que as atas que se encontram disponíveis³⁰ para consulta referem-se ao período compreendido entre 24 de dezembro de 2010 e 14 de junho de 2012.

2.6.2. Carta Educativa do Concelho de Palmela

A Carta Educativa, a par do Conselho Municipal de Educação, é outro elemento que ajuda na relação que o município de Palmela tem com a Educação.

A Carta Educativa do concelho de Palmela foi formulada no ano de 2005 e é

“(...) a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do

²⁹ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/CC6F80F5-5F06-4E60-B370-F6A8A981BA28/0/RegimentodoConselhoMunicipaldeEducacao.pdf>, consultado a 4 de outubro de 2012.

³⁰ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/Conselho+Municipal+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/Actas+e+Documentos/>, consultado a 22 de dezembro de 2012.

desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município.” (Artigo 10º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro).

Como foi referido, na Carta Educativa consta, de acordo com o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, os “(...) *edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho (...)*”, o que leva a que a Carta Educativa

“(...) visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.” (Alínea 1, do Artigo 11º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro).

Mas, na Carta Educativa não deve constar só, segundo o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, os “(...) *edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho (...)*”, mas também as “(...) *ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar.*” (Alínea 1, do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 7/2003, 15 de janeiro). Para além destas inclusões, outro aspeto que deverá constar é a “(...) *identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas (...)*” (Alínea 2, do Artigo 12º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro).

A Carta Educativa de Palmela desenvolve os principais objetivos a ter em conta na atuação do município. Esta atuação desenrolar-se-á em torno de:

- “ a) Desenvolver e alargar a educação pré-escolar com o objectivo de aumentar a taxa de cobertura da educação pré-escolar e valorizar esta oferta, numa perspectiva de rentabilização de recursos e melhoria da qualidade do sistema de educação e ensino, com a construção de salas de Jardim de Infância;*
- b) Modernizar e requalificar a rede escolar do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, que possibilite um eficaz reordenamento da rede educativa e contribuam para a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos, tendo como objectivos centrais a criação de centros escolares, eliminando os regimes de funcionamento duplo, permitindo a consolidação da escola a tempo inteiro, e a rentabilização de recursos. Esta medida traduz-se na construção de mais salas para o 1º ciclo do ensino básico.”* (Carrilho et al., 2010, p. 4).

A Carta Educativa, como é um instrumento de planeamento a médio e longo prazo, necessita que seja realizada uma monitorização regular, uma vez que “(...) o território está em constante dinâmica torna-se fundamental adequar a Carta Educativa às novas realidades. A monitorização/avaliação constitui o processo que permitirá, através de uma contextualização adequada, a adequação das propostas contidas nesse documento à realidade local.” (Carrilho et al., 2010, p. 5).

Para existir esta monitorização é necessário que sejam cumpridas algumas etapas. Nestas etapas destacam-se a

“(...) solicitação da informação relativa à população escolar junto do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (...), no entanto, a resposta dessa entidade não correspondeu às necessidades requeridas e por outro, dada a morosidade da resposta a equipa de trabalho recorreu directamente aos Agrupamentos de Escolas do Concelho e às Escolas Secundárias para fornecimento da informação necessária à análise.” (Carrilho et al., 2010, p. 6).

Outra etapa debruçou-se na construção

“(...) especificamente para a monitorização da Carta uma base de dados. Essa base de dados está organizada de forma a conter a ficha individual de cada estabelecimento de ensino e aí é feito o armazenamento estruturado dos dados recolhidos quer referente à população escolar quer aos recursos físicos.” (Carrilho et al., 2010, p. 6).

Depois de realizada esta monitorização da Carta Educativa,

“a avaliação dos resultados estará reflectida num relatório de monitorização como o que se apresenta, que deverá ser produzido periodicamente (anualmente ou eventualmente de dois em dois anos). Através da avaliação desses resultados poderão ser identificados os reajustes necessários, ou incluir algumas recomendações que poderão, por exemplo, fundamentar novas propostas de intervenção ou até mesmo a revisão da Carta Educativa.” (Carrilho et al., 2010, p. 7).

Para além destas etapas na formulação da Carta Educativa, outro aspeto importante a destacar recai na identificação do que é considerado como limitação para o projeto em causa. Isto é necessário, uma vez que, as limitações ao serem consideradas, podem ser um auxílio para a formulação de novos projetos.

No caso específico da monitorização da Carta Educativa da CMP os constrangimentos que foram identificados foram

“Apesar da solicitação da informação necessária à elaboração do relatório ter sido feita em Março de 2008 ao Ministério da Educação (...), verificou-se que a resposta surgiu tardiamente (em Agosto de 2008) e era muito insuficiente, exigindo uma mudança de estratégia, que levou a equipa de trabalho a recorrer directamente aos agrupamentos de escolas do concelho, às escolas secundárias e à ATEC – Academia de Formação (...) este processo alternativo é problemático, muito moroso e insustentável, pois intervêm uma série de obstáculos, tais como:

- Frequentes ausências de resposta às solicitações da autarquia (...);*
- A pouca disponibilidade dos funcionários dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (...);*
- O desconhecimento das potencialidades das aplicações informáticas por parte de alguns dos funcionários dos agrupamentos;*
- As limitações das próprias aplicações informáticas (...);*
- Os ritmos descompassados no envio de informação, por parte dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas (...)*

O funcionamento da Base de Dados de Monitorização da Carta Educativa, que nesta fase ainda persiste com falhas (...), por exemplo, erros nos cálculos dos indicadores sintéticos (...). A necessidade de utilizar informação cujo desfasamento temporal é significativo (...).” (Carrilho et al., 2010, pp. 7 e 8).

Depois de serem enunciadas algumas das características da Carta Educativa do concelho de Palmela e do seu processo de monitorização, seguidamente, encontram-se apresentadas algumas citações presentes na própria Carta Educativa. Estas citações demonstram o esforço do município para criar condições que estimulem uma evolução no concelho e para o desenvolvimento de circunstâncias que fomentem o bem-estar nos/e entre os indivíduos.

Cidadania, Educação e Formação:

- “Entre 1991 e 2001 foi realizada uma grande aposta no combate ao analfabetismo e na escolarização (...);”*
- “Importância dos transportes escolares no prosseguimento da escolaridade dos jovens, no bem-estar das famílias (...);”*
- “Melhorar alguns dos serviços de apoio à educação, como psicologia e orientação”.*

Qualidade da Educação

- *“Desenvolver um conjunto de iniciativas informativas e outras que promova a ideia da pré-escolarização e o reconhecimento da sua importância”;*
- *“Combate ao insucesso escolar e à marginalização juvenil”;*
- *“Fomentar as actividades artísticas e desportivas”;*
- *“Generalização dos sistemas informáticos nas escolas (...)”;*
- *“Acessibilidade e desenvolvimento de bibliotecas digitais e mediatecas”;*
- *“Melhoria quantitativa e qualitativa do apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais”;*
- *“Requalificar Escolas Básicas”;*
- *“Ampliar e remodelar Escolas Básicas do 1ºciclo e Jardins-de-Infância”;*
- *“Desactivação de escolas velhas”;*
- *“Criar Escolas Profissionais”;*
- *“Reconversão das escolas antigas para outras actividades educativas de formação ou culturais.”* (Câmara Municipal de Palmela, 2005).

2.6.3. Cidade Educadora

Palmela é um dos municípios integrante da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, como já foi referido anteriormente a partir do ano de 2000. Mas, antes de serem referidas as ações deste município como cidade educadora, é importante destacar as características desta Rede.

A cidade educadora é vista por ter

“(...) personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objectivo permanente será o de aprender, trocar,

partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes.” (Carta das Cidades Educadoras, 2004, p. 1).

A par disto, a função da cidade educadora deverá ser a de

“(…) exercer e desenvolver esta função paralelamente às suas funções tradicionais (económica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação, promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes. (...) Estes são os grandes desafios do século XXI: Primeiro “investir” na educação de cada pessoa, de maneira a que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade. Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo. Terceiro, conjugar todos os factores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam o seu desenvolvimento.” (Carta das Cidades Educadoras, 2004, p. 1).

O Movimento das Cidades Educadoras em Portugal é constituído por 48 municípios, que são os concelhos de Águeda, Albufeira, Almada, Amadora, Azambuja, Barcelos, Barreiro, Braga, Câmara de Lobos, Cascais, Chaves, Coimbra, Esposende, Évora, Fafe, Guarda, Grândola, Leiria, Lisboa, Loulé, Loures, Miranda do Corvo, Moura, Odivelas, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Palmela, Paredes, Pombal, Portimão, Porto, Rio Maior, Sacavém, Santa Maria da Feira, Santarém, Santo Tirso, São João da Madeira, Sesimbra, Setúbal, Sever do Vouga, Silves, Sintra, Torres Novas, Torres Vedras, Trofa, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão e Vila Real³¹.

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras caracteriza-se por promover entre os seus municípios vários eventos a nível nacional. Assim, é possível destacar a presença de Palmela³² entre os anos de 2006 e 2012 nestes eventos com as mais variadas acções. Nestas acções destacam-se: “*Nós. História e Memória Projecto de*

³¹ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPaisosAc.do#Portugal>, consultado a 13 de janeiro de 2013.

³² Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do?idaxar=923>, consultado a 3 de fevereiro de 2013.

*Parceria: Museu/Comunidade Educativa*³³; “*Ultraverão – Programa de Ocupação de Tempos Livres*”; “*Ano Polar Internacional e O LATITUDE60!*”; “*Educação na Cidade: A Cidade Educa? A Educação Melhora a Cidade?*”; “*Actividades Sócio-Educativas na Educação Pré-Escolar*”; “*Recepção à Comunidade Educativa – Educação na Cidade: Viver em Segurança*”; “*Festival dos Afectos*”; “*Educação em Palmela: um caminho com futuro!*”; “*Ano Internacional das Florestas – Floresta para Todos*”; “*Plataforma 11+: Artes Performativas na Escola José Saramago*” e “*Wine In – Projeto Educativo para o consumo moderado de vinho.*”.

³³ Esta informação foi retirada do seguinte endereço eletrónico http://www.cm-odivelas.pt/CamaraMunicipal/ServicosEquipamentos/Educacao/anexos/Boletins_RedeTerritorialPortuguesa/boletim3.pdf, consultado a 13 de janeiro de 2013.

3. O Estágio Curricular

No segundo ano de frequência no Mestrado em Ciências de Educação foi desenvolvido um estágio de âmbito curricular na Divisão de Educação da CMP.

Neste estágio curricular existiu uma vertente que se direccionou para a realização de atividades que foram desenvolvidas ao longo da duração do estágio. Assim, as atividades que foram realizadas estão enquadradas no exemplo do que é desenvolvido na Divisão de Educação pelos seus funcionários.

Para além destas atividades, também existiu uma outra vertente que se focou no desenvolvimento do Projeto de Diagnóstico, que é, também, uma parte integrante deste Relatório de Estágio.

De seguida apresentam-se as componentes envolvidas no estágio curricular, como os objetivos, o desenvolvimento e as atividades ao longo do estágio curricular.

3.1. Objetivos do Estágio Curricular

Destacar os objetivos gerais e específicos do estágio curricular tornou-se importante para ter consciência do caminho a percorrer, das etapas a atingir, para não perder o rumo do trabalho em questão.

Assim, como objetivo geral:

- Conhecer e participar no quotidiano da Divisão de Educação da CMP.

Como objetivos específicos:

- Perceber quais são as atividades que os técnicos necessitam de realizar com regularidade, para conseguirem cumprir as suas tarefas;
- Perceber quais são os meios utilizados pelos técnicos para a resolução das suas tarefas;
- Realizar tarefas que sejam propostas;
- Realizar tarefas nas diferentes áreas de atuação da Divisão de Educação;
- Participar empenhadamente nas tarefas durante o estágio curricular;

- Analisar documentos que demonstrem quais são as tarefas que a Divisão de Educação deve realizar.

3.2. Desenvolvimento do Estágio Curricular

O desenvolvimento do estágio curricular dividiu-se em três fases fundamentais.

1ª Fase:

A primeira fase do estágio curricular centrou-se no primeiro contacto que existiu com a Divisão de Educação, que englobou conhecer as pessoas que trabalham na mesma, bem como pesquisar quais eram as principais ações que a Divisão se encontrava a desenvolver.

2ª Fase:

A segunda fase do desenvolvimento do estágio curricular centra-se na realização das atividades que foram propostas. Esta fase encontra-se desenvolvida no próximo ponto.

3ª Fase:

A terceira e última fase prende-se com o Estudo de Diagnóstico que se encontra no 2º Capítulo deste Relatório de Estágio.

Para a realização do Estudo de Diagnóstico foi necessário realizar uma análise de documentos relativos à Divisão de Educação; uma Revisão Bibliográfica; executar os guiões para as entrevistas; realizar as entrevistas; realizar as grelhas de análise de conteúdo das entrevistas realizadas e analisar os resultados obtidos, a partir das grelhas de análise de conteúdo.

3.3. Atividades e Funções desenvolvidas na Divisão de Educação

Neste momento do Relatório de Estágio é o ponto em que são mencionadas as atividades e as funções que foram desenvolvidas no âmbito do estágio curricular.

No que concerne às atividades desenvolvidas, as mesmas seguiram por dois cursos. No primeiro curso destacam-se as atividades desenvolvidas no âmbito das competências delegadas à autarquia em matéria de educação e no segundo curso, as atividades desenrolaram-se numa área que a Divisão de Educação desenvolve, mas que não é uma competência delegada por lei, a área da Animação Socioeducativa.

Assim, em relação às atividades que foram desenvolvidas na Divisão de Educação da CMP estas foram nas áreas do Pré-Escolar, do Parque Escolar (construção, manutenção e apetrechamento) e dos Transportes Escolares. Apesar disto, a maior parte das atividades que foram desenvolvidas no local de estágio encontram-se relacionadas com a área dos Transportes Escolares. As áreas destacadas, anteriormente, ou seja, o Pré-Escolar, o Parque Escolar (construção, manutenção e apetrechamento), os Transportes Escolares e ainda a Ação Social Escolar (Livros e Material Escolar e Refeitórios) são competências dirigidas às Câmaras Municipais pela Lei n.º159/99, de 14 de setembro com alterações no Decreto-Lei n.º144/2008, de 28 de julho que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação. Assim, as atividades que foram realizadas enquadram-se no âmbito de atuação da Divisão de Educação, pois as tarefas foram efetuadas nas principais vias da sua atuação, ou seja, nas competências que lhe são delegadas por lei.

Relativamente à função que foi desempenhada nas várias atividades que foram realizadas, a principal foi de auxiliar os responsáveis pelas competências, que neste caso recaíram sobre os transportes escolares, o pré-escolar e o parque escolar. Assim, as tarefas que foram realizadas faziam parte do quotidiano da Divisão de Educação, na prossecução das competências.

Como já foi referido, apesar de uma principal parte das atividades realizadas durante o estágio curricular recaírem sobre as competências, também existiram outras atividades que se debruçaram, desta vez, na área de Animação Socioeducativa³⁴. A principal

³⁴ Como já foi mencionado, anteriormente, a área de animação socioeducativa é uma área que a Divisão de Educação também desenvolve, apesar de não ser uma competência delegada por lei à autarquia.

função neste tipo de atividades era, com a participação, perceber o que a Divisão de Educação desenvolve para além das competências que lhe são delegadas. Apesar de a principal função ser a que acabou de ser referida, também existiu o objetivo de ajudar na realização das atividades, auxiliando os responsáveis.

Relativamente ao quotidiano da Divisão de Educação, as seguintes tarefas foram algumas das executadas:

- em reuniões que se encontravam relacionadas com o quotidiano do local e em que estavam presentes os vários trabalhadores do mesmo;
- quando algum funcionário se deslocava até ao exterior para, por exemplo, visitar alguma escola em que necessitava de ter algum problema resolvido (neste caso concreto, no dia 28 de janeiro de 2012 dois trabalhadores foram à Escola Básica de Aires, com o objetivo de encontrar uma solução para resolverem um problema que estava relacionado com o estacionamento das carrinhas escolares junto à escola – aqui encontram-se as competências dos transportes escolares e do parque escolar) e
- acompanhar uma funcionária que trabalha na área dos transportes escolares, para esta resolver alguns problemas do seu quotidiano relacionados com esta competência (por exemplo, problemas com passes ou com senhas).

Pré- Escolar:

Tarefa realizada com a Componente de Apoio à Família (CAF) – confirmar se nas inscrições dos alunos no ensino Pré-Escolar está a declaração que confirma o horário laboral do encarregado de educação, com o objetivo de concluir se o aluno pode participar no prolongamento de horário.

Parque Escolar:

Levantamento das áreas totais de cada Jardim-de-Infância e de cada Escola Básica do 1ºciclo, no concelho de Palmela.

Transportes Escolares:

Definir se determinado aluno é elegível para subsídio ao nível dos transportes escolares ou não.

Organizar os processos de candidatura aos transportes escolares, por agrupamentos;

Colocar os nomes dos alunos que constam nas listagens de quem têm direito ao transporte escolar, em cartões de identificação;

Arquivar os processos dos alunos que realizaram a candidatura pela primeira vez e os processos de renovação para a concessão dos transportes escolares;

Juntar os documentos, a alguns processos, que reunidos demonstram o percurso do aluno em relação à concessão ao transporte escolar;

Arquivo de processos relativos à candidatura aos Transportes Escolares.

Animação Socioeducativa:

Simarsul - “Água: nada de cria, nada se perde, tudo se transforma”

Para começar destaca-se a atividade orientada pela Simarsul.

Esta tarefa tinha como objetivo participar na realização de atividades lúdico-pedagógicas de sensibilização ambiental com as crianças de Jardins-de-Infância e de Escolas Básicas,

“no âmbito da participação dos Professores das Escolas aderentes, nas sessões de formação para Professores da SIMARSUL – Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A. sobre a temática do “Ciclo urbano da água, sistemas de drenagem e tratamento de águas”, realizadas no vosso concelho (...).” (Resende, 2011)³⁵.

Estas atividades desenvolveram-se nos dias 26 de janeiro e 30 de janeiro de 2012.

³⁵ Esta informação foi citada de uma Circular enviada pela SIMARSUL.

Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras – “Palmela, Cidade Europeia do Vinho, 2012”

Esta atividade enquadra-se no Encontro Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras que aconteceu no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela a 30 de março das 09h15 às 16h30.

Neste encontro estiveram presentes vários municípios de Portugal que pertencem à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras. Entre os municípios que confirmaram a sua presença, destaca-se: Águeda, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Braga, Câmara de Lobos, Coimbra, Évora, Grândola, Guarda, Lisboa, Leiria, Loulé, Loures, Moura, Odivelas, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Paredes, Porto, Rio Maior, Santa Maria da Feira, Sesimbra, Setúbal, Silves, Sintra, Torres Novas, Vila Nova de Famalicão e Vila Real.

Relativamente à sua organização este encontro esteve dividido em três principais partes: a primeira decorreu no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, com a apresentação do Projeto de Investigação de Nuno Silva Fraga, com o título: *“Entre Sísifo e Prometeu, Lideranças, Orçamento Participativo e Cidadania. As Representações de uma Líder Autárquica no Desvelar de uma Cidade Educadora”*; a segunda parte desenrolou-se no Jardim-de-Infância e Escola Básica do 1ºCiclo de Aires, com um almoço dirigido aos presentes e por fim, a terceira parte desencadeou-se no Festival Queijo, Pão e Vinho, em S. Gonçalo – Cabanas, na freguesia de Quinta do Anjo.

Neste Encontro Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras, a tarefa desempenhada recaiu no Secretariado, ou seja, no dia do Encontro, a principal função foi a de auxiliar o Secretariado que apoiava este evento. A função era a de saber quais os municípios que se encontravam presentes. Esta função demonstrou-se imprescindível para o sucesso do Encontro, uma vez que nos locais onde se iam desenrolar os seguintes momentos do dia, nomeadamente, a segunda e a terceira parte, necessitavam de saber quais os municípios que se encontram presentes, por uma questão de organização.

Fantasiarte

A presente atividade focaliza-se no programa Fantasiarte que a CMP tem desenvolvido ao longo dos anos.

Deste modo, ao falar sobre o Fantasiarte é importante saber que,

“Considerando a Educação pela Arte um compromisso político, nasceu em 1994/95, o Projeto Fantasiarte. Integrado no Programa Municipal de Teatro da Câmara Municipal de Palmela, o projeto visa envolver todo o universo escolar do Concelho de Palmela através da promoção, difusão e divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas, em áreas expressivas ou artísticas e, ao mesmo tempo, valorizar a ação de toda a comunidade educativa. O Fantasiarte desenvolve-se em ciclos anuais, por ano letivo, num processo que abrange formação, criação e apresentação de programas.

A participação da comunidade educativa poderá concretizar-se em dois níveis de intervenção, com programa ou como espectadores.

Para quem se propõe a apresentar um programa, poderá usufruir de um conjunto de recursos para o desenvolvimento das expressões artísticas nas escolas, que se materializam em:

- Plano de Formação, através de propostas de oficinas, cursos, seminários;*
- Plano de Mobilidade, em relação ao universo artístico/educativo, através da participação em espetáculos, ateliers, exposições, festivais;*
- Festas, produzidas através da partilha dos programas desenvolvidos pela comunidade educativa, com o envolvimento de todos.” (Câmara Municipal de Palmela, s.d.)³⁶.*

Relativamente ao programa Fantasiarte que decorreu no presente ano letivo, 2011/2012,

“O Cineteatro S. João, em Palmela, acolhe, de 21 a 28 de maio, as Festas de Encerramento do Projeto Fantasiarte para o Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Ao longo de seis dias, passarão pelo palco daquele equipamento cultural 2.500 alunos e professores, que apresentarão 61 programas multidisciplinares ou nas áreas do movimento e dança, teatro, expressão musical e dramática.

³⁶<http://www.cm-palmela.pt/pt/conteudos/areas+de+intervencao/educacao/Educa%C3%A7%C3%A3o+pela+Arte1/Fantasiarte/>, consultado a 24 de Julho de 2012.

Este ano, as Festas de Encerramento reúnem oitenta programas, num total de 2.950 alunos e professores (...) e contam com transmissão direta em www.livestream.com/fantasiarte. Entre 8 e 9 de maio, o Auditório Municipal de Pinhal Novo foi já palco das Festas dedicadas aos alunos dos 2º e 3º ciclos e secundário.

O Fantasiarte é um projeto de Educação pela Arte que envolve a Câmara Municipal de Palmela e a Comunidade Educativa do concelho.” (Jornal Rostos³⁷, 2012).

No que concerne à participação neste acontecimento tão vasto como é o Fantasiarte, esta deveu-se a dois dias distintos. O primeiro dia foi a 8 de maio, das 10h às 12h, no Auditório Municipal do Pinhal Novo. Sendo que os atos que foram apresentados nessa manhã foram os seguintes³⁸:

- “ExpressArt” – Multidisciplinar (PIEF, Programa Integrado de Educação e Formação – Escola Básica José Maria dos Santos);
- “Recital de poesia” – Multidisciplinar (Escola Básica José Saramago, 2º e 3º ciclos);
- “Coro dos maus alunos” – Música (Escola Secundária de Pinhal Novo);
- “Sombras Chinesas” – Teatro (Escola Básica José Saramago, 2º e 3º ciclos) e
- “Perguntem aos vossos cães, perguntem aos vossos gatos” – Teatro (Escola Secundária do Pinhal Novo).

No segundo dia, que foi a 22 de maio, das 10h às 12h30 e das 14h30 às 17h30, no Cineteatro S. João em Palmela, os atos expostos foram:

- “Borboletas” – Movimento e Dança (Casa do Povo de Palmela – Centro Social de Lagameças);
- “Asas nos pés” – Movimento e Dança (Jardim-de-Infância O Espertalhão);
- “O Zacarias” – Movimento e Dança (Fundação COI);
- “Dança dos Passarinhos” – Movimento e Dança (Escola Básica António Santos Jorge);
- “Quinta da Avó Maria” – Movimento e Dança (Fundação COI);
- “Barco Negro” – Movimento e Dança (Centro Social de Palmela – A Árvore);
- “Cinderela” – Curso Animação Sociocultural – Teatro (Escola Secundária c/3º ciclo de Pinhal Novo);

³⁷ Informação retirada do seguinte endereço eletrónico: <http://www.rostos.pt/inicio2.asp?cronica=72951>, consultado a 24 de Julho de 2012

³⁸ Esta informação foi retirada do Programa Fantasiarte.

- “Indo eu por Braga acima” – Expressão Musical (Escola Básica Salgueiro Maia);
- “Os valores na sociedade” – Os sonhadores – Movimento e Dança (Escola Básica da Carregueira);
- “X-pto” – Multidisciplinar – (Escola Básica Salgueiro Maia) e
- “O Gigante Egoísta” – Expressão Dramática (Escola Básica Zeca Afonso)³⁹

A participação nestes dois dias da grande festa que é o Fantasiarte desenvolveu-se em dois momentos. Estes dois momentos abarcam uma função que foi desempenhada, que foi a de dar assistência aos técnicos superiores que se encontravam no local. Esta assistência concentrou-se, principalmente, ao nível dos encarregados de educação que se encontravam presentes. O segundo momento foi o de presenciar, de forma privilegiada, todos os momentos que estão envolvidos em todo o processo que envolve cada atividade. Esta referência cinge-se a momentos como, o de presenciar a cada uma das atuações ao lado do público, o de estar nos camarins a assistir a todo o processo desde que as crianças chegam até que saem depois da sua atuação e o de estar presente quando as crianças e os/as seus/suas respetivos/respetivas professores/professoras chegam ao recinto.

Relativamente à referência que foi feita à forma privilegiada que existiu na participação desta atividade, isto quer dizer que foi possível estar presente nos locais em que só os envolvidos, diretamente, com este projeto podem estar. Como por exemplo, os camarins. E que, também, existiu acesso livre a todas as áreas do espaço, como o de puder assistir às atuações e também, de estar com as crianças envolvidas.

PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação)

“A Equipa Móvel Multidisciplinar do Programa para a Inclusão e Cidadania (PIEC), cuja relação com o município tem permitido, desde 2008, uma intervenção articulada que visa a concretização de medidas de inclusão social, junto de jovens em situação de exclusão, vai organizar uma atividade para comemorar o Ano Europeu de Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, que consiste na dinamização de atividades de exercício físico, medição de tensão arterial e venda de doces.

Esta atividade tem como objetivo envolver os alunos de PIEF em atividades comunitárias que permitem o desenvolvimento de competências de solidariedade e

³⁹ Esta informação foi retirada do programa do dia do Fantasiarte.

de cidadania ativa e consiste na organização de um evento de rua dirigido às pessoas idosas, em colaboração com os serviços de saúde. O evento decorreu no dia 24 de maio, das 9h30, às 12h00 na Praça da Independência.” (Travanca, 2012)⁴⁰.

Esta é a informação que foi cedida sobre esta última atividade em que existiu participação no decorrer do estágio curricular. A participação na mesma centrou-se nos objetivos de prestar assistência às atividades que se encontravam no local e de participar em algumas atividades propostas, ajudando assim, a dinamizar o encontro.

3.4. Reflexão

Para começar esta reflexão acerca do estágio curricular desenvolvido na Divisão de Educação da CMP, é necessário fazer referência a um elemento que se deve destacar neste processo. Este elemento é, assim, a definição *à priori* dos objetivos. Antes de dar início ao meu estágio curricular, uma das condições necessárias para que este se desenvolva com sucesso é a definição dos objetivos a que me propus alcançar. Ao definir os objetivos de forma prévia, estes vão fazer com que, de forma mais detalhada seja possível, que o investigador possa concluir com sucesso a investigação em que este se encontra inserido. Os objetivos tornam-se assim orientadores neste longo processo. Após fazer esta referência posso mencionar que consegui atingir os objetivos propostos ao longo deste Relatório de Estágio.

Relativamente às atividades que se desenvolveram durante o estágio curricular, estas tornaram-se na minha opinião, uma mais-valia, pois senti-me incluída no quotidiano das atividades que são desenvolvidas na Divisão de Educação. Apesar de no desenvolvimento destas atividades, eu ter estado mais incluída na área dos transportes escolares. Isto fez com que eu não tenha desenvolvido, tanto como gostaria, um maior número de atividades nas outras áreas.

A participação nestas atividades faz emergir a importância do papel que um Técnico Superior de Educação pode ter neste contexto. Na minha opinião, quando existe alguém com estas características no meio referido é visto como uma mais-valia. Isto acontece uma vez que, um Técnico Superior de Educação já teve um contacto mesmo

⁴⁰ Informação cedida por Correio Eletrónico no dia 18 de Julho de 2012.

que teórico, durante a sua formação, com as ações que ocorrem neste tipo de meio. Isto faz com que o Técnico Superior de Educação já conheça as principais ações que estão a ser desenvolvidas, podendo prestar assistência com a sua experiência.

Com tudo o que referi posso concluir que foi para mim muito gratificante realizar este estágio curricular.

2º Capítulo: Estudo de Diagnóstico

“Gestão das áreas de intervenção na Câmara
Municipal de Palmela”

1. Estudo de Diagnóstico - “Gestão das áreas de intervenção da Câmara Municipal de Palmela”

O segundo capítulo refere-se ao estudo de diagnóstico efetuado no âmbito do estágio curricular, que foi desenvolvido na Divisão de Educação da CMP. Relativamente às vertentes em que este projeto poderia ter decorrido, destacam-se duas. A primeira refere-se a uma vertente de intervenção, ou seja, o projeto teria o objetivo de intervir, de criar uma mudança, em alguma circunstância no local de estágio. Enquanto que a segunda vertente foca-se no estudo de um tema que se encontre envolvido com o local de estágio e com as suas áreas de intervenção.

Deste modo, neste Relatório de Estágio em específico, o estudo que foi efetuado tem uma vertente de diagnóstico, uma vez que existe o objetivo de estudar uma realidade concreta e não de concretizar uma mudança específica no local. A realidade que se pretende estudar foca-se na forma como a CMP gere as áreas de intervenção, nomeadamente, ao nível dos Transportes Escolares, do Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção), do Pré-Escolar e da Ação Social Escolar (livros e material escolar e refeições).

Neste momento do presente relatório são, ainda, referidas todas as questões que são alusivas ao projeto de diagnóstico, como a apresentação dos objetivos; a estratégia de investigação; as técnicas de recolha e de análise de dados e, por fim, a apresentação, descrição e discussão dos resultados finais.

1.1. Decisão do tema a estudar

Tal como foi referido anteriormente, o tema sobre o qual se vai reportar o estudo de diagnóstico recai na forma como a CMP gere as áreas de intervenção, designadamente, ao nível dos Transportes Escolares, do Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção), do Pré-Escolar e da Ação Social Escolar (livros e material escolar e refeições).

A decisão de estudar este tema surgiu após uma pesquisa, durante a permanência no estágio curricular, sobre qual era o principal papel que a Divisão de Educação desempenha.

Relativamente às áreas de intervenção da Divisão de Educação, que incorporam o estudo de diagnóstico, as mesmas constituem as competências que são transferidas para os municípios no âmbito da educação, ao abrigo da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

1.2. Objetivos do Estudo de Diagnóstico

A concretização do estudo de diagnóstico pressupõe a prévia composição de vários tipos de objetivos. Estes objetivos podem ser organizados por objetivos gerais e objetivos específicos.

Assim, para este estudo de diagnóstico que foi desenvolvido durante a realização do estágio curricular destaca-se o seguinte objetivo geral:

- Compreender de que forma a CMP gere as áreas de intervenção ao nível dos transportes escolares, da ação social escolar (apoio a livros e material escolar e refeições), do parque escolar (conceção, apetrechamento e manutenção) e do pré-escolar.

Como objetivos específicos:

Recursos

- Conhecer quais são os meios utilizados pelos técnicos para o cumprimento das suas tarefas;
- Conhecer quais são os meios humanos necessários para o desenvolvimento das áreas de intervenção da Divisão de Educação.

Atividades

- Perceber quais são as atividades que os técnicos necessitam de realizar para conseguirem cumprir as suas tarefas, que estão relacionadas com as áreas de intervenção da Divisão de Educação.

Problemas

- Identificar quais são os problemas mais comuns na gestão das diferentes áreas de intervenção da Divisão de Educação.

Situação

- Conhecer como é feita a gestão diária de cada área inserida na Divisão de Educação.

1.3. Enquadramento Metodológico

O enquadramento metodológico demonstra as várias estratégias de investigação, as várias técnicas de recolha e de análise de dados que podem ser escolhidas para a realização de trabalhos com esta natureza. A par disto torna-se necessário referir qual é a estratégia de investigação, as técnicas de recolha e de análise de dados adotadas para a prossecução do atual estudo de diagnóstico.

Antes de se progredir pelas estratégias de investigação torna-se necessário mencionar que existem dois tipos de informação, a quantitativa e a qualitativa. No atual estudo de diagnóstico é o tipo de informação qualitativa que se encontra presente, uma vez que a mesma se destaca por ser organizada por,

“(...) textos de diversas origens, registos discursivos e dimensões (documentos, notas de campo, transcrições de entrevistas, respostas em questionários...) que o investigador deve explorar e mapear a partir dos seus objectivos de pesquisa, mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes (...).” (Afonso, 2005, p. 118).

1.3.1. Estratégias de investigação

Como tipologia de investigação é possível considerar que este estudo se enquadra num estudo naturalista, na medida em que, para Afonso (2005), *“Os estudos naturalistas caracterizam-se pela investigação de situações concretas, existentes e identificáveis pelo investigador, sem intervenção, em termos de manipulação, física e deliberada, de quaisquer variáveis.”* (Afonso, 2005, p. 43).

Nas estratégias de investigação possíveis de serem adotadas, Afonso (2005) faz referência a seis tipos diferentes. Os mesmos são os estudos extensivos (*surveys*), os estudos etnográficos, os estudos de caso (organizacionais), a investigação-ação, os estudos biográficos/histórias de vida e os estudos de avaliação.

Estudo de Caso

Para a produção deste estudo de diagnóstico a estratégia de investigação que foi adotada foi o estudo de caso, uma vez que está a ser estudada uma realidade específica, a Divisão de Educação da CMP. Sendo que para Stake (citado por Afonso 2005) *“(...) a finalidade do estudo de caso não é representar o mundo mas sim representar o caso.”* (Stake citado por Afonso 2005, p. 73).

De acordo com Afonso (2005), a estratégia de investigação que se reporta ao estudo de caso, tem como objetivo *“(...) estudar o que é particular, específico e único.”* (Afonso, 2005, p. 70). Sendo que *“a lógica da caracterização de uma pesquisa como um estudo de caso, centra-se na natureza do objecto e não na opção metodológica.”* (Afonso, 2005, p. 70).

1.3.2. Técnicas de recolha/produção de dados

Para a execução do estudo de diagnóstico é necessário obter dados com o objetivo de analisar o tema escolhido.

Assim, neste ponto, Afonso (2005) refere que *“no quadro da investigação naturalista, as técnicas de recolha de dados mais frequentemente utilizadas são a pesquisa arquivística, a observação, a entrevista e o inquérito por questionário.”* (Afonso, 2005, p. 88). Sendo que no estudo de diagnóstico aqui desenvolvido as técnicas de recolha de dados utilizadas foram a pesquisa arquivística e a entrevista.

A pesquisa arquivística

Esta *“(...) consiste na utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o objectivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação.”* (Afonso, 2005, p. 88).

Este tipo de técnica de recolha de dados demonstra ter algumas vantagens para o investigador que a utiliza.

Destacando-se que:

“Uma das grandes vantagens desta técnica de recolha de dados reside no facto de poder ser utilizada como metodologia não interferente, isto é, como uma abordagem não reactiva em que os dados são obtidos por processos que não envolvem recolha directa de informação a partir dos sujeitos investigados (evitando) problemas causados pela presença do investigador.” (Lee citado por Afonso, 2005, p. 88).

Na pesquisa arquivística estão englobados três diferentes tipos de documentos, *“(...) no que respeita à natureza dos documentos a investigar, há que distinguir entre documentos oficiais, documentos públicos e documentos privados.”* (Afonso, 2005, p. 89).

Para começar destacam-se os documentos oficiais. Assim,

“Os documentos oficiais encontram-se nos arquivos dos diversos departamentos da administração pública, nomeadamente no Ministério da Educação, e constituem um registo da actividade quotidiana da administração educacional (arquivos de expediente, processos de pessoal, de aquisição de bens e serviços, registos contabilísticos, propostas, pareceres, despachos, ordens de serviço, etc.) (...) Estão

também incluídas (...) as publicações oficiais do Estado (Diário da República, relatórios do Conselho Nacional de Educação (...)) Um segundo tipo (...) é constituído pelos registos estatísticos que reúnem informação quantitativa em função de critérios previamente definidos. Incluem a informação recolhida e organizada pelos diversos departamentos do Estado como o Instituto Nacional de Estatística (...).” (Afonso, 2005, p. 89).

De seguida nos

“(...) documentos públicos inclui-se a imprensa, cujo estudo se reveste de um duplo interesse, podendo ser abordada quer como objecto de investigação quer como fonte de informação (...) A documentação distribuída ou vendida também se inclui (...) Trata-se de todo o tipo de informação publicitária ou de propaganda política, associativa ou sindical (...).” (Afonso, 2005, p. 90).

O último tipo de documentação, a privada,

“(...) em geral de acesso mais restrito, incluem-se os arquivos de empresas, escolas particulares, partidos políticos, sindicatos, associações científicas ou profissionais, movimentos pedagógicos, etc. Um tipo especial de arquivos privados são os arquivos de sondagens e inquéritos públicos (...) contendo informação relevante sobre tendências da opinião pública (...) surgem finalmente os documentos pessoais (...) para além do material escrito, há que ter em conta outros documentos, nomeadamente objectos [materiais de ensino (...)] e produções artísticas (...).” (Afonso, 2005, pp. 90-91).

Relativamente à utilização da técnica de recolha de dados denominada de pesquisa arquivística, como já foi indicado existem três tipos diferentes de documentos, *“(...) no que respeita à natureza dos documentos a investigar, há que distinguir entre documentos oficiais, documentos públicos e documentos privados.*” (Afonso, 2005, p. 89). Assim, na elaboração do estudo de diagnóstico, os tipos de documentos a que foram acedidos foram os documentos oficiais e os documentos privados. Nos documentos oficiais destacam-se as leis e decretos-de-lei, nomeadamente, a Lei n.º159/99, de 14 de setembro e o Decreto-Lei n.º144/2008, de 28 de julho. E ainda o Regulamento que gere as competências da CMP. Nos documentos privados, destaca-se o Plano de Atividades do Departamento de Educação e Intervenção Social e Juventude.

A entrevista

Para Afonso (2005), a entrevista “(...) consiste numa interacção verbal entre o investigador e o respondente, em situação de face a face ou por intermédio do telefone.” (Afonso, 2005, p. 97). Também na presente técnica de recolha de dados, há a distinção entre vários tipos de entrevistas, neste caso, de três – “(...) entrevistas estruturadas, não estruturadas e semi-estruturadas, em função das características do dispositivo montado para registar a informação fornecida pelo entrevistado.” (Afonso, 2005, p. 97).

Para este estudo de diagnóstico, o tipo de entrevistada acima referido que melhor se adaptou foi o tipo semiestruturado, uma vez que nas:

“(...) entrevistas semiestruturadas (...) o modelo global é o da entrevista não-estruturada, mas os temas tendem a ser mais específicos. (...) São conduzidas a partir de um guião que constitui o instrumento de gestão (...) O guião deve ser construído a partir das questões de pesquisa e eixos de análise do projecto de investigação. (...) A substância da entrevista é organizada por objectivos, questões, itens ou tópicos. A cada objectivo corresponde uma ou mais questões. A cada questão correspondem vários itens ou tópicos que serão utilizados na gestão do discurso do entrevistado em relação a cada pergunta.” (Afonso, 2005, p. 99).

Mas, a utilização da entrevista representa alguns problemas. Entre os quais,

“(...) as dificuldades na gestão de entrevistas resultam do eventual enviesamento resultante do entrevistador (atitude, comportamento, etnia, sexo, posição social), podendo gerar respostas entendidas pelos entrevistados como socialmente desejáveis. (...) orientando as respostas consistentemente num sentido negativo ou positivo, independentemente, do teor concreto das perguntas (...).” (Afonso, 2005, p. 101).

Deste modo, também como técnica de recolha de dados foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas⁴¹ aos representantes das quatro competências (transportes escolares, pré-escolar, parque escolar e ação social escolar). Foi escolhido este tipo de entrevista, uma vez que, tal como a citação acima referida por Afonso (2005), passou pela criação de quatro guiões de entrevistas, com várias questões que alcançavam cada tema e cada objetivo. As quatro entrevistas foram, ainda, gravadas em formato de áudio.

⁴¹ Os guiões das quatro entrevistas encontram-se em anexo.

Após a realização das quatro entrevistas, as mesmas foram transcritas⁴², originando a análise de conteúdo⁴³ e a partir deste ponto foi realizada a análise dos dados recolhidos.

A análise de conteúdo é uma etapa de extrema importância, na medida em que, organiza de forma sucinta os principais trechos retirados das transcrições das entrevistas, com o objetivo de organizar e facilitar a leitura *à posteriori*.

Relativamente à construção dos guiões das entrevistas realizadas, a composição dos mesmos baseou-se nos objetivos de completar a informação que foi fornecida pelo Regulamento da CMP e, também, para existir um contacto com os responsáveis por cada área de competência na Divisão de Educação da CMP.

Os blocos que foram utilizados nos guiões de três entrevistas semiestruturadas, para as competências dos Transportes Escolares, da Ação Social Escolar e do Parque Escolar foram:

- A. Legitimação da Entrevista;
- B. Caracterização da Competência;
- C. Recursos Humanos;
- D. Recursos Técnicos;
- E. Identificação e Resolução de Problemas;
- F. Opinião;
- G. Finalização da Entrevista.

E para a competência do Pré-Escolar:

- A. Legitimação da Entrevista;
- B. Caracterização do Pré-Escolar;
- C. Recursos Humanos;
- D. Recursos Técnicos;
- E. Auxiliares;
- F. Identificação e Resolução de Problemas;
- G. Opinião;
- H. Finalização da Entrevista.

⁴² As transcrições encontram-se em anexo.

⁴³ A análise de conteúdo encontra-se em anexo.

1.4. Apresentação, descrição e discussão dos resultados finais

Este é o último ponto referente ao estudo de diagnóstico, onde é possível demonstrar os resultados finais da pesquisa pertencente a este estudo de diagnóstico.

Como já foi referido anteriormente, o projeto de estudo recai sobre o estudo da forma como a CMP gere as áreas de intervenção, particularmente, ao nível dos Transportes Escolares, do Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção), do Pré-Escolar e da Ação Social Escolar (livros e material escolar e refeições).

Para a realização dos resultados finais há vários documentos que são imprescindíveis de analisar. Nesses documentos encontram-se o Regulamento da CMP, a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro com alteração no Decreto-Lei n.º 144/2008 e a análise de conteúdo realizada a cada uma das quatro áreas estudadas.

Como já foi referido, na concretização deste estudo de diagnóstico foram realizadas quatro entrevistas aos quatro representantes das áreas a serem destacadas (transportes escolares, pré-escolar, parque escolar e ação social escolar).

Transportes Escolares

Na competência relativa aos Transportes Escolares, a presente apresentação e discussão dos resultados debruça-se nas informações presentes no Regulamento da CMP, ou seja, este Regulamento faz parte dos documentos analisados na pesquisa arquivística.

Para fazer um pequeno enquadramento acerca desta competência e da sua importância para a comunidade educativa daquele concelho, é importante começar por destacar uma citação que se encontra presente no Regulamento da CMP,

“O Concelho de Palmela, com aproximadamente 462 km², constitui-se como o maior da Península de Setúbal. Caracteriza-se como sendo um território de transição entre o urbano e o meio rural. Em toda a sua extensão, Palmela apresenta uma heterogeneidade traduzida na existência de áreas territoriais, funcionalmente distintas: (...) áreas de povoamento disperso (...). A baixa densidade populacional do concelho, nomeadamente nas zonas rurais, associada a uma fraca acessibilidade em transportes públicos, determinou que o Município de Palmela procure implementar medidas ajustadas a esta realidade e socialmente mais favoráveis, no

âmbito dos transportes escolares, cumprindo os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar dos alunos. O transporte escolar destina-se a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e possibilitar a continuação de estudos até conclusão do ensino secundário.” (Câmara Municipal de Palmela, 2009, p. 5).

Quem é abrangido pelos Transportes Escolares

Após este pequeno enquadramento que ajuda o leitor na compreensão da importância dos transportes escolares no concelho, é importante começar por relatar o número de alunos que são abrangidos pelos transportes escolares no concelho de Palmela, sendo que “(...) no presente ano letivo são transportados, aproximadamente, 2400 alunos (...) são transportados do ensino básico 2032 alunos, do ensino secundário 338 (...).”.

Como é que os alunos são transportados?

No concelho de Palmela os alunos são transportados de duas formas distintas, sendo que “(...) são transportados por ciclos e de várias formas (...) são transportados (...) em circuitos públicos, que são circuitos que são realizados na sua maioria por uma empresa pública, que são os T.S.T., aqui na nossa zona, que são 2026, sendo que 344 são em circuitos autárquicos, ou seja, são alunos que são transportados em viaturas municipais.(...).”.

Relativamente às freguesias do concelho de Palmela em que são transportados mais alunos destacam-se as freguesias de Marateca e Poceirão⁴⁴, pois “(...) dadas as características do nosso concelho, que (...) é um concelho de transição entre o urbano e o rural (...) somos, em termos de área dos maiores concelhos do país onde os circuitos públicos não existem e então somos nós que fazemos uma aquisição de um serviço para uma empresa transportadora que efetua os transportes escolares. (...).”.

Planeamento dos Transportes Escolares

Relativamente à presente competência, a CMP desenvolve para todos os anos letivos um Planeamento dos Transportes Escolares. Ou seja, este é um plano que a CMP

⁴⁴ O concelho de Palmela tem cinco freguesias na sua constituição – Pinhal Novo, Palmela, Poceirão, Marateca e Quinta do Anjo.

tem de delinear com o objetivo de fornecer com o mais sucesso possível os transportes escolares. Deste modo, quanto ao “(...) planeamento do Plano dos Transportes Escolares para o próximo ano letivo tenho por base sempre os números de alunos que transportamos e as verbas que gastamos neste ano letivo. (...) há aqui um trabalho que é feito em articulação com as escolas, nomeadamente, com os agrupamentos que se prende com as matrículas que eles já tenham recenseado e que nos deem algumas pistas sobre a origem dos alunos. (...) nós questionarmos os agrupamentos sobre alguns indicadores que eles nos possam dar sobre (...) este itinerário que os meninos irão fazer e quantos alunos é que têm (...)”.

Candidatura para acesso aos Transportes Escolares

Para os alunos terem acesso ao Transportes Escolar é necessário que cumpram requisitos. Deste modo, de acordo com o Regulamento da Câmara Municipal de Palmela (2009),

“1. O direito ao transporte escolar aplica-se aos alunos do ensino básico e secundário, residentes no concelho de Palmela, enquadrados nas seguintes situações:

- a) Matriculado no estabelecimento de ensino da área da sua residência, em regime diurno, desde que a distância casa-escola seja igual ou superior a 2km;*
- b) Matriculado compulsivamente em estabelecimento de ensino situado fora da sua área de residência, por não haver vaga;*
- c) Matriculado compulsivamente em estabelecimento de ensino situado fora da área da sua residência, por não haver curso e disciplina de formação específica;*
- d) Deslocado obrigatoriamente de curso de diurno para a frequência de curso nocturno, desde que devidamente comprovado;*
- e) Matriculado no estabelecimento de ensino que não pertence à sua área de residência, mas tenha beneficiado no ano lectivo anterior de transporte escolar, por se encontrar em continuação de estudos, e desde que matriculado compulsivamente no primeiro ano em que frequentou a escola;*
- f) Frequente a escola mais próxima da sua área de residência, situando-se fora do concelho de Palmela, desde que não exista uma rede de transportes públicos adequada (horários, percurso e tempo de deslocação superior a 60 minutos em cada viagem), de forma a garantir o transporte para um estabelecimento de ensino no concelho;*
- g) Os alunos do ensino básico e secundário que tenham obrigatoriedade de realizar estágio curricular profissional, em contexto laboral, para a conclusão de estudos, usufruem do direito de participação em 100% e 50% respectivamente, nas despesas de transporte escolar realizadas nestas deslocações. (...).” (Câmara Municipal de Palmela, 2009, p. 6).*

Neste processo de candidatura aos transportes escolares, “(...) *passa aqui pela Divisão de Educação o processo de análise, o processo das matrículas é sempre feito no agrupamento de escolas. (...) os alunos ou os encarregados de educação quando se dirigem ao agrupamento para efetuarem a matrícula do aluno é-lhes entregue o papel do transporte. (...) No caso de quererem preenchem o papel e é solicitado o preenchimento de uma ficha com uma série de informação e documentos complementares, que (...) depois é analisado aqui na Divisão de Educação. E o que é importante para nós, além dos documentos que identifiquem a família e o agregado familiar e o aluno são a residência do aluno que ele tem de fazer prova que é residente no concelho e que... da sua morada para nós podermos efetuar a medição dos transportes para ver se tem direito ou não.*”.

Interligado a isto, encontra-se também a questão de ter a certeza de qual é a distância a que a residência dos alunos se encontra da escola que os mesmos frequentam, o que leva os técnicos da CMP a serem auxiliados pelo SIG (Sistema de Informação Geográfico). Assim, o controlo da distância de residência do aluno à escola “(...) *é efetuado de duas maneiras. Nós temos o Sistema de Informação Geográfico no município, o S.I.G. e que eu utilizo como forma de medir a distância entre a residência do aluno e a respetiva escola. (...) nos casos de dúvida que no sistema me dão ali muito próximo do limite é efetuada a medição numa viatura no local. (...) nós deslocamo-nos ao local, vamos à porta do aluno e realizamos o percurso que o aluno faria até à escola se fosse a pé e aferindo a medição da distância (...).*”.

É importante voltar a dar destaque à medida que a CMP desenvolveu e que abrange os alunos que vivam a uma distância igual ou superior a 2km. Aqui o entrevistado refere que “(...) *nós temos o nosso Regulamento Municipal de Transportes Escolares, (...) que regula (...) quais as condições que são em termos de transporte escolar. O que é importante (...) de referir é que nós fazemos uma discriminação positiva, relativamente, às leis vigentes, ou seja, o Decreto-Lei 299 de 84, de 5 de Setembro determina que a oferta dos transportes escolares aos alunos do ensino básico e secundário que residem a 3 ou 4 km das escolas havendo ou não refeitório.*”; “(...) *todas as nossas escolas têm refeitório seriam os 4 km que seriam o limite (...) todos os alunos que residissem a menos de 4 km, da residência ate à escola não teriam direito a transporte escolar. O município de Palmela, pelas suas características (...) mais as*

características rurais e da ausência de transportes públicos fez uma discriminação positiva, (...) e transporta todos os alunos que residam a 2km ou mais (...) reduzimos 2km relativamente à legislação. (...) Por isso é uma discriminação positiva.”

Aqui, talvez se torne pertinente referir que esta medida da CMP vai ao encontro da existência de uma Política Educativa Local. A adaptação do que vem descrito na Lei n.º 42/83, de 31 de dezembro com alteração no Decreto-Lei n.º 299 de 1984, de 5 de setembro para a realidade presente no concelho mostra a importância que a Câmara Municipal de Palmela transmite à sua população.

Relativamente a esta adaptação que a CMP realizou, para adequar o fornecimento dos transportes escolares à realidade do seu concelho, o autor Fernandes (2000) mostra a importância que a delegação de competências teve para o atual papel dos municípios na área de gestão dos interesses públicos relativos à educação. Assim, para Fernandes (2000), as competências ao serem delegadas para os municípios levam a que os mesmos,

“(...) deixem de ser considerados apenas como contribuintes do sistema educativo ou gestores de interesses privados no domínio da educação para serem entendidos como instituições que participam na gestão dos interesses públicos educativos ao lado do Estado e com o mesmo estatuto de instituição pública.”
(Fernandes, 2000, p.38).

Outra referência que espelha o que acontece na CMP é a questão das finanças locais. Ou seja, a CMP pode administrar o seu orçamento dirigindo-o para esta realidade. Assim, para Fernandes (2000), *“(...) a distribuição de meios financeiros transformou-se num dos indicadores mais significativos do grau de autonomia introduzido no sistema político.”* (Fernandes, 2000, p. 40).

Discriminações positivas por parte da CMP

Mas, a CMP não se distingue não só por esta discriminação positiva que abrange os alunos que vivam a 2km ou mais da sua escola de frequência, mas também é de ressaltar os transportes especiais que são fornecidos a alunos com Necessidades Educativas Especiais, *“(...) temos ainda os transportes especiais, os transportes de alunos com Necessidades Educativas Especiais que frequentam as escolas de referência do nosso concelho e que nós efetuamos o transporte em viaturas municipais. (...) conseguimos, nomeadamente, às salas de multideficiência proporcionar, porque os*

agrupamentos solicitaram, proporcionar a deslocação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais a algumas terapias, como são terapias de snoezelen que vão para Setúbal e as hidroterapias que fazem aqui no concelho de Palmela em viatura especial, que neste momento com a plataforma elevatória a autarquia não tem nenhuma viatura destas, mas recorre a um concurso e são os bombeiros que efetuam esse transporte.”.

Recursos Humanos necessários para o fornecimento dos Transportes Escolares

Para que o fornecimento dos transportes escolares ocorra com o mínimo de problemas existem vários apoios que a Divisão de Educação necessita de ter. Assim, relativamente, à receção das candidaturas dos alunos ao transporte escolar, “(...) Nós rececionamos os processos dos agrupamentos, analisamos cada um dos processos, individualmente e aferimos de o aluno tem direito ou não.”. Já no fornecimento dos veículos para esse transporte, “(...) É a Divisão de Logística com as viaturas municipais e os motoristas e é depois os do Aprovisionamento com os concursos públicos para a prestação dos serviços.”. Ainda, quanto à Divisão de Logística, esta demonstra ter um papel fundamental na prestação dos transportes escolares, uma vez que “(...) quem está em contacto com os motoristas e com as vigilantes, que é quem está, diretamente, em contacto com os alunos, que os vão buscar à escola e os entregam às famílias é a Divisão de Logística (...) isto exige aqui de nós uma grande articulação em termos de informação (...) nós somos um município e em termos (...) de recursos humanos que falamos, andamos muito no terreno e falamos muito com as pessoas e conhecemos os professores e as escolas e os seus problemas e isso é um veículo facilitador de comunicação. (...)”.

Para além destes apoios por parte de outras Divisões da CMP, a Divisão de Educação também tem em todo este processo, uma relação privilegiada com as escolas e os agrupamentos de escola, “(...) as escolas e os agrupamentos, que são eles que são aqui o nosso interlocutor e é em conjunto que trabalhamos sempre.”.

Recursos Técnicos para o fornecimento dos Transportes Escolares

Para além dos recursos humanos acima destacados, também é imprescindível a atuação dos recursos técnicos, “(...) no caso dos transportes escolares nós temos uma aplicação informática que faz a gestão (...) nós carregamos a nossa base de dados com

os miúdos que são transportados e é uma mais-valia, porque esta aplicação consegue, facilmente, depois de carregada gerir toda a informação. (...).”.

Dentro destes recursos técnicos é possível destacar o orçamento que é atribuído a cada uma das áreas de competência, assim “(...) *os transportes escolares consomem a grande fatia do orçamento da Divisão de Educação que ronda 1 milhão de euros, o que representa 41% do nosso orçamento. (...).*”.

Problemas identificados pelo entrevistado

Relativamente aos problemas que o entrevistado destacou, é possível referir que, “(...) *os processos que nós tratamos, mensalmente, que causam sempre aqui algum stress (...) o requisitar das senhas aos T.S.T., o facto de ir distribuir as senhas pelas escolas, de serem vendidas pelas colegas que depois vão às escolas vender as senhas, a recolha das senhas, os miúdos, os alunos que não levantam as senhas nos períodos que estão definidos (...) aquilo que me preocupa, a mim e aos colegas da Divisão de Logística é sempre o trabalho que é feito todos os dias nas viaturas, quer com os motoristas, quer com as vigilantes nos comportamentos dos alunos dentro dos autocarros, porque a segurança é aquilo que nós nunca podemos descorar, por isso é que temos as duas vigilantes por cada uma das viaturas (...) verem se eles antes de iniciarem o transporte, cumprem todas as regras que são obrigados (...) A colocação dos cintos, a colocação das cadeiras, nos meninos que não têm determinado peso e altura. (...) Além de servir os munícipes (...) Que são os nossos clientes é que tudo corra bem no percurso e no serviço que nós prestamos.*”.

Melhorias Futuras

Para além da identificação destes problemas, também são relatadas melhorias a serem executadas, “(...) *nós aqui na Educação queremos ter uma base de dados conjunta não só de transportes escolares, mas cruzar os transportes escolares também com a ação social escolar, por exemplo. (...) para se referir aqui uma série de indicadores e para evitar que as famílias no ato da inscrição, da matrícula, tenham que preencher vários documentos e solicitem às famílias vários documentos, ou seja, o mesmo documento várias vezes para uma série de processos que vêm para o Município. (...).*”.

Opinião do entrevistado

A última questão, que abarca a opinião do entrevistado, relativamente, ao alargamento do acesso aos transportes escolares, o entrevistado refere que *“No contexto e na conjuntura atual, não. (...) Acho que nós, na tal discriminação positiva que falei nas questões anteriores, já prestamos um serviço e uma mais-valia à nossa comunidade e aos nossos municípios.”*.

Na competência referente à área dos Transportes Escolares, destacam-se três factos como os mais importantes nesta área e que, como já foi analisado, ultrapassam as competências delegadas para os municípios. Neste caso inclui-se o fornecimento de Transporte Escolar a alunos que vivam a 2 km ou mais da sua escola, uma vez que pelo Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, *“As competências (...) consistem na oferta de serviço de transporte entre o local da sua residência e o local dos estabelecimentos de ensino (...) quando residam a mais de 3 km ou 4 km dos estabelecimentos de ensino, respectivamente sem ou com refeitório.”* (Decreto- Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, p. 3). A CMP também realiza o fornecimento de transporte a alunos com Necessidades Educativas Especiais. Este transporte é garantido para os estabelecimentos de ensino que estes alunos frequentam, assim como para os locais em que os mesmos realizam as suas terapias.

Outro aspeto importante de ressaltar é que uma grande parte do orçamento da Divisão de Educação recai nos Transportes Escolares, com 41 % do valor.

Parque Escolar (Construção, Manutenção e Apetrechamento)

A próxima análise é relativa à competência do Parque Escolar.

No âmbito desta competência, a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro destaca que:

“1 - É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e na gestão dos equipamentos educativos e realizar investimentos nos seguintes domínios:

a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar;

b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.” (Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, p. 8).

Sendo que o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, no artigo 8º refere que:

“1 – São transferidas para os municípios as atribuições de construção, manutenção e apetrechamento das escolas básicas. 2 – O Ministério da Educação financia a construção de escolas básicas, mediante a definição de custos padrão, e define as orientações técnicas da sua instalação. 3 – São transferidas para os municípios as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para pagamento das despesas de manutenção e apetrechamento de escolas básicas. (...)” (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, p. 4755).

Número de Jardins-de-Infância e Escolas do 1ºciclo no concelho de Palmela

Para começar torna-se importante referir o número de Jardins-de-Infância e Escolas do 1ºciclo, que existem no concelho de Palmela. Assim, *“Neste momento existem 15 Jardins-de-Infância e 25 Escolas do 1ºciclo.”*

Normas para a construção de estabelecimentos de ensino

Relativamente às normas de construção dos estabelecimentos de ensino, *“(...) os projetos têm de cumprir uma série de normas emanadas pelo Ministério da Educação, nós enquanto município podemos, ou não, adotar os projetos-tipo que o Ministério tem ou fazemos nós, encomendando a empresas exteriores os projetos para a construção dos equipamentos educativos.”*

Revisão da Carta Educativa

Na presente competência, referente ao Parque Escolar, existem várias situações de construção previstas na Carta Educativa. Mas com a nova situação económica do país, existiram algumas alterações, assim a entrevistada refere que *“Sim, algumas das situações foram recalendarizadas por via da situação do país (...) vão ficar à espera de melhor altura.”*

Recursos Humanos necessários para a prossecução do Parque Escolar

Relativamente aos recursos humanos necessários para a realização desta competência, *“(...) quem acompanha todo o processo, desde o início do processo até ao*

fim é a Divisão de Educação e a Divisão de Projetos e Obras Públicas (...) trabalhamos em parceria nestes processos para construir um equipamento educativo (...).”.

Apoios e Parcerias

Na presente competência é possível indicar vários apoios e parcerias que a mesma faculta, entre os quais “(...) apoio logístico e apoio em transporte, pontualmente, para alguns pedidos que vão surgindo de deslocações das escolas a visitas de estudo. Algumas cedências de instalações que nós temos devolutas e que cedemos também para ocupação de projetos das escolas. (...) Porque até aqui nós tínhamos um apoio que era o Projeto Apoio aos Projetos Educativos e que neste momento encontra-se suspenso (...).”.

Recursos Técnicos

Já no que consiste aos recursos técnicos que existem para dar continuidade à presente competência, os mesmos recaem nas “(...) normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que diz respeito às áreas que estão estipuladas. Há outros espaços que têm que existir nos novos equipamentos educativos adequados às novas práticas pedagógicas de hoje em dia, os materiais que também são indicados pelo Ministério da Educação como os mais adequados para serem utilizados. (...)”. No que respeita ao orçamento o mesmo é “Cerca de 21% (...)”.

Problemas identificados pelo entrevistado

No tema que abarca os problemas identificados pelo entrevistado destaca-se que “(...) os grandes constrangimentos que existem são os de ordem financeira (...) Porque todos os equipamentos necessitam de manutenção e de uma conservação diária (...)” E “(...) Porque, nomeadamente, nos edifícios de grande dimensão há muitas crianças, há muita utilização dos materiais e portanto, a degradação e a manutenção é necessária ser feita com mais regularidade para que as coisas se conservem (...)”.

Melhorias futuras

Nas melhorias o entrevistado salientou que “Existem alguns projetos de construção e renovação (...) Neste momento temos a decorrer um concurso para

remodelação de uma cozinha de uma escola de 1ºciclo onde se fazem refeições, onde existe confeção local. E temos outros projetos também para ampliação de uma escola de 1ºciclo, da Escola de Aires, nomeadamente, mas que neste momento se encontra em stand by.”.

Opinião da entrevistada

Como opinião na entrevista foi demonstrado que “(...) Precisamos de criar mais edifícios, ou seja, mais oferta a nível de 1ºciclo, quer na vila de Palmela, quer na vila de Quinta do Anjo e necessitamos também de ampliar neste momento a escola de Aires (...) precisa de mais salas de aula (...) E necessitamos também de criar mais salas de Jardim-de-Infância na freguesia de Palmela, que também é uma oferta que neste momento se encontra já muito além do seu limite (...).”.

Na presente competência referente à área do Parque Escolar, destacam-se várias situações. Em primeiro lugar é de destacar que esta área tem vários apoios e parcerias, como “(...) apoio logístico e apoio em transporte (...)” e “(...) algumas cedências de instalações (...)”. Com isto é possível verificar que esta área não se foca só no seu âmbito principal de atuação, ultrapassando assim, as competências que lhe são delegadas, como a construção, manutenção e apetrechamento dos jardins-de-infância e das escolas básicas.

Outras especificações desta área são a percentagem do valor que lhe é transferido referente ao orçamento da Divisão de Educação, sendo cerca de 21%; a alteração de projetos pela situação que o país atravessa; e a preocupação na necessidade de criar mais edifícios para os alunos.

Ação Social Escolar

A terceira competência estudada foi a Ação Social Escolar, que abrange os Auxílios Económicos Diretos (livros e material escolar) e o Programa de Alimentação Escolar.

Deste modo, “*1 – São transferidas para os municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio socioeducativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares (...).*” (Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho).

Alunos que usufruem de apoios na Ação Social Escolar (livros e material escolar e refeições)

Para começar é sempre importante destacar quantos são os alunos que usufruem deste tipo de apoio, que no presente caso são apoios de dois tipos. A ação social escolar dá apoios ao nível dos livros e material escolar e, ainda, ao nível das refeições.

Deste modo, “*(...) para dizer o número de alunos temos que separar aqui duas questões, a Ação Social Escolar tem dois tipos de apoio (...) a vertente dos Auxílios Económicos Diretos que se dirige só aos alunos do 1ºciclo do ensino básico e tem o apoio alimentar, ou seja, a refeição gratuita que se dirige, não só, aos alunos do 1ºciclo do ensino básico como também às crianças da educação pré-escolar. Em termos de Auxílios Económicos, no ano letivo 2011/2012 foram admitidos 1014 alunos. (...) relativamente, à Ação Social Escolar na sua globalidade, portanto, incluindo o total de alunos que têm direito aos Auxílios Económicos e à refeição gratuita e as crianças do pré-escolar têm direito também à refeição gratuita, estamos a falar no ano letivo 2011/2012 de 3028 crianças e alunos no total.*”.

Candidatura para usufruir do apoio

Tal como na competência dos transportes escolares, na ação social escolar também existe uma candidatura que deve ser efetuada, com o objetivo de quem necessita ter acesso a este apoio por parte da CMP.

Assim, “*O processo de atribuição do apoio tem em primeira instância, como enquadramento, o quadro normativo (...) com base nesse quadro normativo a Câmara Municipal de Palmela elaborou um Regulamento Municipal que define como é que são atribuídos estes apoios. (...) As famílias que tão no escalão 1 ou 2 podem candidatar-se à Ação Social Escolar e para isso têm que fazer na altura da matrícula ou da renovação da matrícula ou da inscrição no pré-escolar, o preenchimento de um requerimento e entregar a declaração do abono de família, do posicionamento no escalão do abono de família e fazem-no no agrupamento de escolas, no seu respetivo agrupamento de escolas onde fazem a matrícula ou a renovação. (...) Depois são os*

agrupamentos que comunicam, portanto nós validamos, comunicamos aos agrupamentos e depois são os agrupamentos que comunicam às famílias se elas são abrangidas ou não.”.

Este é então o modo como se efetua o procedimento da candidatura para ação social escolar. Mas, durante ao ano letivo também podem existir algumas exceções, *“(…) durante o ano há situações de exceção, que são as transferências (…) as inscrições no pré-escolar que podem ocorrer, desde que haja vaga durante todo o ano letivo e temos para além das transferências a alteração da situação socioeconómica, ou seja, muitas famílias, uma vez que o posicionamento do escalão do abono de família decorre da declaração de I.R.S., (…) desde que a família faça prova de que no ano anterior estava no escalão que não tinha direito e que viu a sua situação alterada, entrega essas declarações, tudo via agrupamento e depois tem direito, realmente, à revisão da sua situação. (…) Ao nível dos Auxílios Económicos Diretos, depois a Câmara Municipal transfere para os agrupamentos o montante, não é? E são os agrupamentos depois que fazem essa entrega às famílias.”.*

Descriminação Positiva

Tal como os transportes escolares, a ação social escolar também é representada pela discriminação positiva para os alunos que usufruem deste tipo de apoio.

Deste modo, *“A legislação prevê a existência de dois escalões, que é o Escalão A e do Escalão B, sendo que o escalão A tem direito à totalidade do valor da refeição e o escalão B tem direito a 50%, mas a Câmara de Palmela sempre se pautou por uma discriminação positiva, ou seja, tem um escalão único. Portanto, todas as crianças que estejam integradas no escalão 1 e 2 têm direito ao mesmo, portanto à totalidade da refeição. (…) Em relação aos Auxílios Económicos Diretos, a legislação não definia qual era o montante, portanto, sempre disse que o montante era definido pela autarquia e aprovado em Conselho Municipal de Educação.”;* *“(…) em 2008, o despacho que é publicado, anualmente, que define as regras para a Ação Social Escolar vem pela primeira vez definir montantes para os Auxílios Económicos Diretos. (…) esses montantes (…) são definidos com base nos anos de escolaridade, portanto para o 1º e 2º ano um determinado montante para livros e um determinado montante para material escolar, o 3º e o 4º ano, um outro montante para livros e outro para material escolar,*

um para o escalão A e outros para o escalão B (...), como a Câmara Municipal de Palmela tinha um escalão único, um valor único para todas as crianças posicionadas no escalão A e B decidiu esse ano nivelar pelo máximo (...) E, portanto, a Câmara decidiu nivelar pelo máximo a todos, novamente, uma discriminação positiva e então atribui 45 euros a todos os alunos posicionados no escalão 1 e 2.”.

Recursos Humanos necessários para o fornecimento da Ação Social Escolar

Na competência da Ação Social Escolar, em relação aos recursos humanos, “(...) a Câmara Municipal (...) com os 3 agrupamentos do concelho, tem estabelecido protocolos de colaboração. Esses protocolos definem a colaboração ao nível da Ação Social Escolar, quer ao nível dos Auxílios Económicos Diretos (...) é a receção dos requerimentos, que é a sua confirmação, que é o seu envio para a autarquia, quer depois a receção dessa informação, a informação à família, a receção da verba e a atribuição da verba à família. (...)”.

- Fornecimento de refeições

Perante o fornecimento de refeições, “(...) Ao nível do Programa de Alimentação Escolar (...) que é verificar as condições de fornecimento das refeições, porque nós temos duas vertentes, (...) temos as refeições transportadas nos estabelecimentos onde não há confeção de cozinha, não há condições para confeção local e depois temos a confeção local.”.

Como nesta competência existem dois tipos de confeção, ou seja, as refeições transportadas e a confeção local, também são necessários meios para satisfazer esta necessidade, “(...) porque neste momento temos 6 refeitórios com confeção local e 18 com estabelecimentos com refeições transportadas. (...) então surgiu a necessidade de ter alguém que fosse responsável por estas unidades e que fosse responsável por estas pessoas e que fizesse essa vigilância. Portanto, neste momento na Divisão de Educação existem 2 técnicos (...) Uma que sou eu responsável pelo Programa de Alimentação, existe outra técnica que é responsável pela confeção local (...)”.

- Controlo da qualidade das refeições

Neste complexo processo de fornecimento de refeições, a CMP desenvolve um trabalho bastante eficaz neste domínio, uma vez que, “(...) Referente ainda à confeção

das refeições a Câmara Municipal de Palmela desempenha um rigoroso controlo de qualidade (...) temos a empresa com a qual temos o contrato estabelecido, que é a Senha, que faz inspeções mensais, produzindo relatórios dessas inspeções, faz análises aos alimentos, às superfícies e às mãos das manipuladoras de alimentos, também, mensalmente. E temos a encarregada e a técnica que se desloca, frequentemente, fazendo registos e intervenções nos refeitórios.”.

- Alimentação

Com o fornecimento de refeições e com o controlo da qualidade das mesmas, surge também a necessidade de demonstrar a importância da alimentação na qualidade de vida dos alunos, “(...) também implica uma assessoria jurídica nesta matéria, nomeadamente, na elaboração de cadernos de encargos e na elaboração de ementas, porque a empresa tem nutricionistas e dietistas.”. Sendo que “(...) as ementas foram logo elaboradas pelos nutricionistas e dietistas desta empresa que nos dá assessoria. Portanto, as ementas são feitas para 8 semanas e são rotativas. (...)”.

Recursos Técnicos utilizados para fornecer refeições

Relativamente aos recursos técnicos, “A comida é feita em cozinhas definidas pela entidade fornecedora, pela empresa fornecedora. (...) está a ser confeccionada, por acaso, na básica do Poceirão, da José Saramago no Poceirão, uma parte. A outra parte numa secundária no Barreiro.”.

Nesta competência o orçamento referente é de 802.139,12 euros. Este valor inclui, “(...) a verba da Ação Social Escolar e aqui quando estou a falar da Ação Social Escolar estou a falar só de Auxílios Económicos Diretos e Programa de Alimentação Escolar, foi de 802.139,12. (...) Estamos a falar da refeição gratuita só que o Programa de Alimentação Escolar é mais do que isto é a Ação Social Escolar. Porque estas crianças não pagam nada, efetivamente, mas depois temos as outras crianças que compram uma senha e o valor da senha também é definido por despacho pelo Ministério da Educação e Ciência e este ano letivo o valor da refeição é 1,46, mas a refeição não custa à Câmara Municipal 1,46 custa mais. Portanto, o diferencial entre 1,46 e o custo real da refeição, também é suportado pela autarquia e portanto isso também entra no montante da Ação Social Escolar. E portanto estes 802 mil euros contempla também este montante.”.

Problemas identificados pelo entrevistado

Nesta competência também foram identificados alguns problemas, como, “(...) basta nós termos aqui tantas variáveis como sendo as crianças, os pais, os professores. Portanto, são muitas pessoas envolvidas no processo e são muitos normativos legais, também. E esta matéria da Alimentação é muito sensível. Posso dizer que em termos da Ação Social Escolar, mais nos Auxílios Económicos, às vezes é a nossa articulação com os agrupamentos, porque também não estamos numa conjuntura muito fácil e às vezes não é fácil passarmos a informação, para ela ser selecionada, devidamente, pelos agrupamentos, porque as famílias muitas vezes não sabem a quem se dirigir, e dirigem à Câmara, em vez de se dirigirem ao agrupamento. (...)”.

Melhorias Futuras

As melhorias destacadas focam-se em, “(...) eu acho que nós autarquia devemos dar um bocadinho o “salto” e passar para outros programas de educação alimentar, porque acho que a nível da qualidade, da estrutura do processo, no Programa de Alimentação acho que já conseguimos alguma estabilidade e devíamos passar mais para uma questão de educação alimentar que é o que se coloca neste momento. Porque nós não conseguimos fazer nada no contexto escolar, se não conseguirmos chegar às famílias de alguma forma (...) Mas, não conseguimos ainda investir nessa área porque temos estado muito concentrados no cumprimento das condições contratuais e na garantia da qualidade das refeições que fornecemos. (...)”.

Opinião da entrevistada

A última pergunta da entrevista refere-se à opinião da entrevistada perante a “(...) forma como se acede à Ação Social Escolar. (...) como é que se acede à Ação Social Escolar? Através do abono de família. O abono de família é calculado, o posicionamento dos abonos de família é calculado de acordo com o I.R.S. No início do ano letivo 2011/2012 a declaração que as pessoas entregam é a que recolhem em junho ou julho de 2011, que tem a ver com os rendimentos que declararam em outubro de 2010, que se reportam ao ano de 2009, que são os rendimentos de 2009. Ou seja, há sempre um desfasamento entre o ano letivo atual de dois anos e os rendimentos. (...) Isto é uma injustiça, efetivamente. Do que me é dado a perceber, aliás ainda não consegui perceber se a Segurança Social atualiza, porque já nos apercebemos que para

muitas famílias atualiza de imediato quando há alteração e para outras não. (...) Mas também se passa ao contrário, ou seja, eu este ano em 2009 podia ter uma situação precária, não é? E agora até posso ter uma situação melhor mas estou a usufruir e portanto, há aqui uma injustiça. E nós percebemos que há muitas famílias que não precisam deste apoio, porque só passado alguns meses, porque alguém lhes disse que tinham direito porque estavam no escalão 1 ou 2 é que vinham pedir (...).”.

A competência respeitante à área da Ação Social Escolar também desenvolve a sua atividade para além das competências que lhe são delegadas por lei. Assim, na Ação Social Escolar desenvolvida pela CMP existe uma discriminação positiva que a mesma desenvolve. Esta discriminação positiva é vista nos dois escalões, A e B, em que apenas existe um, o que vai originar a que as crianças dos escalões 1 e 2 tenham direito à totalidade da refeição e que os alunos posicionados nos escalões 1 e 2 tenham direito a 45 euros referente aos Auxílios Económicos Diretos.

Para além destas atividades que ultrapassam as competências delegadas, também é importante destacar o valor que é disponibilizado a esta área como orçamento, com o valor de 802 mil euros e, também, a preocupação que é demonstrada com as ementas que são disponibilizadas aos alunos, de forma a garantir que estes, nos estabelecimentos de ensino, usufruam de refeições saudáveis.

Pré-Escolar

A última competência estudada é referente ao Pré-Escolar.

Como uma primeira referência ao tema, é fundamental citar o que o Regulamento da CMP relata acerca da mesma.

Deste modo,

“A educação pré-escolar constitui a primeira etapa na educação básica, destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, e contribui para o seu desenvolvimento harmonioso e enriquecedor. (...). A educação pré-escolar, da rede pública, integra a componente letiva, que é

gratuita e da responsabilidade do Ministério da Educação, e de apoio à família a qual compreende o serviço de alimentação e as atividades de animação socioeducativa, de modo a permitir a concretização da escola a tempo inteiro, adaptando os tempos de permanência das crianças no jardim-de-infância às necessidades das famílias. (...) o Município de Palmela promove as atividades de animação socioeducativa, nos Jardins-de-infância da rede pública, partilhando responsabilidades com os Agrupamentos de Escolas e educadores titulares de grupo, organizando oferta diversificadas e garantindo que esses tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição de competências básicas. (...).” (Câmara Municipal de Palmela, 2009).

Após esta introdução que se encontra no Regulamento da CMP é altura de referir os principais destaques da entrevista.

Número de crianças que frequentam o pré-escolar e as atividades de prolongamento de horário

Deste modo, o número de crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar e as atividades de prolongamento de horário no concelho de Palmela, que são “*Cerca de quinhentas crianças. Eles ao todo frequentam a educação pré-escolar setecentas e quarenta e dessas, quinhentas frequentam as atividades de prolongamento de horário.*”.

Candidatura de acesso às atividades do prolongamento de horário

Tal como nas competências referentes ao Transporte Escolar e à Ação Social Escolar, para os alunos frequentarem as atividades de prolongamento de horário é necessário realizar uma candidatura para se usufruir deste apoio. Esta candidatura é realizada “*(...) no momento da inscrição na educação pré-escolar (...).*”.

Para esta realização da candidatura “*(...) é disponibilizado no agrupamento de escolas o formulário de inscrição e os pais preenchem se tiverem interesse em frequentar (...). Para além dessa data pode ser feito em qualquer momento, os pais preenchem o formulário, entregam a documentação anexa que é necessário e formalizam a inscrição em qualquer momento e ao longo do ano letivo isso pode acontecer.*”.

Pagamento do Prolongamento de horário

Para os alunos participarem nestas atividades que constituem o prolongamento de horário é necessário existir um pagamento. Os valores que são pagos não são iguais para todos os alunos, existindo assim, uma forma de calcular quanto cada aluno pagará. Assim, *“(...) a comparticipação familiar seja determinada em função do rendimento do agregado familiar, portanto, toda essa legislação está referida no Regulamento Municipal, onde existem seis escalões como pagamento, portanto, como referência para pagamento. Cada um desses escalões está, diretamente, relacionado com uma percentagem anexa ao abono de família (...) E é determinado em função do escalão, o primeiro escalão paga dois euros e setenta e cinco e o último escalão, que é o sexto escalão, paga cinquenta e cinco euros que é o custo máximo do serviço.”*

Descriminações positivas

Novamente, também no pré-escolar há discriminações positivas perante os alunos. Esta discriminação positiva é verificada através da forma como os valores para pagamento são calculados. Assim, para este calculo é necessário os encarregados de educação entregarem no ato da candidatura *“(...) um documento que é obrigatório a entrega, que é (...) a declaração do abono de família e nós conseguimos indexar o valor a pagar ao abono de família e assim garantimos equidade entre os agregados familiares e alguma solidariedade entre aqueles que pagam mais, portanto aqueles que têm os maiores rendimentos e aqueles que têm os menores rendimentos. Existe aqui um equilíbrio muito grande que garante alguma sustentabilidade e que garante também o acesso das famílias com menores recursos a este conjunto de atividades (...).”*

Atividades realizadas no prolongamento de horário

Relativamente às atividades que são realizadas no prolongamento de horário, as mesmas contêm uma grande diversidade, pois existe música, movimento e dança, inglês e motricidade. Assim, *“(...) para este ano letivo temos música uma vez por semana, movimento e dança também uma vez por semana, inglês uma vez por semana e motricidades duas vezes por semana.”*; *“(...) Estas foram as determinadas para este ano, o que não significa que pró ano sejam as mesmas, porque elas são fruto dessa referida avaliação. Já foram alterando, nomeadamente, o inglês que foi introduzido para este ano nos Jardins-de-Infância por proposta, quer de pais, quer de educadoras.*

Portanto, estamos neste momento em fases de reuniões com os vários agrupamentos no sentido de percebermos qual é a avaliação que fazem do inglês, da introdução do inglês, quer das outras atividades, para percebermos pró ano se devemos ter essas ou se devemos fazer algum reajuste tendo em conta a aplicação e a dinamização na prática.”.

Recursos Humanos

Relativamente à dinamização das atividades que se encontram presentes nos jardins-de-infância, a Divisão de Educação é a responsável, à exceção de dois. Assim, *“(...) nós dinamizamos todas as atividades em todos os jardins-de-infância, com exceção de dois deles (...) estabelecemos um protocolo de colaboração com a Associação de Pais (...) em que nós somos a entidade promotora, mas eles é que dinamiza. (...) Depois também (...) as empresas dinamizadoras de cada uma das atividades nos restantes jardins-de-infância, que são escolhidas depois de um concurso público (...) São três entidades diferentes, a Expo Educa, que dinamiza motricidade e dinamiza a área do inglês, temos o Conservatório Regional de Palmela, que dinamiza música e temos a Passos e Compassos que é a empresa de dança que reside dentro do Cineteatro São João, que dinamiza movimento e dança (...).”.*

Relativamente à vertente das auxiliares que trabalham com as crianças, os jardins-de-infância têm dois tipos de auxiliares, *“(...) temos as auxiliares de sala e temos as auxiliares que estão afetas ao prolongamento (...).”.*

- Auxiliares de sala

Em primeiro lugar é importante perceber a importância que as auxiliares de sala têm no acompanhamento das crianças. Sendo que, *“As auxiliares de sala fazem o acolhimento das crianças, acompanham as educadoras ao longo das atividades, (...) o seu papel será auxiliar as educadoras em todas as atividades que sejam necessárias e em tudo aquilo que seja necessário que a educadora peça. Depois são responsáveis pela alimentação das crianças, ou seja, cada uma leva o seu grupo ao refeitório e é responsável por garantir que a criança tome uma refeição equilibrada (...) Depois acompanham os meninos no recreio, fazem a vigilância do recreio, entram novamente em sala, acompanham a parte da tarde e algumas delas acompanham, igualmente, a parte do prolongamento de horário. (...) depois há uma vertente muito importante do*

trabalho da auxiliar que é garantir que todo o espaço está em perfeitas condições de higiene para que as crianças tenham um ambiente saudável como é óbvio.”.

- Auxiliares das atividades de prolongamento de horário

Em segundo lugar, é importante destacar as auxiliares que acompanham as crianças no prolongamento de horário, sendo que “(...) temos auxiliares que só estão nas atividades, essas entram só da parte da tarde nos jardins-de-infância e acompanham os meninos durante as atividades e depois fazem a respetiva limpeza do espaço. (...) e depois de os entregarem por volta das cinco e meia, digo isto por volta das cinco e meia, porque o horário de término das atividades é às cinco e meia, mas depois temos meia hora de tolerância, para enfim, algum atraso dos pais até às dezoito (...).”.

- Destacamento das auxiliares

Relativamente ao destacamento das auxiliares, importa referir que a Divisão de Educação demonstra ter um especial cuidado neste sentido. A Divisão de Educação demonstra ter o cuidado de tentar adaptar cada auxiliar às características que cada tipo de jardim-de-infância apresenta. Isto leva a que na Divisão de Educação “(...) anualmente, fazemos um mapa de distribuição, temos os nossos recursos, sabemos quantas são, quem são, conhecemos bem o perfil de cada pessoa (...) porque fazemos acompanhamentos muito regulares e portanto, nós conhecemos bem o perfil de cada pessoa, sabemos os jardins-de-infância que temos (...) As realidades de cada jardim e fazemos, anualmente, o mapa de colocação. Este mapa de colocação também tem outra variável importante, uma vez que o nosso concelho é muito disperso e tem distâncias grandes, os jardins-de-infância são muito dispersos uns dos outros, nós tentamos sempre fazer coincidir estas vertentes todas, ou seja, atendendo à residência que a auxiliar tem, (...) e depois, anualmente, nós tentamos encontrar digamos que a melhor pessoa para aquele jardim-de-infância, tentamos adequar o perfil da pessoa ao jardim-de-infância. (...).”.

- Formação das Auxiliares

A Divisão de Educação, também demonstra ter um especial cuidado com a formação que concede às auxiliares que trabalham nos jardins-de-infância, sendo que

“(...) nós tentamos sempre que existem períodos de interrupção letiva fazer formação adequada às necessidades que têm enquanto auxiliares. A última que tivemos, foi nas férias da Páscoa, teve uma parte dirigida à higiene e segurança alimentar e outra parte dirigida à comunicação e às relações interpessoais, (...) primeiros socorros, também já tivemos (...) agora para as próximas férias vamos também realizar uma mini ação de formação, que tem que ver com a consulta da página de internet da autarquia (...) de poderem ter uma área específica para poderem aceder, para nós trocarmos mensagens e informações, para que se possam sentir mais ligadas à autarquia (...).”

- Número de auxiliares por sala

Outra matéria a destacar encontra-se relacionada com o número de auxiliares que é necessário ter em casa sala, com o objetivo de prestar um bom funcionamento no jardim-de-infância. Aqui, a Divisão de Educação destaca uma auxiliar por cada vinte ou vinte e cinco crianças, *“Nós temos uma auxiliar por cada sala de jardim-de-infância, portanto, por cada vinte a vinte e cinco crianças, depende da constituição do grupo, temos uma auxiliar colocada por cada sala de jardim-de-infância. Isto depois sem falar das colocadas no âmbito das atividades, portanto, eu falo aqui em termos de pré, temos uma auxiliar por cada sala. Depois temos as outras que entram na altura de acompanhar os meninos nas atividades, que são umas quantas.”*

- Avaliação das auxiliares

A avaliação também é um ponto que não deve ser esquecido e que *“É um processo partilhado entre a autarquia e os agrupamentos. A avaliação é feita quer pelas educadoras de sala ou então pela coordenadora, tem sempre o aval do agrupamento. (...) em última instância será sempre o agrupamento a validar a sua classificação e depois a autarquia está representada no Conselho de Coordenadores de Avaliação onde são discutidas as avaliações dadas, nomeadamente, se avaliação é muito má e se a avaliação é muito boa é sempre justificado (...) E é esse conselho coordenador, em que a câmara entra, que determina e valida a nota final de cada auxiliar.”*

Recursos Técnicos

Nos recursos técnicos necessários para esta competência é de destacar que, “*Nós aqui temos (...) eu enquanto técnica que acompanho, que sou responsável por estas atividades, temos uma assistente técnica que me acompanha também na gestão desta área, nomeadamente, no controlo dos pagamentos. Depois temos todo o pessoal não-docente, as auxiliares que estão em cada um dos jardins-de-infância também afetas a esta componente, temos os professores de cada uma das áreas.*”.

No orçamento da competência, “*Eu tenho para a área das atividades, posso dizer que a percentagem para as atividades são cerca de 4%. Porque nós no nosso orçamento temos dividido em rubricas diferentes. (...) a educação pré-escolar no seu todo está inserida na gestão da rede escolar, as atividades estão noutra rubrica. (...) o gasto com a dinamização das atividades é cerca de quatro por cento do orçamento da educação.*”.

Problemas identificados pelo entrevistado

Relativamente aos problemas destacados pelo entrevistado, os mesmos recaem no prolongamento de horário, nas auxiliares e no processo de inscrição.

No processo de inscrição, os problemas que se destacam são os seguintes, “*(...) No início do ano, claro, temos sempre aqueles problemas, porque as inscrições para quem inicia no início do ano não são preenchidas aqui, são preenchidas nos agrupamentos, portanto, há sempre uma documentação que não foi entregue, há sempre alguém que pensou ter preenchido e que não preencheu a inscrição.*”.

- Prolongamento de horário

Para começar, no que consiste ao prolongamento de horário, a entrevistada enuncia que este “*(...) é um processo que envolve muitas entidades. Envolve a câmara por um lado, por um lado envolve um conjunto de auxiliares (...) Porque nós somos a entidade patronal, mas quem avalia são as educadoras e a escola, portanto só isso (...) cria aqui algumas dificuldades de perceção e de posicionamento (...) Depois temos as educadoras que têm a supervisão pedagógica das atividades, temos os agrupamentos, temos as várias realidades de cada jardim-de-infância, temos os pais (...) temos até formas de entender o que são as atividades diferentes e que nós temos que responder.*

(...) Depois temos aqueles que fazem parte do quotidiano que são as ausências dos professores (...).”.

- Auxiliares

Passando dos problemas do prolongamento de horário para a questão que engloba as auxiliares, o que mais preocupa a entrevistada são as ausências concedidas pelas mesmas. Assim, a entrevistada refere que *“(...) a questão mais problemática de facto são as ausências, porque nós neste momento não temos uma bolsa para substituições (...). Nós estamos acima do rácio determinado pelo Ministério da Educação, portanto temos sempre margem de manobra. (...) Imaginemos um jardim-de-infância com três salas, o rácio determina duas auxiliares, nós temos colocada a terceira auxiliar. (...) A questão que se coloca são nos jardins-de-infância onde temos duas salas, ou naqueles que são lugar único, que só temos uma auxiliar, só temos uma sala de jardim-de-infância, aí quando a auxiliar falta tem, necessariamente, de ser substituída. O mesmo se passa também nas actividades. (...) Porque quando o professor das actividades falta, os meninos ficam com a auxiliar, essa auxiliar garante essa continuidade do conjunto de regras do que é definido e consegue acompanhar os meninos. (...) Os outros são, essencialmente, quando estamos a fazer o mapa, porque são aquelas tais quatro variáveis que nós temos que concilia-las muito bem para definir que auxiliar corresponde melhor ao perfil, corresponde melhor ao jardim-de-infância.”.*

Opinião da entrevistada

Na última questão da entrevista, que engloba a opinião da entrevistada, a mesma dirigiu-se para a opinião sobre a adaptação do prolongamento de horário às necessidades dos encarregados de educação e para as auxiliares, com a opinião sobre a pertinência das suas funções junto das crianças.

- Prolongamento de horário

No que consiste ao prolongamento de horário, este *“(...) Encontra-se adaptado porque permite que exista um conjunto de crianças que tenham acesso a várias actividades que de outra forma não teria e permite sensibiliza-los para um conjunto de áreas (...) Dá-lhes acesso e, principalmente, às crianças da zona rural, que*

normalmente estão mais afastadas do acesso a um conjunto de atividades que existem e que muitas vezes os pais das zonas mais urbanas ainda vão com os meninos terem um conjunto de atividades extracurriculares, digamos assim. (...).”

- Auxiliares

E em relação às auxiliares, “(...) Existem um conjunto de tarefas bastante grandes que as auxiliares fazem e que acaba por lhes dar uma ligação muito maior às crianças. (...) Temos um conjunto de crianças que é muito rápida e que já termina o trabalho e a educadora está a tentar gerir as dinâmicas das crianças todas, a auxiliar aí é um contraponto e faz todo o sentido, porque vai ficar a ajudar aquelas que por timidez, ou porque o seu ritmo é mais lento, consegue ajudá-las a acompanhar o resto do grupo. (...) Porque nós temos uma realidade muito diferente nos jardins-de-infância, temos jardins-de-infância onde temos, maioritariamente, crianças com cinco anos e algumas já com seis que foram condicionais e temos outros jardins-de-infância com crianças com três anos, maioritariamente, entre três e quatro anos e aí o apoio então é insubstituível e fundamental. (...).”

Como acontece com as três áreas anteriormente destacadas, a área do Pré-Escolar que a CMP desenvolve não é diferente e também se pauta por ações que ultrapassam as competências delegadas. Neste caso específico, a discriminação positiva encontra-se nos valores pagos referentes ao prolongamento de horário. Sendo que a CMP realiza uma distinção entre os rendimentos das famílias dos alunos e adequa o valor do pagamento a esse rendimento.

Outras duas posições que prevalecem são a importância dada ao destacamento das auxiliares e a importância dada à formação das auxiliares.

Considerações Finais

Como conclusão é importante fazer referência a todas as componentes que envolvem este grande processo e que se encontram ligadas entre si. Ou seja, ao estágio curricular, às atividades executadas no mesmo e à realização do Relatório de Estágio.

Para começar vou restringir-me à minha frequência no estágio curricular. Penso que foi bastante pertinente a minha permanência nesse local, uma vez que me permitiu perceber como funciona o quotidiano de uma divisão de um município. Na perceção deste quotidiano foi-me possível ficar a par do que era realizado a nível das competências transferidas de forma descentralizada, como, também, ter acesso a acontecimentos que não se encontram relacionados com as competências, como é o caso de algumas atividades em que participei. Neste sentido, importa voltar a referir a importância do papel que um Técnico Superior de Educação pode desempenhar neste meio. Na minha opinião, o papel que um Técnico Superior de Educação pode exercer neste local ou em locais semelhantes é, essencialmente com o seu conhecimento e com a sua experiência com o tipo de ações que se desenvolvem.

Nas atividades que realizei no decorrer do meu estágio curricular, as mesmas permitiram-me ter um maior contacto com a realidade das competências em que realizei trabalho, como foi o caso da competência dos Transportes Escolares. Esta competência destaca-se, pois foi na mesma que mais realizei trabalho. Também nas atividades em que participei, que são referentes às áreas em que a Divisão de Educação, também desenvolve ações, mas que não fazem parte das competências delegadas por lei, penso que foram um bom complemento para o meu estágio curricular, pois permitiram-me, como já referi, ter um contacto diferente com outras situações do meu estudo em específico. Na minha opinião, considero este tipo de iniciativas com grande relevância tanto para a comunidade educativa, como para os outros cidadãos que estiveram envolvidos, uma vez que promove a interação entre diferentes pessoas com idades tão discrepantes. Também destaco o valor que é prestado a este tipo de ações, uma vez que passa por valorizar mais, ainda, a população, que neste caso se focou nos jovens que se encontram integrados no PIEF e, também, na faixa etária mais idosa.

Neste campo das atividades, um ponto que eu tenho de referir como negativo, foi a falta de possibilidade em realizar outro tipo de atividades ou de desenvolver mais

atividades nas outras competências que foram menos exploradas. Apesar de a experiência de ter estado a realizar o estágio curricular na Divisão de Educação ter sido bastante importante, se tivesse existido a possibilidade de colaborar em mais atividades, esta experiência, ainda seria mais enriquecedora.

Agora, começando por destacar os pontos da realização do meu Relatório de Estágio, começo pela realização das entrevistas. Estas entrevistas demonstraram-se uma poderosa técnica de recolha de dados, para a realização do presente Relatório de Estágio e para responder à minha principal questão referente à gestão das áreas de atuação da Divisão de Educação.

Nos resultados posso afirmar que a CMP demonstra ter uma grande preocupação nas questões de igualdade entre crianças, uma vez que aposta, em muitas situações, na discriminação positiva. As competências dos Transportes Escolares, do Parque Escolar, da Ação Social Escolar e do Pré-Escolar têm assim a preocupação com esta matéria. Os alunos deste concelho têm a vantagem de terem direito ao transporte escolar desde que vivam a 2km ou mais da escola que frequentam; a ação social escolar destaca-se pela criação de um escalão único que confere refeições gratuitas e de fornecer o mesmo valor, 45 euros, também a ambos os escalões; o pré-escolar, que no pagamento do prolongamento de horário faz com que exista uma justiça entre os diversos escalões e o parque escolar que fornece apoio a visitas de estudo e faz cedência de instalações.

As questões que fazem parte da gestão das competências são mais amplas que as que me encontro a resumir na presente conclusão, podendo ser relidas ao longo de todo o relatório, pois não faria sentido estar a citar tudo o que isto inclui. Mas penso que, estes pontos que referi são a realização de um resumo, que demonstra uma gestão bem definida pela CMP, acerca das suas competências educacionais.

Concluindo, para mim, tanto a frequência do estágio curricular, como a realização das entrevistas e do presente Relatório de Estágio me foram bastante enriquecedoras.

Referências Bibliográficas

Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação – Um guia prático e crítico*. Porto: Asa Editores.

Câmara Municipal de Palmela (2010). *Regimento do Conselho Municipal de Educação*. Disponível em <http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/CC6F80F5-5F06-4E60-B370-F6A8A981BA28/0/RegimentodoConselhoMunicipaldeEducacao.pdf>, consultado a 4 de outubro de 2012.

Canário, M. (1999). *Construir o projecto educativo local: relato de uma experiência*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em <http://area.dgidec.min-edu.pt/inovbasic/biblioteca/ccoge10/index.htm>, consultado a 10 de novembro de 2012.

Carrilho, H., Ruas, A., Antunes, J., Polido, I., Romba, C., Ramos, S., Sequeira, A. & Marques, B. (2010). *Monitorização de Processos de Planeamento: o caso da Carta Educativa do Concelho de Palmela*. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de Outubro de 2010, Porto: Faculdade de Letras. Disponível em http://www.academia.edu/469527/Monitorizacao_de_Processos_de_Planeamento_o_caso_da_Carta_Educativa_do_Concelho_de_Palmela, consultado a 23 de Dezembro de 2012.

Duarte, N. (2006). *Teoria de Mintzberg – Mintzberg e o Desenho Organizacional*. Consultado em http://prof.santana-e-silva.pt/gestao_de_empresas/trabalhos_05_06/word/Teoria%20de%20Mintzberg.pdf, a 2 de Fevereiro de 2013.

Fernandes, A. (2000). Municípios e Escolas: Normativização e Contratualização da Política Educativa Local. In: Machado, J. & Formosinho, J. (2000). *Autonomia, Contratualização e Município*. Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.

Fernandes, A. (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In: Costa, J., Neto-Mendes, A. & Ventura, A. (Orgs), *Políticas e gestão local da educação: Actas do III Simpósio sobre organização e gestão escolar*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Formosinho, J., Fernandes, A., Machado, J. & Ferreira, F. (2005). *Administração de Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Edições ASA.

Mintzberg, H. (1986). *Trabalho Executivo: O folclore e o facto*. São Paulo: Nova Cultural. Coleção Harvard de Administração, 3.

Mintzberg, H. (1999). A essência da estrutura. In: *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Lisboa: D. Quixote.

Pinhal, J. (2003). *Gestão da Educação: a Escola, o Município e o Estado*. Colóquio da AFIRSE.

Pinhal, J. (2004). O território educativo e as comunidades locais. Conferência proferida no Seminário Internacional *Educação, Desporto e Desenvolvimento Regional*, promovido pela Associação dos Municípios do Distrito de Évora e realizado em Vendas Novas em 11 e 12 de novembro de 2004.

Pinhal, J. (2009). *Os municípios portugueses: a história até 1974*.

Pruaño, P. (2003). Los centros escolares y su entorno. In: Gonzáles, M., Nieto, J. & Portela, A. *Organización y Gestión de Centros Escolares*. Madrid: Pearson – Prentice Hall.

Rede Portuguesa das Cidades Educadoras (2006). *Congresso Nacional – I Congresso Nacional da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras*. Disponível em http://www.cm-odivelas.pt/CamaraMunicipal/ServicosEquipamentos/Educacao/anexos/Boletins_RedeTerritorialPortuguesa/boletim3.pdf, a 13 de janeiro de 2013.

Rede Portuguesa das Cidades Educadoras (2012). *Boletim da Rede Portuguesa das Cidades Educadoras*. Disponível em <http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do?idxar=923>, a 3 de Fevereiro de 2013.

Scatena, J. & Tanaka, O. (2001). *Os Instrumentos Normalizadores (NOB) no Processo de Descentralização da Saúde*. *Saúde e Sociedade*, 10(2), pp.47-74. Consultado em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v10n2/05.pdf>, a 24 de fevereiro de 2012.

Zabalza, A. (1996). El “clima”: concepto, tipos, influencia del clima e intervención sobre el mismo. In: Domínguez, G. & Mesanza, J. (coord.), *Manual de Organización de Instituciones Educativas*. Madrid: Editorial Escuela Española.

Outras Fontes

Câmara Municipal de Palmela (2005). *Carta Educativa de Palmela*.

Câmara Municipal de Palmela (2009). *Regulamentos – Suplemento de Boletim Municipal n.º 105*.

Câmara Municipal de Palmela (2011). DEIS - Plano de Actividades 2011.

Câmara Municipal de Palmela (2012). DEIS - Plano de Actividades 2012.

Carta das Cidades Educadoras (2004).

Constituição da República Portuguesa (2005), Consultado em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=constitui%C3%A7%C3%A3o+da+republica+portuguesa+2005&source=web&cd=3&sqi=2&ved=0CDMQFjAC&url=http%3A%2F%2Furh.uma.pt%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D31&ei=P7FjT8ftJ4Kt0QXpu4W9CA&usg=AFQjCNEjSvb9HSMaKvVimFUjjBzaOr29hA, a 16 de março de 2012.

Lei n.º 42/83, de 31 de dezembro. *Orçamento do Estado para 1984*.

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro. *Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais*.

Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro. Consultado em: <http://www.cm-braganca.pt/files/1/documentos/ensino/Decreto-Lei%20n%C2%BA%20299-84%20de%205%20de%20Setembro.pdf>, a 30 de julho de 2012

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Consultado em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/012A00/01300137.pdf>, a 30 de dezembro de 2012.

Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho.

Despacho n.º 470/2011. Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear da Câmara Municipal de Palmela. Consultado em: <http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/BD31222C-4F18-4CCF-BF4E-D9D1042F9838/0/Despacho4702011.pdf>, a 11 de outubro de 2012.

Deliberação n.º 2495/2010. Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível da Câmara Municipal de Palmela. Consultado em: http://www.cm-palmela.pt/NR/rdonlyres/0FDF78DC-3D95-442D-847B-9CD3AD9DFDCA/0/deliberacao2495_2010.pdf, a 11 de outubro de 2012.

Anexos

Guião Entrevista – Área de Competência: Transportes Escolares

Perceber todas as implicações humanas e técnicas que estão ligadas à competência da Câmara Municipal de Palmela referente aos transportes escolares.

Blocos	Objetivos Específicos	Questões	Notas
A. Legitimação da entrevista	Informar o entrevistado sobre os objetivos da entrevista; Motivar o entrevistado; Garantir a confidencialidade da entrevista; Solicitar permissão para gravar a entrevista.	<ul style="list-style-type: none">• Permite-me gravar, em formato de áudio, a entrevista?	

<p>B. Caracterização dos Transportes Escolares</p>	<p>Identificar o número de alunos transportados;</p> <p>Conhecer a evolução do número de alunos transportados;</p> <p>Perceber quais são as freguesias em que são transportados mais alunos;</p> <p>Perceber como é realizado o Plano de Transportes Escolares;</p> <p>Compreender como os alunos fazem a sua candidatura ao transporte escolar;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos são os alunos transportados? • Tem existido evolução do número de alunos que têm sido transportados? • Quais são as freguesias do concelho em que são transportados mais alunos? • Como é realizado o Plano de Transportes Escolares? • Como é que os alunos fazem a sua candidatura ao transporte escolar? 	<p>Perceber o porquê de serem transportados, ou não, mais alunos.</p> <p>Perceber o porquê de serem transportados mais alunos.</p> <p>Perceber o processo que está inerente ao Plano de Transportes escolares, como por exemplo, outro tipo de decisões que não estejam definidas por lei e os responsáveis por tal.</p>
--	--	---	--

	<p>Perceber como é realizado o processo de atribuição do transporte escolar;</p> <p>Saber quais são os diplomas que regem o cálculo;</p> <p>Identificar mudanças que ocorram com a situação económica atual.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Como é realizado o processo que auferir qual a distância da casa do aluno à escola, de modo a ter acesso ao transporte escolar? • Quais os diplomas que regem esse cálculo? • Com a atual situação económica que o país atravessa, existiu alguma revisão referente aos alunos apoiados? 	
<p>C. Recursos Humanos</p>	<p>Perceber quem são os envolvidos no processo de fornecimento dos transportes escolares;</p> <p>Identificar apoios e parcerias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram, no fornecimento de transportes? • Como se caracteriza e como se concretiza esse apoio e essa parceria? 	<p>Referir todo o tipo de pessoas e/ou entidades que estejam envolvidas. Perceber quem está no transporte escolar com as crianças.</p>

D. Recursos Técnicos	<p>Perceber quais são os recursos técnicos disponíveis e necessários para a realização da competência;</p> <p>Identificar apoios e parcerias;</p> <p>Saber no Orçamento que é referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para os Transportes Escolares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o fornecimentos dos transportes escolares? No Orçamento referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para os Transportes Escolares? 	Saber se os recursos são os necessários ou se existe falta.
E. Identificação e resolução de problemas	Identificar os problemas existentes no processo de fornecimento de transportes escolares.	<ul style="list-style-type: none"> Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano com o fornecimento de transportes? 	
F. Opinião	Conhecer a opinião do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> Na sua opinião pensa que existem situações em que o acesso aos transportes escolares deveria ser alargado? E ao contrário? 	

G. Finalização da entrevista	Informar o entrevistado da disponibilidade de acrescentar alguma informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quer acrescentar mais alguma informação? 	Informar o entrevistado da disponibilidade de, posteriormente, à transcrição da entrevista lhe fornecer a mesma.
------------------------------------	--	--	--

Guião Entrevista – Área de Competência: Ação Social Escolar

Perceber todas as implicações humanas e técnicas que estão ligadas à competência da Câmara Municipal de Palmela referente à Ação Social Escolar.

Blocos	Objetivos Específicos	Questões	Notas
A. Legitimação da entrevista	<p>Informar o entrevistado sobre os objetivos da entrevista;</p> <p>Motivar o entrevistado;</p> <p>Garantir a confidencialidade da entrevista;</p> <p>Solicitar permissão para gravar a entrevista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permite-me gravar, em formato de áudio, a entrevista? 	
	<p>Conhecer a estrutura que se encontra associada à disponibilização da Ação</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos são os alunos que usufruem dos apoios da Ação Social Escolar para livros e material escolar e para refeições? 	<p>Saber quantos são os alunos que usufruem em cada tipo de escalão e quantos a Câmara Municipal de</p>

<p>B. Caracterização da Ação Social Escolar</p>	<p>Social Escolar;</p> <p>Conhecer a evolução que existe no número de alunos que usufruem da Ação Social Escolar;</p> <p>Perceber o modo como é realizado o processo de atribuição da Ação Social Escolar;</p> <p>Saber se existe uma evolução acerca do valor que é dado ao aluno para os Auxílios Económicos Diretos (livros e material escolar);</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tem existido evolução do número de alunos que usufruem dos apoios da Ação Social Escolar? • Como é realizado o processo de atribuição de apoio na Ação Social Escolar? • Tem existido uma evolução do valor que é dado ao aluno para livros e material escolar? 	<p>Palmela paga a refeição e dá apoio financeiro para livros e material escolar.</p> <p>Perceber como os alunos fazem a sua candidatura para beneficiar de apoio pela Câmara Municipal de Palmela.</p> <p>Saber como é fixado o valor dado pela Câmara Municipal de Palmela.</p>
---	---	---	--

	Identificar mudanças que ocorram com a situação económica atual.	<ul style="list-style-type: none"> Com a atual situação económica que o país atravessa, existiu alguma revisão referente à competência? 	
C. Recursos Humanos	<p>Perceber quem são os envolvidos no processo de fornecimento de apoio na Ação Social Escolar;</p> <p>Identificar apoios e parcerias;</p> <p>Saber quem estipula as ementas nas escolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram no fornecimento de apoio aos livros e material escolar e às refeições? Quem é o responsável que estipula as ementas para cada semana? 	Referir todo o tipo de pessoas e/ou entidades que estejam envolvidas nos processos.
	Perceber quais são os recursos	<ul style="list-style-type: none"> Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que 	Saber se os recursos são os

<p>D. Recursos Técnicos</p>	<p>técnicos disponíveis e necessários para a realização da competência;</p> <p>Identificar apoios e parcerias;</p> <p>Perceber como é feito o controlo de qualidade dos refeitórios escolares;</p> <p>Saber no Orçamento que é referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para a Ação Social Escolar.</p>	<p>são necessários utilizar por terceiros para o fornecimento de refeições e de material escolar?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como fazem o controlo de qualidade dos refeitórios? • No Orçamento referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para a Ação Social Escolar? 	<p>necessários ou se existe falta.</p>
<p>E.</p>	<p>Identificar os problemas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os principais problemas com que se 	

Identificação e resolução de problemas	existentes no processo de Ação Social Escolar.	depara no seu quotidiano com a prestação da Ação Social Escolar?	
F. Opinião	Conhecer a opinião do entrevistado.	<ul style="list-style-type: none"> Na sua opinião pensa que existem situações em que o acesso à Ação Social Escolar devia ser mais alargado? 	
G. Finalização da entrevista	Informar o entrevistado da disponibilidade de acrescentar alguma informação.	<ul style="list-style-type: none"> Quer acrescentar mais alguma informação? 	Informar o entrevistado da disponibilidade de, posteriormente, à transcrição da entrevista lhe fornecer a mesma.

Guião Entrevista – Área de Competência: Parque Escolar (conceção, apetrechamento e manutenção)

Perceber todas as implicações humanas e técnicas que estão ligadas à competência da Câmara Municipal de Palmela referente ao Parque Escolar.

Blocos	Objetivos Específicos	Questões	Notas
A. Legitimação da entrevista	<p>Informar o entrevistado sobre os objetivos da entrevista;</p> <p>Motivar o entrevistado;</p> <p>Garantir a confidencialidade da entrevista;</p> <p>Solicitar permissão para gravar a entrevista.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Permite-me gravar, em formato de áudio, a entrevista? 	
	Saber quantos Jardins-de-Infância e Escolas Básicas do 1ºciclo	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos Jardins-de-Infância e Escolas Básicas do 1ºciclo existem no concelho de 	

<p>B. Caracterização do Parque Escolar</p>	<p>existem no concelho de Palmela;</p> <p>Perceber como está a decorrer a evolução do parque escolar no concelho de Palmela;</p> <p>Identificar mudanças que ocorram com a situação económica atual;</p> <p>Compreender quem participa nos novos projetos;</p> <p>Perceber se os projetos encomendados se encontram normalizados.</p>	<p>Palmela?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Há novos projetos de construção? Qual é o planeamento da carta educativa? • Com a atual situação económica que o país atravessa, existiu alguma revisão referente ao planeamento da carta educativa? • Os projetos são encomendados a arquitetos exteriores à Câmara Municipal de Palmela? • São projetos normalizados? 	<p>Relativamente à construção, ao apetrechamento e à manutenção.</p>
--	---	--	--

<p>C. Recursos Humanos</p>	<p>Perceber quem são os envolvidos no processo de construção, apetrechamento e manutenção do parque escolar;</p> <p>Identificar apoios e parcerias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram, no processo de construção, apetrechamento e manutenção do parque escolar? 	<p>Referir todo o tipo de pessoas e/ou entidades que estejam envolvidas.</p>
<p>D. Recursos Técnicos</p>	<p>Perceber quais são os recursos técnicos disponíveis e necessários para a realização da competência;</p> <p>Identificar apoios e parcerias;</p> <p>Saber no Orçamento que é referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para o Parque Escolar.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o processo de construção, apetrechamento e manutenção do parque escolar? • No Orçamento referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para o Parque Escolar? 	<p>Saber se os recursos são os necessários ou se existe falta.</p>

<p>E. Identificação e resolução de problemas</p>	<p>Identificar os problemas existentes no processo de reformulação do parque escolar;</p> <p>Perceber quais são os principais problemas que os Jardins-de-Infância e as Escolas Básicas do 1ºciclo do concelho de Palmela apresentam;</p> <p>Compreender qual é o apoio que a Câmara Municipal de Palmela fornece a outros níveis de ensino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano? • Quais são os principais problemas que os Jardins-de-Infância e as Escolas Básicas do 1ºciclo apresentam a nível do parque escolar? • Qual é o apoio dado a escolas de outros níveis de ensino? 	
<p>F. Opinião</p>	<p>Conhecer a opinião do entrevistado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pensa que existem Jardins-de-Infância e Escolas Básicas do 1ºciclo que necessitam de novas reformulações? 	<p>Perceber em que áreas precisam de reformulações.</p>

G. Finalização da entrevista	Informar o entrevistado da disponibilidade de acrescentar alguma informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quer acrescentar mais alguma informação? 	Informar o entrevistado da disponibilidade de, posteriormente, à transcrição da entrevista lhe fornecer a mesma.
------------------------------------	--	--	---

Guião Entrevista – Área de Competência: Pré-Escolar

Perceber todas as implicações humanas e técnicas que estão ligadas à competência da Câmara Municipal de Palmela referente ao Pré-Escolar.

Blocos	Objetivos Específicos	Questões	Notas
A. Legitimação da entrevista	Informar o entrevistado sobre os objetivos da entrevista; Motivar o entrevistado; Garantir a confidencialidade da entrevista; Solicitar permissão para gravar a entrevista.	<ul style="list-style-type: none">• Permite-me gravar, em formato de áudio, a entrevista?	

<p>B. Caracterização do Pré-Escolar</p>	<p>Saber quantos são os alunos abrangidos pelo prolongamento de horário;</p> <p>Perceber quais são as atividades de animação sócio educativas que são realizadas no prolongamento de horário;</p> <p>Saber como o aluno tem acesso à frequência no prolongamento de horário;</p> <p>Perceber o modo como é determinado o pagamento do prolongamento de horário;</p> <p>Saber se existe outro tipo de apoio às crianças no prolongamento de horário;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantos são os alunos que estão abrangidos pelo prolongamento de horário? • Quais são as atividades de animação sócio educativas que são realizadas no prolongamento de horário? • Como é que o aluno tem acesso à frequência no prolongamento de horário? • Como é determinado o pagamento das crianças que frequentam o prolongamento de horário? • No prolongamento de horário em que são 	
---	---	--	--

	<p>Perceber a evolução do número de alunos que frequentam o prolongamento de horário;</p> <p>Saber quais são as freguesias do concelho de Palmela em que mais alunos frequentam o prolongamento de horário;</p> <p>Identificar mudanças que ocorram com a situação económica atual.</p>	<p>efetuadas as atividades de animação sócio educativas, também existe outro tipo de apoio aos alunos?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tem existido evolução do número de alunos que têm frequentado o prolongamento de horário? • Quais são as freguesias do concelho em que existe uma maior frequência de alunos no prolongamento de horário? • Com a atual situação económica que o país atravessa, existiu alguma revisão referente à competência? 	
C. Recursos Humanos	Perceber quem são os envolvidos no processo de fornecimento do	<ul style="list-style-type: none"> • Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram, no prolongamento de horários e nas atividades de animação sócio educativas? 	Referir todo o tipo de pessoas e/ou entidades que estejam envolvidas.

	<p>prolongamento de horários e nas atividades de animação sócio educativas;</p> <p>Identificar apoios e parcerias.</p>		
<p>D. Recursos Técnicos</p>	<p>Perceber quais são os recursos técnicos disponíveis e necessários para a realização da competência;</p> <p>Identificar apoios e parcerias;</p> <p>Saber no Orçamento que é referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para os Transportes Escolares.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o funcionamento do prolongamento de horário e das atividades de animação sócio educativa? No Orçamento referente à Educação, qual a percentagem que é transferida para o Pré-Escolar? 	<p>Saber se os recursos são os necessários ou se existe falta.</p>

<p>E. Auxiliares</p>	<p>Saber quais são as funções desempenhadas pelos auxiliares;</p> <p>Perceber como os auxiliares são destacados;</p> <p>Ter conhecimento das formações que os auxiliares têm;</p> <p>Saber quantos auxiliares existem;</p> <p>Perceber se os auxiliares</p>	<ul style="list-style-type: none"> Quais são as principais funções dos auxiliares? Como é que os auxiliares são destacados? Os auxiliares têm algum tipo de formação periódica? Quantos auxiliares são destacados para o pré-escolar? Os auxiliares que trabalham no 	<p>Perceber se os auxiliares têm algum tipo de formação específico.</p> <p>Saber quantos auxiliares existem por cada aluno.</p>
--------------------------	---	---	---

	<p>executam tarefas fora do prolongamento de horário;</p> <p>Ter conhecimento de como é realizado o processo de avaliação dos auxiliares.</p>	<p>prolongamento de horário apenas trabalham nessa função ou também executam funções fora do prolongamento de horário?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como é realizado o processo de avaliação dos auxiliares? 	
F. Identificação e resolução de problemas	<p>Identificar os problemas existentes no processo do prolongamento de horário;</p> <p>Identificar problemas com a gestão do pessoal não-docente.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano com todo o processo do prolongamento de horário? • Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano como as auxiliares? 	
G. Opinião	<p>Conhecer a opinião do entrevistado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relativamente ao prolongamento de horário, considera que este se encontra adaptado às necessidades demonstradas pelos encarregados de educação ou mudaria algo? 	

		<ul style="list-style-type: none"> • E em relação aos auxiliares, qual é a sua opinião relativamente à pertinência das suas funções junto das crianças? 	
H. Finalização da entrevista	Informar o entrevistado da disponibilidade de acrescentar alguma informação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quer acrescentar mais alguma informação? 	Informar o entrevistado da disponibilidade de, posteriormente, à transcrição da entrevista lhe fornecer a mesma.

Protocolo da entrevista realizada à competência dos Transportes Escolares

Entrevistadora: Quantos são os alunos que são transportados?

Entrevistado: No presente... no presente ano letivo são transportados, aproximadamente, 2400 alunos. Estes alunos são transportados por ciclos e de várias formas, que eu acho que é importante salientar, são transportados do ensino básico 2032 alunos, do ensino secundário 338 e depois por sua vez, em circuitos públicos, que são circuitos que são realizados na sua maioria por uma empresa pública, que são os T.S.T., aqui na nossa zona, que são 2026, sendo que 344 são em circuitos autárquicos, ou seja, são alunos que são transportados em viaturas municipais. O que perfaz o total, de no presente ano letivo 2370 alunos que são transportados e por isso beneficiam do apoio do município no percurso casa-escola.

Entrevistadora: Tem existido evolução do número de alunos que têm sido transportados?

Entrevistado: Eu sou o técnico que acompanha os transportes escolares há, relativamente, pouco... pouco tempo, que era uma outra colega. Mas dos dados que tenho disponíveis, tem sido um número que se tem mantido, pelo menos nos últimos três anos letivos a variação tem sido muito pouco significativa. Ou seja, temos andado sempre aqui nos 2400, 2500 alunos, este ano houve uma pequena diminuição, mas muito residual e muito ligeira.

Entrevistadora: Quais são as freguesias em que são transportados mais alunos?

Entrevistado: Pronto, dadas as características do nosso concelho, que é um concelho, que é importante referir que é um concelho de transição, é um concelho de transição entre o urbano e o rural. Temos zonas que são urbanas, que é o caso de Palmela, aqui de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, mas depois temos uma grande ruralidade nas freguesias de Marateca e de Poceirão, que... pronto, que é importante dizer, também, que somos, em termos de área dos maiores concelhos do país onde os circuitos públicos não existem e então somos nós que fazemos uma aquisição de um serviço para uma empresa transportadora que efetua os transportes escolares. Por isso é nas zonas rurais, em Marateca e em Poceirão, que o número de transportes escolares é mais elevado. Este ano letivo nós transportamos no agrupamento de José Saramago, que é o agrupamento de Marateca/Poceirão, 213 alunos no primeiro ciclo e depois no segundo e terceiro ciclo

459. É este o agrupamento e são estas duas freguesias de Marateca e Poceirão que têm o maior número de alunos, porque também, lá está, é mais disperso, é maior e não há serviços, carreiras públicas que forneçam este serviço e então os meninos são quase todos transportados por... pelos serviços do município. É importante, se calhar aqui dizer também que dentro da área metropolitana de Lisboa, o município de Palmela é o município que mais investe e mais dinheiro gasta com os transportes escolares.

Entrevistadora: Como é realizado o Plano de Transportes Escolares?

Entrevistado: Bom, o Plano de Transportes Escolares é realizado com a base dos dados que temos sempre deste ano, ou seja, eu no planeamento do Plano dos Transportes Escolares para o próximo ano letivo tenho por base sempre os números de alunos que transportamos e as verbas que gastamos neste ano letivo. Depois, há aqui um trabalho que é feito em articulação com as escolas, nomeadamente, com os agrupamentos que se prende com as matrículas que eles já tenham recenseado e que nos deem algumas pistas sobre a origem dos alunos. Ou seja, porque nós o que temos que planear, realmente, é saber a origem dos alunos, de onde é que eles veem e em que escolas é que vão entrar. Daí nós questionarmos os agrupamentos sobre alguns indicadores que eles nos possam dar sobre... pronto, sobre este itinerário que os meninos irão fazer e quantos alunos é que têm, que perspetivas é que eles têm. Este ano está um bocadinho mais complicado porque as inscrições iniciaram-se um bocadinho mais tarde, este ano, só este mês de Abril é que as inscrições se vão iniciar, o que pode retardar aqui, pronto alguma informação. No entanto o nosso trabalho não para e tem que avançar, não é? E é a base dos dados que nós temos, portanto deste ano, que vão servir para o Plano de Transportes Escolares do próximo ano.

Entrevistadora: Como é que os alunos fazem a sua candidatura para o transporte?

Entrevistado: A candidatura dos alunos ao transporte escolar passa aqui pela Divisão de Educação o processo de análise, o processo das matrículas é sempre feito no agrupamento de escolas. Ou seja, os alunos ou os encarregados de educação quando se dirigem ao agrupamento para efetuarem a matrícula do aluno é-lhes entregue o papel do transporte. Se querem ou se não querem. No caso de quererem preenchem o papel e é solicitado o preenchimento de uma ficha com uma série de informação e documentos complementares, que pronto... que depois é analisado aqui na Divisão de Educação. E o que é importante para nós, além dos documentos que identifiquem a família e o agregado familiar e o aluno são a residência do aluno que ele tem de fazer prova que é

residente no concelho e que... da sua morada para nós podermos efetuar a medição dos transportes para ver se tem direito ou não.

Entrevistadora: Como é realizado o processo que auferir qual a distância do aluno à escola?

Entrevistado: Pronto, é efetuado de duas maneiras. Nós temos o Sistema de Informação Geográfico no município, o S.I.G. e que eu utilizo como forma de medir a distância entre a residência do aluno e a respetiva escola. Por vezes e nos casos de dúvida que no sistema me dão ali muito próximo do limite é efetuada a medição numa viatura no local. Ou seja, nós deslocamo-nos ao local, vamos à porta do aluno e realizamos o percurso que o aluno faria até à escola se fosse a pé e aferindo a medição da distância para vermos se ele é beneficiário ou não do transporte escolar.

Entrevistadora: Quais são os diplomas que regem esse cálculo?

Entrevistado: Pronto, nós temos o nosso Regulamento Municipal de Transportes Escolares, ele é a nossa Bíblia aqui que regula tudo o que é... quais as condições que são em termos de transporte escolar. O que é importante é que, de referir é que nós fazemos uma discriminação positiva, relativamente, às leis vigentes, ou seja, o Decreto-Lei 299 de 84, de 5 de Setembro determina que a oferta dos transportes escolares aos alunos do ensino básico e secundário que residem a 3 ou 4 km das escolas havendo ou não refeitório. Como todas as nossas escolas têm refeitório seriam os 4 km que seriam o limite, ou seja, todos os alunos que residissem a menos de 4 km, da residência até à escola não teriam direito a transporte escolar. O município de Palmela, pelas suas características, lá está, mais as características rurais e da ausência de transportes públicos fez uma discriminação positiva, como disse anteriormente e transporta todos os alunos que residam a 2 ou mais km, ou seja, reduzimos 2km relativamente à legislação. Todos os alunos que morem a 2 000 metros da escola ou mais têm direito a transporte escolar. Por isso é uma discriminação positiva. Depois temos, o nosso regulamento, como já disse que refere todas as condições de acesso, as condições de direito, as penalizações, os procedimentos, ou seja, nele estão todas as normas e todas as regras que são necessárias. É importante aqui dizer também que e para que fique registado e que tu sabes Sandra, que temos além desta questão dos transportes escolares, temos ainda os transportes especiais, os transportes de alunos com Necessidades Educativas Especiais que frequentam as escolas de referência do nosso concelho e que

nós efetuamos o transporte em viaturas municipais. Além disso, temos ainda, conseguimos, nomeadamente, às salas de multideficiência proporcionar, porque os agrupamentos solicitaram, proporcionar a deslocação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais a algumas terapias, como são terapias de *snoezelen* que vão para Setúbal e as hidroterapias que fazem aqui no concelho de Palmela em viatura especial, que neste momento com a plataforma elevatória a autarquia não tem nenhuma viatura destas, mas recorre a um concurso e são os bombeiros que efetuam esse transporte.

Entrevistadora: Com a atual situação económica do país existiu alguma revisão referente aos alunos que são apoiados?

Entrevistado: Por enquanto não. Ou seja, as indicações que eu tenho é para continuar a trabalhar com base nesta discriminação positiva que nós fazemos. Pronto, tentando apoiar ao máximo os alunos e as suas famílias, não é? Nomeadamente nas zonas rurais, se este serviço não fosse prestado pelo município, certamente, que o abandono escolar seria muito maior. Penso que é essencial, nomeadamente, nestas zonas que não são servidas por transportes públicos.

Entrevistadora: Quem são as pessoas ou entidades que colaboram no fornecimento dos transportes?

Entrevistado: Isto é um processo que é partilhado, não é? Aqui a Divisão de Educação é um interlocutor com as escolas. Nós rececionamos os processos dos agrupamentos, analisamos cada um dos processos, individualmente e aferimos se o aluno tem direito ou não. Depois, em termos de logística, ou seja, em termos de concursos que é necessário fazer quer para viaturas, para motoristas, para vigilantes, é tudo através de concurso público e a Divisão de Aprovisionamento e Finanças que efetua esses concursos. E depois temos, em termos dos transportes dos circuitos municipais, os colegas mesmo da Divisão Logística com as nossas viaturas e que são os nossos colegas que fazem esse trabalho, não é? É a Divisão de Logística com as viaturas municipais e os motoristas e é depois os do Aprovisionamento com os concursos públicos para a prestação dos serviços. Nomeadamente estes, sem esquecer, como é evidente, as escolas e os agrupamentos, que são eles que são aqui o nosso interlocutor e é em conjunto que trabalhamos sempre.

Entrevistadora: Como é que se caracteriza e como é que se concretiza esse apoio e essa parceria?

Entrevistado: Bom... concretiza-se através de muita comunicação, não é? De muito trabalho conjunto e partilha de informação, ou seja, é como disse à bocadinha, nós aqui fazemos a ponte com as escolas, a Divisão de Educação. Mas quem está em contacto com os motoristas e com as vigilantes, que é quem está, diretamente, em contacto com os alunos, que os vão buscar à escola e os entregam às famílias é a Divisão de Logística, porque é lá que estão os autocarros e é lá que estão as pessoas, não é? Por isso isto exige aqui de nós uma grande articulação em termos de informação, mas pronto, isso é um trabalho que todos os dias falo com a colega, com a Rosário Antunes, que era a colega que estava aqui na Educação com os transportes escolares e que tem uma noção, além de muita experiência, tem uma noção do trabalho que faz lá e do trabalho que se faz aqui. Por isso, isso é sempre uma mais-valia em termos do trabalho a desenvolver. Mas pronto, basicamente, é isso. É muita informação, nós somos um município e em termos de pessoas, de recursos humanos que falamos, andamos muito no terreno e falamos muito com as pessoas e conhecemos os professores e as escolas e os seus problemas e isso é um veículo facilitador de comunicação. O que faz com que qualquer areia que surja na engrenagem mais facilmente se conseguia transpor e resolver porque temos, felizmente, uma relação de trabalho e profissional e também de amizade com as nossas... além de termos nós colegas do município, também com as escolas e com a maioria dos professores.

Entrevistadora: Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o fornecimento dos transportes escolares?

Entrevistado: Em termos técnicos é, basicamente, é o nosso trabalho técnico de acompanhamento deste processo. Depois lá está, em termos dos concursos públicos não passa aqui por nós é sempre o Aprovisionamento que trata desses procedimentos, porque são concursos públicos que depende sempre do valor a adjudicar do concurso em que determina se o concurso é internacional, quantas empresas é que concorrem, há uma plataforma que faz essa... em que as empresas concorrem e apresentam as suas propostas e depois é sempre a Divisão de Aprovisionamento que faz essa seleção. Pronto, depois aqui uma ferramenta essencial é o sistema de informação geográfico, não é? Porque nós temos a cartografia do nosso concelho, fazemos uma pesquisa por rua e por número de porta e é uma ferramenta que nos permite medir para aferir as distâncias e é essencial. Pronto, não sei se esta pergunta é necessário mais alguma informação...

Entrevistadora: E os recursos que existem acha que são os que... os bons, ou acha que falta mais alguma coisa?

Entrevistado: Quer dizer... no caso dos transportes escolares nós temos uma aplicação informática que faz a gestão... faz a gestão quer dizer... nós carregamos a nossa base de dados com os miúdos que são transportados e é uma mais-valia, porque esta aplicação consegue, facilmente, depois de carregada gerir toda a informação. Há sempre aspetos que nós queremos que sejam melhores e que se possam melhorar no futuro, não é? Por exemplo, nós aqui na Educação queremos ter uma base de dados conjunta não só de transportes escolares, mas cruzar os transportes escolares também com a ação social escolar, por exemplo. Pronto, para se referir aqui uma série de indicadores e para evitar que as famílias no ato da inscrição, da matrícula, tenham que preencher vários documentos e solicitem às famílias vários documentos, ou seja, o mesmo documento várias vezes para uma série de processos que vêm para o Município. Mas pronto, a base de dados é uma ajuda que é uma mais-valia para nós.

Entrevistadora: No orçamento referente à Educação, qual é a percentagem que é transferida para os transportes?

Entrevistado: Nós aqui somos... os transportes escolares consomem a grande fatia do orçamento da Divisão de Educação que ronda 1 milhão de euros, o que representa 41% do nosso orçamento. É uma grande fatia, é um grande investimento que o Município faz, pronto... mas que é necessário.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano com o fornecimento de transportes?

Entrevistado: Felizmente e neste ano letivo as coisas têm corrido muito bem, sem sobressaltos. Pronto, há aqui as nossas... os processos que nós tratamos, mensalmente, que causam sempre aqui algum *stress*, ou seja, o requisitar das senhas aos T.S.T., o facto de ir distribuir as senhas pelas escolas, de serem vendidas pelas colegas que depois vão às escolas vender as senhas, a recolha das senhas, os miúdos, os alunos que não levantam as senhas nos períodos que estão definidos e que depois nos aparecem aqui à porta a dizer “Epa esqueceu-se ou não se lembrou” e querem a senha e numa eventualidade nós ainda temos alguma disponibilidade da senha, ainda o fazemos. São sempre aqui situações pontuais, não é? Em determinadas alturas do mês que surgem e que causam sempre aqui algum *stress*. Mas são situações que nós resolvemos e que, pronto lá está, com boa vontade e com empenho consegue-se sempre ultrapassar. Eu

aquilo que me preocupa, a mim e aos colegas da Divisão de Logística é sempre o trabalho que é feito todos os dias nas viaturas, quer com os motoristas, quer com as vigilantes nos comportamentos dos alunos dentro dos autocarros, porque a segurança é aquilo que nós nunca podemos descorar, por isso é que temos as duas vigilantes por cada uma das viaturas, para elas aferirem os comportamentos dos alunos, verem se eles antes de iniciarem o transporte, cumprem todas as regras que são obrigados, não é? A colocação dos cintos, a colocação das cadeiras, nos meninos que não têm determinado peso e altura. Pronto e são as questões de segurança que a mim me preocupa e que não descoramos de forma nenhuma e pronto... isso é a minha principal preocupação. Além de servir os munícipes, não é? Que são os nossos clientes é que tudo corra bem no percurso e no serviço que nós prestamos.

Entrevistadora: Na sua opinião pensa que existem situações em que o acesso aos transportes devia ser alargado ou não?

Entrevistado: No contexto e na conjuntura atual, não.

Entrevistadora: Não?

Entrevistado: Acho que nós, na tal discriminação positiva que falei nas questões anteriores, já prestamos um serviço e uma mais-valia à nossa comunidade e aos nossos munícipes.

Entrevistadora: Quer acrescentar mais alguma coisa?

Entrevistado: Não.

Entrevistadora: Não quer?

Entrevistado: Quero só desejar-te um bom trabalho.

Entrevistadora: Obrigada!

Entrevistado: E agradecer-te a colaboração que deste no processo de transportes escolares, que não tem sido tão pouco quanto isso, tens feito muitas coisas neste processo e agradecer-te e desejar-te muitas felicidades.

Entrevistadora: Obrigada!

Protocolo da entrevista realizada à competência da Ação Social Escolar

Entrevistadora: Quantos são os alunos que usufruem dos apoios da Ação Social Escolar para livros e material escolar e para refeições?

Entrevistada: Para dizer o número de alunos temos que separar aqui duas questões, a Ação Social Escolar tem dois tipos de apoio, não é? Tem a vertente dos Auxílios Económicos Diretos que se dirige só aos alunos do 1ºciclo do ensino básico e tem o apoio alimentar, ou seja, a refeição gratuita que se dirige, não só, aos alunos do 1ºciclo do ensino básico como também às crianças da educação pré-escolar. Em termos de Auxílios Económicos, no ano letivo 2011/2012 foram admitidos 1014 alunos. Portanto perfazendo um total de subsídio a atribuir de 45.630 euros, uma vez que o valor unitário são 45 euros. Agora, relativamente, à Ação Social Escolar na sua globalidade, portanto, incluindo o total de alunos que têm direito aos Auxílios Económicos e à refeição gratuita e, as crianças do pré-escolar têm direito também à refeição gratuita, estamos a falar no ano letivo 2011/2012 de 3028 crianças e alunos no total.

Entrevistadora: Tem existido evolução do número de alunos que usufruem dos apoios da Ação Social Escolar?

Entrevistada: A evolução não é linear, isto porquê? Porque houve um ano, que foi no ano de 2008/2009, em que houve um *boom*, portanto passámos, em termos de Auxílios Económicos Diretos, de 711 requerimentos recebidos e 530 alunos admitidos para para 1032 requerimentos e 891 alunos admitidos. Este *boom* teve a ver, essencialmente, com a alteração da legislação, ou seja, porque as condições de acesso tinham a ver com o valor do rendimento do agregado familiar que era calculado com base no I.R.S. A partir de 2008/2009, a legislação define que as condições de acesso são o escalão do abono de família, ou seja, o escalão 1 e o escalão 2 têm direito à Ação Social Escolar e os outros escalões não. E portanto, esta foi a principal razão deste *boom*. Depois em 2009/2010 subiu novamente, portanto passou de 891 para 1054, mas depois em 2010/2011 os Auxílios Económicos subiram novamente, portanto passou para 1090, mas depois no ano letivo 2011/2012 tivemos um pequeno decréscimo para 1017 admitidos. Portanto, subiu, efetivamente, até 2010/2011, mas depois em 2011/2012 houve uma pequena quebra. Isto a nível dos Auxílios Económicos Diretos. Ao nível da Ação Social escolar na globalidade, entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012, houve,

efetivamente, um acréscimo dos admitidos, porque aqui já estamos a considerar também as crianças do pré-escolar e portanto passamos de 1359 para 1290 admitidos no total, não é? Enquanto que no 1º ciclo houve uma quebra, o pré-escolar compensou, ou seja, implicou um aumento significativo da Ação Social Escolar.

Entrevistadora: E como é realizado o processo de atribuição do apoio da Ação Social Escolar?

Entrevistada: O processo de atribuição do apoio tem em primeira instância, como enquadramento, o quadro normativo, não é? Portanto, existem normativos que têm a ver com a competência das autarquias, não é? Porque isto é uma competência da autarquia, que enquadra toda esta matéria. E com base nesse quadro normativo a Câmara Municipal de Palmela aprovou um Regulamento Municipal que define como é que são atribuídos estes apoios. Portanto, de uma forma genérica, eu posso dizer como é que funciona. As famílias que estão no escalão 1 ou 2 podem candidatar-se à Ação Social Escolar e para isso têm que fazer na altura da matrícula ou da renovação da matrícula ou da inscrição no pré-escolar, o preenchimento de um requerimento e entregar a declaração do abono de família, do posicionamento no escalão do abono de família e fazem-no no agrupamento de escolas, no seu respetivo agrupamento de escolas onde fazem a matrícula ou a renovação. Os agrupamentos recolhem todas as inscrições, validam, porque têm que confirmar se, efetivamente, está nessa situação e enviam-nos até ao dia 15 de Julho para a Câmara. A Câmara analisa e despacha e devolve até ao dia 8 de Setembro toda a informação. Depois são os agrupamentos que comunicam, portanto nós validamos, comunicamos aos agrupamentos e depois são os agrupamentos que comunicam às famílias se elas são abrangidas ou não. Depois durante o ano há situações de exceção, que são as transferências, não é? Porque se um aluno ou uma criança vem transferida de outro agrupamento, portanto, isso tem de ser validado; as transferências; as inscrições no pré-escolar que podem ocorrer, desde que haja vaga durante todo o ano letivo e temos para além das transferências a alteração da situação socioeconómica, ou seja, muitas famílias, uma vez que o posicionamento do escalão do abono de família decorre da declaração de I.R.S., há famílias que em Janeiro, no novo ano, vêm a sua situação revista e portanto, desde que a família faça prova de que no ano anterior estava no escalão que não tinha direito e que viu a sua situação alterada, entrega essas declarações, tudo via agrupamento e depois tem direito, realmente, à revisão da sua situação. Portanto, o procedimento é basicamente este. Ao nível dos Auxílios

Económicos Diretos, depois a Câmara Municipal transfere para os agrupamentos o montante, não é? E são os agrupamentos depois que fazem essa entrega às famílias.

Entrevistadora: Tem existido uma evolução do valor que é dado ao aluno para livros e material escolar?

Entrevistada: A legislação prevê a existência de dois escalões, que é o escalão A e o escalão B, sendo que o escalão A tem direito à totalidade do valor da refeição e o escalão B tem direito a 50%, mas a Câmara de Palmela sempre se pautou por uma discriminação positiva, ou seja, tem um escalão único. Portanto, todas as crianças que estejam integradas no escalão 1 e 2 têm direito ao mesmo, portanto à totalidade da refeição. Isto em relação à refeição. Em relação aos Auxílios Económicos Diretos, a legislação não definia qual era o montante, portanto, sempre disse que o montante era definido pela autarquia e aprovado em Conselho Municipal de Educação. Esse valor tem vindo a aumentar ao longo dos anos e no ano letivo 2008/2009, o montante era de 40 euros. Entretanto em 2008, o despacho que é publicado, anualmente, que define as regras para a Ação Social Escolar vem pela primeira vez definir montantes para os Auxílios Económicos Diretos. E portanto, esses montantes, basicamente, são definidos com base nos anos de escolaridade, portanto para o 1º e 2º ano um determinado montante para livros e um determinado montante para material escolar, o 3º e o 4º ano, um outro montante para livros e outro para material escolar, um para o escalão A e outros para o escalão B, portanto, isto muito definido. O que é que acontece, como a Câmara Municipal de Palmela tinha um escalão único, um valor único para todas as crianças posicionadas no escalão A e B decidiu esse ano nivelar pelo máximo, ou seja, o valor mínimo não te sei dizer agora, mas se calhar 39 euros, 19 euros, portanto havia aqui valores muito diferentes, mas o valor máximo para o 4º ano, eram 45 euros. E, portanto, a Câmara decidiu nivelar pelo máximo a todos, novamente, uma discriminação positiva e então atribui 45 euros a todos os alunos posicionados no escalão 1 e 2. E, portanto desde o ano letivo 2009/2010, que o valor unitário do apoio são 45 euros.

Entrevistadora: Com a atual situação económica que o país atravessa existiu alguma revisão?

Entrevistada: Não existiu, efetivamente, nenhuma revisão porque uma revisão também tem de decorrer, na minha opinião, de um diagnóstico e de uma situação da realidade. Tem-se falado muito que algumas Câmaras têm aberto os refeitórios escolares aos fins-

de-semana... pronto, principalmente nessas situações. Nós só pudemos avançar para uma situação dessas de alargamento da competência, ao nível dos Auxílios já estamos alargados, já damos mais do que aquilo que a legislação nos obriga. A nível das refeições poderíamos ou dar outra refeição ou alargar aos fins-de-semana ou férias escolares, mas nós só podemos fazer isso se houvesse um diagnóstico de uma necessidade. Quem é que nos pode fazer isso? As escolas, não é? Porque são as escolas que estão no contacto direto com as crianças e com as famílias. E, efetivamente, não nos chegou nota nenhuma desta situação. Portanto, não havendo registo de nenhuma necessidade, apesar de nós sabermos que a situação não é fácil e que haverá algumas famílias, algumas crianças que se calhar é a única refeição que têm durante o dia, mas pelo menos não nos foi dado nota de nenhuma situação dessas. E, portanto, a Câmara também..., não vai avançar com nenhuma situação da qual não tem diagnóstico efetivo da necessidade nem solicitação.

Entrevistadora: Quem são as pessoas ou entidades que colaboram no fornecimento de apoio aos livros e material escolar e às refeições?

Entrevistada: Pronto, como eu já disse, em termos da Ação Social Escolar nós não podemos trabalhar sozinhos, até porque temos parceiros muito privilegiados que são as escolas e os agrupamentos. E, portanto, a Câmara Municipal tem estabelecido com os agrupamentos, com os 3 agrupamentos do concelho, tem estabelecido protocolos de colaboração. Esses protocolos definem a colaboração ao nível da Ação Social Escolar, quer ao nível dos Auxílios Económicos Diretos que tem a ver com aquilo que eu já disse, que é a receção dos requerimentos, que é a sua confirmação, que é o seu envio para a autarquia, quer depois a receção dessa informação, a informação à família, a receção da verba e a atribuição da verba à família. Portanto, em termos dos Auxílios Económicos. Ao nível do Programa de Alimentação Escolar, esta cooperação tem a ver com a colaboração e o cumprimento deste Programa de Alimentação. Portanto, que é verificar as condições de fornecimento das refeições, porque nós temos duas vertentes, não é? No Programa de Alimentação, temos as refeições transportadas nos estabelecimentos onde não há cozinha, não há condições para confeção local e depois temos a confeção local. Na confeção local são os coordenadores do estabelecimento que nos apoiam na verificação do fornecimento dessas refeições, da qualidade, da quantidade, dessas questões todas. Portanto, estes protocolos de colaboração, para além de termos ainda outras situações, porque temos crianças do 1ºciclo que almoçam nos

refeitórios do 2º e 3º ciclo, não é? Portanto temos uma situação com o agrupamento de Pinhal Novo, em que há uma escola de 1º ciclo que é contígua à escola de 2º e 3º ciclo e essas crianças vão lá almoçar. Como, temos na básica de Poceirão, na José Saramago, em que as crianças do 1º ciclo também almoçam no refeitório do 2º e 3º ciclo e portanto há uma colaboração muito estreita que está referida em protocolo com os agrupamentos de escolas. Estes dois, que é uma situação específica, que é o facto das crianças de 1º ciclo almoçarem também, mas depois é transversal a todo o 1º ciclo e pré-escolar.

Entrevistadora: Quando a comida não é confeccionada na escola é feita onde?

Entrevistada: A comida é feita em cozinhas definidas pela entidade fornecedora, pela empresa fornecedora. E isso não está definido em caderno de encargos, portanto eles confeccionam onde têm condições para confeccionar. Neste momento, está a ser confeccionada, por acaso, na básica do Poceirão, da José Saramago no Poceirão, uma parte. A outra parte numa secundária no Barreiro.

Entrevistadora: Quem é o responsável que estipula as ementas para cada semana?

Entrevistada: Então, no âmbito do Programa de Alimentação Escolar estas questões não são tão simples, são um bocadinho complexas, porque ao nível do Programa de Alimentação Escolar uma questão muito importante é a questão da segurança alimentar e a autarquia não tem técnicos especializados nesta matéria. E, portanto, era uma necessidade urgente, porque nós não conseguíamos controlar a questão da segurança alimentar, nem de verificar, pronto... E desde 2007 que foi proposto e foi estabelecido um contrato com uma empresa de consultoria nesta matéria, de higiene e segurança alimentar. E portanto isto assenta, basicamente, no quê? Este contrato, para além de inspeções mensais aos refeitórios com confeção local, de verificação das condições contratuais da empresa fornecedora, da realização de análises mensais, também implica uma assessoria jurídica nesta matéria, nomeadamente, na elaboração de cadernos de encargos e na elaboração de ementas, porque a empresa tem nutricionistas e dietistas. E em anos anteriores as ementas eram colocadas a concurso, ou seja, a empresa fornecedora quando se candidatava tinha que apresentar as suas ementas e depois nós validávamos ou não. Com a experiência, este ano letivo quando se abriu o concurso, o caderno de encargos já incluía as ementas, portanto, as ementas foram logo elaboradas pelos nutricionistas e dietistas desta empresa que nos dá assessoria. Portanto, as ementas são feitas para 8 semanas e são rotativas. Temos ementas padrão de 8 semanas.

Entrevistadora: Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o fornecimento de refeições e de material escolar?

Entrevistada: Aí está-me a falar dos técnicos da autarquia, é isso?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: Pronto, nós na Divisão de Educação também tivemos que montar aqui um esquema, porque neste momento temos 6 refeitórios com confeção local e 18 com estabelecimentos com refeições transportadas. E portanto isto carece de uma organização um bocadinho grande, não é? Porque nós não conseguíamos controlar o que se passava nestes estabelecimentos, para além de que nas transportadas todas as pessoas que estão a fazer vigilância e a fazer higienização dos espaços, etc., é pessoal da autarquia, não é? Então surgiu a necessidade de ter alguém que fosse responsável por estas unidades e que fosse responsável por estas pessoas e que fizesse essa vigilância. Portanto, neste momento na Divisão de Educação existem 2 técnicos, não é? Uma que sou eu responsável pelo Programa de Alimentação, existe outra técnica que é responsável pela confeção local, portanto é ela que, diariamente, visita os refeitórios com confeção local e verifica se está tudo em condições, portanto, faz a articulação com os agrupamentos e com a empresa fornecedora e existe uma encarregada responsável pelos estabelecimentos com refeições transportadas. Para além disso, temos sempre em termos técnicos também o recurso da empresa que nos dá assessoria, que é a Senha.

Entrevistadora: Como se faz o controlo de qualidade dos refeitórios?

Entrevistada: Pronto, o controlo de qualidade é feito, exatamente, com tudo o que eu já disse, não é? Portanto temos a empresa com a qual temos o contrato estabelecido, que é a Senha, que faz inspeções mensais, produzindo relatórios dessas inspeções, faz análises aos alimentos, às superfícies e às mãos das manipuladoras de alimentos, também, mensalmente. E temos a encarregada e a técnica que se desloca, frequentemente, fazendo registos e intervenções nos refeitórios.

Entrevistadora: No orçamento referente à Educação, qual é a percentagem que é transferida para a Ação Social Escolar?

Entrevistada: A informação que eu lhe vou dar tem a ver com uma questão mais ampla, que é a seguinte, posso-lhe dizer que no ano 2011, a verba da Ação Social Escolar e aqui quando estou a falar da Ação Social Escolar estou a falar só de Auxílios Económicos Diretos e Programa de Alimentação Escolar, foi de 802.139,12. Aqui em termos de Programa de Alimentação Escolar temos de incluir o seguinte, quando nós

falamos do escalão 1 e 2, não é? Estamos a falar da refeição gratuita só que o Programa de Alimentação Escolar é mais do que isto é a Ação Social Escolar. Porque estas crianças não pagam nada, efetivamente, mas depois temos as outras crianças que compram uma senha e o valor da senha também é definido por despacho pelo Ministério da Educação e Ciência e este ano letivo o valor da refeição é 1,46, mas a refeição não custa à Câmara Municipal 1,46 custa mais. Portanto, o diferencial entre 1,46 e o custo real da refeição, também é suportado pela autarquia e portanto isso também entra no montante da Ação Social Escolar. E portanto estes 802 mil euros contempla também este montante.

Entrevistadora: E sabe quanto é que é o valor total, entre o que os alunos pagam e o que a Câmara paga?

Entrevistada: É diferente. É diferente para refeições transportadas, é diferente para confeção local, portanto tem a ver com o valor de concurso, não é? Porque nós abrimos concurso público, as empresas concorrem e ganha a que tem o preço mais baixo. Portanto, em termos de percentagem aqui já está também incluído o Regime da Fruta Escolar e o Regime da Fruta Escolar é uma outra vertente da Ação Social Escolar. Que o ano passado nós tivemos a funcionar, este ano por constrangimentos de fornecedores, porque não conseguimos fornecedor, não está. Portanto, o ano passado contando com o Regime da Fruta Escolar, o total da Ação Social Escolar foi 34% do orçamento da Divisão da Educação.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano na prestação da Ação Social Escolar?

Entrevistada: Bem, os problemas são vários, mas de uma forma geral o mais complicado, efetivamente, é... porque nós estamos a lidar, diariamente, quer com os Auxílios Económicos, quer, essencialmente, com o Programa de Alimentação, que é, os Auxílios Económicos é um processo mais linear, o Programa de Alimentação Escolar é um bocadinho mais complexo, que tem aqui várias variáveis. E basta nós termos aqui tantas variáveis como sendo as crianças, os pais, os professores. Portanto, são muitas pessoas envolvidas no processo e são muitos normativos legais, também. E esta matéria da Alimentação é muito sensível. Posso dizer que em termos da Ação Social Escolar, mais nos Auxílios Económicos, às vezes é a nossa articulação com os agrupamentos, porque também não estamos numa conjuntura muito fácil e às vezes não é fácil passarmos a informação, para ela ser selecionada, devidamente, pelos agrupamentos,

porque as famílias muitas vezes não sabem a quem se dirigir, e dirigem-se à Câmara, em vez de se dirigem ao agrupamento. Mas pronto, nós vamos dirimindo esses conflitos, tentando resolver as questões. Outro grande, para mim o maior problema, é conseguir garantir, que, efetivamente, a empresa fornecedora que ganhou o concurso, cumpra todas as condições contratuais. Esse é o principal problema e portanto é aí que nós estamos a investir. Neste momento, eu acho que nós, autarquia devemos dar um bocadinho o “salto” e passar para outros programas de educação alimentar, porque acho que a nível da qualidade, da estrutura do processo, no Programa de Alimentação acho que já conseguimos alguma estabilidade e devíamos passar mais para uma questão de educação alimentar que é o que se coloca neste momento. Porque nós não conseguimos fazer nada no contexto escolar, se não conseguirmos chegar às famílias de alguma forma, não é? Mas, não conseguimos ainda investir nessa área porque temos estado muito concentrados no cumprimento das condições contratuais e na garantia da qualidade das refeições que fornecemos. Pronto, isso tem sido a nossa principal preocupação e é o que nos tem trazido mais problemas.

Entrevistadora: Na sua opinião pensa que existem situações em que o acesso à Ação Social Escolar devia ser mais alargado?

Entrevistada: Não tenho dúvidas. Agora isto tudo tem a ver com a forma como se acede à Ação Social Escolar. E portanto, como é que se acede à Ação Social Escolar? Através do abono de família. O abono de família é calculado, o posicionamento dos abonos de família é calculado de acordo com o I.R.S. No início do ano letivo 2011/2012 a declaração que as pessoas entregam é a que recolhem em Junho ou Julho de 2011, que tem a ver com os rendimentos que declararam em Outubro de 2010, que se reportam ao ano de 2009, que são os rendimentos de 2009. Ou seja, há sempre um desfasamento entre o ano letivo atual de dois anos e os rendimentos. Ora, se há alterações significativas no contexto da família, não é? Isto é uma injustiça, efetivamente. Do que me é dado a perceber, aliás ainda não consegui perceber se a Segurança Social atualiza, porque já nos apercebemos que para muitas famílias atualiza de imediato quando há alteração e para outras não. E, portanto não há aqui um rigor porque, efetivamente, se há uma alteração da condição socioeconómica devia ser alterado o escalão do abono de família. Mas penso que é só anual, para algumas famílias pelo menos. Mas também se passa ao contrário, ou seja, eu este ano em 2009 podia ter uma situação precária, não é? E agora até posso ter uma situação melhor mas estou a usufruir e portanto, há aqui uma

injustiça. E nós percebemos que há muitas famílias que não precisam deste apoio, porque só passado alguns meses, porque alguém lhes disse que tinham direito porque estavam no escalão 1 ou 2 é que vinham pedir. Ora, se só vem pedir nessa altura era porque não precisava, não é? Porque se não tinham vindo. Outras por desconhecimento, porque também há muito a pobreza escondida, encapotada, não é? Porque as pessoas não vêm pedir e é aí que são as injustiças. E depois são aquelas famílias que são muito diligentes sempre para tudo o que são pedidos de apoio, não é? Portanto, mesmo que não necessitem, mas como estão no escalão 1 e 2, portanto têm direito. Pronto é sempre complicado, é sempre complicado. E nós aí, efetivamente, a autarquia não tem qualquer papel, porque a legislação é muito precisa, escalão 1 e 2 tem direito, os outros não têm. Portanto é tão simples como isto. Portanto a autarquia é, meramente, verificadora, ou seja, verifica se estão no escalão 1 ou 2, se estiverem no escalão 1 ou 2 têm direito. Portanto não tem margem de manobra.

Entrevistadora: Quer acrescentar mais alguma informação?

Entrevistada: Eu penso que não, a não ser que haja alguma questão mais...

Entrevistadora: Não. Obrigada!

Entrevistada: De nada!

Protocolo da entrevista realizada à competência do Parque Escolar

Entrevistada: Bom dia!

Entrevistadora: Bom dia!

Entrevistadora: Quantos Jardins-de-Infância e quantas Escolas Básicas do 1ºciclo existem no concelho de Palmela?

Entrevistada: Neste momento existem 15 Jardins-de-Infância e 25 Escolas do 1ºciclo.

Entrevistadora: Há novos projetos de construção?

Entrevistada: Existem alguns projetos de construção e renovação de equipamentos educativos do concelho. Neste momento temos a decorrer um concurso para remodelação de uma cozinha de uma escola de 1ºciclo onde se fazem refeições, onde existe confeção local. E temos outros projetos também para ampliação de uma escola de 1ºciclo, da Escola de Aires, nomeadamente, mas que neste momento se encontra em *stand by*.

Entrevistadora: Então está planeado na carta educativa?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Com a atual situação económica do país existiu revisão referente ao planeamento da carta educativa?

Entrevistada: Sim, algumas das situações foram recalendarizadas por via da situação do país, não é? E portanto vão ficar à espera de melhor altura.

Entrevistadora: Os projetos são encomendados a arquitetos exteriores à Câmara Municipal?

Entrevistada: Sim, por norma são. Porque são projetos de grande envergadura, que requerem muitas especialidades e de acordo com a legislação em vigor é necessário cumprir uma série de requisitos e portanto, normalmente, a Câmara adjudica ao exterior os projetos que pretende fazer para construção ou para ampliação de edifícios de equipamentos educativos.

Entrevistadora: E os projetos são normalizados?

Entrevistada: Os projetos não são bem normalizados, os projetos têm de cumprir uma série de normas emanadas pelo Ministério da Educação, nós enquanto município podemos, ou não, adotar os projetos-tipo que o Ministério tem ou fazemos nós,

encomendando a empresas exteriores os projetos para a construção dos equipamentos educativos.

Entrevistadora: Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram no processo de construção, de apetrechamento e manutenção?

Entrevistada: Portanto, quem acompanha todo o processo, desde o início do processo até ao fim é a Divisão de Educação e a Divisão de Projetos e Obras Públicas da autarquia. Portanto, trabalhamos em parceria nestes processos para construir um equipamento educativo, ao fim ao cabo.

Entrevistadora: Quais são os recursos técnicos que utiliza?

Entrevistada: Os recursos técnicos que nós utilizamos, que temos por base, são sempre as normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que diz respeito às áreas que estão estipuladas. Há outros espaços que têm que existir nos novos equipamentos educativos adequados às novas práticas pedagógicas de hoje em dia, os materiais que também são indicados pelo Ministério da Educação como os mais adequados para serem utilizados. Portanto, tudo isso acaba por ser tido em conta, na elaboração dos projetos e portanto, depois em obra, propriamente, dito.

Entrevistadora: No orçamento referente à Educação qual é a percentagem que é transferida para o Parque Escolar?

Entrevistada: Cerca de 21%, mais coisa menos coisa. Portanto, mas tem sido a fatia utilizada nos últimos anos.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano?

Entrevistada: Bem, neste momento, os grandes constrangimentos que existem são os de ordem financeira, não é? Porque todos os equipamentos necessitam de manutenção e de uma conservação diária, nomeadamente, os de grande dimensão e é um problema com que nós nos deparamos todos os dias, não é? Porque como todos sabem o país atravessa um período muito complicado de ordem financeira e portanto, é neste momento a ordem do dia é conseguir resolver os problemas que existem no dia-a-dia, as coisas que se vão avariando, que é necessário fazer uma manutenção periódica e portanto, é de facto um problema conseguir responder a essas necessidades e temos tentado ao máximo utilizar os recursos internos da autarquia. Quando não é possível temos mesmo que utilizar os recursos externos, mas de facto é aqui um problema que nós temos para gerir diariamente.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas que os Jardins-de-Infância e as Escolas Básicas têm?

Entrevistada: Pronto, como eu disse anteriormente, é a manutenção e a conservação dos edifícios diariamente, não é? Porque, nomeadamente, nos edifícios de grande dimensão há muitas crianças, há muita utilização dos materiais e portanto, a degradação e a manutenção é necessária ser feita com mais regularidade para que as coisas se conservem, não é? E não se estraguem, não se danifiquem. Porque, quanto mais danificar um edifício que foi, recentemente, construído mais se perde e mais degradado fica, não é? Portanto, é complicado não fazer essa conservação permanente.

Entrevistadora: Existe algum apoio dado a outras escolas de outros níveis de ensino?

Entrevistada: Portanto, de 2º e 3º ciclo, não é?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: O apoio que neste momento a autarquia está a dar é, basicamente, apoio logístico e apoio em transporte, pontualmente, para alguns pedidos que vão surgindo de deslocações das escolas a visitas de estudo. Algumas cedências de instalações que nós temos devolutas e que cedemos também para ocupação de projetos das escolas. Tem sido, basicamente, isso. Porque até aqui nós tínhamos um apoio que era o Projeto Apoio aos Projetos Educativos e que neste momento encontra-se suspenso, não é? Por todas as razões que conhecemos. Mas pronto, continuamos a dar algum apoio que é possível dar do ponto de vista logístico e transporte.

Entrevistadora: Pensa que existem Jardins-de-Infância e Escolas do 1ºciclo que necessitem de novas reformulações?

Entrevistada: Sim, ainda temos algumas situações no nosso parque escolar. Precisamos de criar mais edifícios, ou seja, mais oferta a nível de 1ºciclo, quer na vila de Palmela, quer na vila de Quinta do Anjo e necessitamos também de ampliar neste momento a escola de Aires, tal como eu disse, anteriormente, precisa de mais salas de aula e o projecto inicial já previa essa ampliação e portanto é uma necessidade que existe neste momento. E necessitamos também de criar mais salas de Jardim-de-Infância na freguesia de Palmela, que também é uma oferta que neste momento se encontra já muito além do seu limite e portanto era necessário criar mais oferta de pré-escolar na freguesia de Palmela.

Entrevistadora: Quer acrescentar mais alguma informação?

Entrevistada: Não tenho mais nada a acrescentar...

Entrevistadora: Pronto, obrigada!

Entrevistada: De nada!

Protocolo da entrevista realizada à competência do Pré-Escolar

Entrevistadora: Quantos são os alunos que estão abrangidos pelo prolongamento de horário?

Entrevistada: Cerca de quinhentas crianças. Eles ao todo frequentam a educação pré-escolar setecentas e quarenta e dessas, quinhentas frequentam as atividades de prolongamento de horário.

Entrevistadora: Quais são as atividades de animação socioeducativas que são realizadas no prolongamento de horário?

Entrevistada: Neste momento e para este ano letivo temos música uma vez por semana, movimento e dança também uma vez por semana, inglês uma vez por semana e motricidades duas vezes por semana. Em relação a estas atividades, elas foram propostas tendo em conta um conjunto de... o *feedback* que é dado, normalmente, pelos pais e pelas educadoras. Estas foram as determinadas para este ano, o que não significa que pró ano sejam as mesmas, porque elas são fruto dessa referida avaliação. Já foram alterando, nomeadamente, o inglês que foi introduzido para este ano nos Jardins-de-Infância por proposta, quer de pais, quer de educadoras. Portanto, estamos neste momento em fases de reuniões com os vários agrupamentos no sentido de percebermos qual é a avaliação que fazem do inglês, da introdução do inglês, quer das outras atividades, para percebermos pró ano se devemos ter essas ou se devemos fazer algum reajuste tendo em conta a aplicação e a dinamização na prática.

Entrevistadora: Como é que o aluno tem acesso à frequência no prolongamento de horário?

Entrevistada: Portanto, no momento da inscrição na educação pré-escolar é disponibilizado no agrupamento de escolas o formulário de inscrição e os pais preenchem se tiverem interesse em frequentar, preenchem logo quando vão fazer a inscrição na educação pré-escolar. Para além dessa data pode ser feito em qualquer momento, os pais preenchem o formulário, entregam a documentação anexa que é necessário e formalizam a inscrição em qualquer momento e ao longo do ano letivo isso pode acontecer.

Entrevistadora: Como é determinado o pagamento das crianças que frequentam o prolongamento de horário?

Entrevistada: Nós temos um Regulamento Municipal onde está referida toda a legislação que prevê o escalonamento da comparticipação familiar, ou seja, que a comparticipação familiar seja determinada em função do rendimento do agregado familiar, portanto, toda essa legislação está referida no Regulamento Municipal, onde existem seis escalões como pagamento, portanto, como referência para pagamento. Cada um desses escalões está, diretamente, relacionado com uma percentagem anexa ao abono de família e o abono de família é determinado pelos serviços da segurança social ou se forem funcionários públicos, pelos serviços processadores. E é determinado em função do escalão, o primeiro escalão paga dois euros e setenta e cinco e o último escalão, que é o sexto escalão, paga cinquenta e cinco euros que é o custo máximo do serviço.

Entrevistadora: Grande diferença...

Entrevistada: Exatamente, tem essa diferença. E é um documento que é obrigatório a entrega, que é o abono de família, a declaração do abono de família e nós conseguimos indexar o valor a pagar ao abono de família e assim garantimos equidade entre os agregados familiares e alguma solidariedade entre aqueles que pagam mais, portanto aqueles que têm os maiores rendimentos e aqueles que têm os menores rendimentos. Existe aqui um equilíbrio muito grande que garante alguma sustentabilidade e que garante também o acesso das famílias com menores recursos a este conjunto de atividades. Tudo está definido em Regulamento Municipal, pode ser revisto a qualquer altura, portanto desde que a família justifique o decréscimo, imaginemos que a família sofre uma grande redução no valor dos seus rendimentos, desde que comprovadamente claro, desde que o comprove pede para que haja uma revisão ao valor da comparticipação mensal e isso é feito tendo em conta o novo escalão em que a família se insere.

Entrevistadora: No prolongamento de horário, em que são efetuadas as atividades de animação socioeducativas também existe outro tipo de apoio aos alunos?

Entrevistada: O apoio aos alunos, ele é feito dentro do prolongamento de horário de uma outra forma, digamos que os meninos têm uma hora que têm uma atividade dirigida por um professor, na outra hora, hora e meia, sensivelmente, os meninos estão com uma auxiliar que faz um conjunto de atividades, muitas delas menos dirigidas, porque permite as crianças terem maior liberdade, não é? Porque têm um dia inteiro com atividades dirigidas, portanto têm mais uma hora com uma atividade dirigida e

aquela hora que estão com as auxiliares é permitido e dada a liberdade e sempre que o tempo o permite, que as crianças tenham maior autonomia e até capacidade de desenvolverem as próprias brincadeiras sem estarem com alguém que lhes diga e que lhes dite um conjunto de regras muito orientadas para brincarem. É um período mais livre. Sempre que o tempo permite, no exterior estão na brincadeira livre. Quando o tempo não permite estão no interior. Aí já poderão, eventualmente, e em certas ocasiões e a pedidos das educadoras terminarem trabalhos que tenham por fazer, outro tipo de jogos que tenham disponíveis no jardim-de-infância, mas é um bocadinho diferente da atividade orientada, daquelas quatro atividades. É um apoio um bocadinho diferente.

Entrevistadora: Tem existido evolução do número de alunos que têm frequentado o prolongamento de horário?

Entrevistada: Ao longo dos últimos anos nós temos sentido sempre um acréscimo de crianças, desde que iniciou este apoio temos sentido ao longo do tempo e ao longo de cada ano letivo um acréscimo do número de crianças que frequentam, mas depende sempre muito da realidade de cada jardim-de-infância. Neste momento, nós começámos o ano, também com um acréscimo, em relação aos outros anos, portanto temos mais crianças a frequentarem. Neste momento sentimos que de facto, pode ter havido alguns casos de alguma oscilação, nós pensamos que seja fruto das condições socioeconómicas das famílias, enfim, que as famílias, algumas delas sintam, se facto, algumas dificuldades. No entanto, não é significativo, são casos pontuais, não é significativo. Mas mantemos o nível sempre mais elevado que o nível do ano anterior.

Entrevistadora: Quais são as freguesias do concelho em que existe uma maior frequência de alunos no prolongamento de horário?

Entrevistada: Nós não temos propriamente freguesias que se destaquem por ter, enfim, de uma forma muito discrepante em relação às outras freguesias, temos sim jardins-de-infância que têm por ocupação. Porque, numa mesma freguesia temos realidades muito diferentes em cada jardim-de-infância. E aí sim, há jardins-de-infância que se destacam por terem quase cem por cento de crianças inscritas e eu destaco, principalmente, nesta área, o jardim-de-infância de Quinta do Anjo que tem quase sempre e ao longo destes anos, tem quase os cem por cento das crianças a frequentarem as atividades. Depois temos os outros em que os pais necessitam de uma resposta mais alargada e portanto, temos menos crianças, não porque haja apoio familiar mas porque os pais têm de tentar procurar outro apoio mais abrangente. Temos outros locais, nomeadamente, os locais

mais rurais, onde existe um apoio familiar grande e portanto, não existem tantas crianças a frequentar, porque ficam com os avós, têm apoio familiar. Por isso em termos de freguesia... temos sim análise feita por jardim-de-infância, porque por jardim-de-infância as realidades são muito diferentes. Temos por exemplo Lagameças, que é no rural, tem dois grupos, tem duas salas e dois grupos, não tem todas as crianças, mas é significativo o número de crianças que frequentam. E temos jardins-de-infância, uns que sobem, outros que descem consoante as necessidades também dos pais. Neste momento como há também uma elevada taxa de desemprego, naturalmente, quando as pessoas ficam desempregadas e já não necessitam deste apoio e portanto retiram as crianças destas atividades, por isso existem oscilações mas por jardim-de-infância, não há assim nada por freguesia, não nos dá assim grandes dados por freguesia, dá-nos mais por jardim-de-infância.

Entrevistadora: Com a atual situação económica que o país atravessa existiu alguma revisão referente à competência?

Entrevistada: Não, porque a revisão já estava contemplada. Nomeadamente em relação ao valor que as famílias pagam pela sua comparticipação familiar. No Regulamento Municipal, para além de sempre ser escalonado, do pagamento sempre ter sido, sempre ter havido escalões para pagamento garantindo a tal equidade entre os agregados familiares e a solidariedade entre as mais recursos com os menos recursos, houve sempre a hipótese de as famílias, sempre que a sua situação socioeconómica se alterou, solicitarem a revisão do valor da comparticipação familiar. Portanto, nós já conseguimos apoiar as famílias através dessas medidas que já existiam, portanto não sentimos necessidade de ter uma outra revisão, porque o pagamento não era fixo, ou seja, o valor não era fixo. Portanto, quando as famílias sofrem alguma alteração vêm primeiro ter connosco, mostram o novo posicionamento e são revistas. E este ano já fizemos bastantes revisões do valor da mensalidade, por isso não foi necessário fazer nenhuma alteração.

Entrevistadora: Quem são as pessoas e/ou entidades que colaboram no prolongamento de horário nas atividades de animação socioeducativas?

Entrevistada: Nós nestas atividades nós temos duas figuras, temos... nós dinamizamos todas as atividades em todos os jardins-de-infância, com exceção de dois deles. Nós, embora sendo a entidade promotora, estabelecemos um protocolo de colaboração com a Associação de Pais da Escola Básica Zeca Afonso e com a Associação de Pais de Aires,

em que nós somos a entidade promotora, mas eles é que dinamização. São as Associações de Pais das escolas que dinamizam, nesses jardins-de-infância, as atividades. Portanto, nós claro que garantimos sempre as mesmas formas de cálculo da mensalidade, portanto, nós é que calculamos a mensalidade que essas famílias pagam. Portanto está garantido, dessa forma, essa mesma equidade e solidariedade. De qualquer forma na dinamização são eles. Portanto, são logo dois intervenientes, que quer pela proximidade que têm com as famílias, quer pela acessibilidade que as famílias têm às Associações de Pais, porque estão no local, têm sido uma mais-valia e tem sido muito proveitoso esta relação que temos tido e estes dois protocolos têm funcionado bastante bem. E pronto, as Associações de Pais têm manifestado em cada ano letivo a vontade de quererem continuar a ser elas a dinamizar, quer as Associações de Pais, quer os pais, porque de facto estabelecem-se ali relações de proximidade, em que se torna até mais fácil de resolver determinadas situações. Por isso são duas entidades importantes e relevantes nas atividades e na dinamização das atividades. Depois também as empresas, as empresas dinamizadoras de cada uma das atividades nos restantes jardins-de-infância, que são escolhidas depois de um concurso público, não é? É feito um concurso público, em que essas entidades são escolhidas para dinamizarem as atividades nos jardins-de-infância do concelho. São três entidades diferentes, a Expo Educa, que dinamiza motricidade e dinamiza a área do inglês, temos o Conservatório Regional de Palmela, que dinamiza música e temos a Passos e Compassos que é a empresa de dança que reside dentro do Cineteatro São João, que dinamiza movimento e dança. Claro que tentamos sempre que possível que haja este vínculo e que haja este apoio às entidades locais, não é? Sempre que nos é possível e que é permitido à luz do que são as normas da contratação e enfim, dos concursos públicos, porque são uma mais-valia e porque existem entidades especialistas nestas áreas no concelho, não é? Faz todo o sentido que assim seja. Temos o Conservatório Regional de Música no concelho, que é uma área que até outros concelhos sentirão muita dificuldade em ter técnicos competentes nesta área, nós temos no nosso concelho, que será muito interessante podermos aproveitar, não é? Esses especialistas e enfim, até a relação que isso dá com as crianças, que as crianças acabam por ter naquela entidade, com música e a proximidade que os pais têm. Muitas dessas crianças depois quando vão para o primeiro ciclo acabam por se interessar, acabam por abrir os pais e os pais depois também acabam por conhecer mais uma área e falo da música porque é uma área que conheço e os pais acabam inscrever

depois os meninos no próprio conservatório e acabam por ter e como seguem nas AECs música, acabam por lhes fazer sentido continuarem a ter música e até investirem um bocadinho nessa área. E acho que é importante porque também o nosso concelho é muito conhecido por esta área, pela música, pela aposta que faz na música e portanto, acho que é fundamental mantermos aqui algumas ligações, não é? Daquilo que é a natureza e a essência do território, não é?

Entrevistadora: Quais são os recursos técnicos que utiliza ou que são necessários utilizar por terceiros para o funcionamento do prolongamento de horário e das atividades de animação socioeducativa?

Entrevistada: Nós aqui temos, portanto, eu enquanto técnica que acompanho, que sou responsável por estas atividades, temos uma assistente técnica que me acompanha também na gestão desta área, nomeadamente, no controlo dos pagamentos. Depois temos todo o pessoal não-docente, as auxiliares que estão em cada um dos jardins-de-infância também afetas a esta componente, temos os professores de cada uma das áreas. Também deslocados que fazem estas atividades. Nós dividimos o horário no início do ano e eles dividem entre eles estas atividades, os jardins-de-infância onde lecionam. Estes são os recursos. Em termos do número de auxiliares que frequentam, que acompanham as atividades eu não te sei dizer bem quantas é que elas são, mas ainda são umas quantas, porque por cada sala nós temos uma auxiliar. Por cada grupo nós temos uma auxiliar.

Entrevistadora: São quantas crianças por cada grupo?

Entrevistada: São no máximo vinte e cinco crianças. É o número de crianças que fazem parte de cada sala. Nós enchemos cada grupo. Imaginemos um jardim-de-infância com três salas e vinte e cinco crianças em cada sala, não significa que todas estejam inscritas nas atividades. O que é que nós fazemos? Juntamos, constituímos um grupo, quando enche com vinte e cinco crianças passa para o segundo grupo. Até vinte e cinco não abrimos um novo grupo. Portanto e cada um desses grupos tem uma auxiliar que acompanha.

Entrevistadora: No orçamento referente à educação, qual é a percentagem que é transferida para a área do pré-escolar?

Entrevistada: Eu tenho para a área das atividades, posso dizer que a percentagem para as atividades são cerca de quatro por cento. Porque nós no nosso orçamento temos dividido em rubricas diferentes. Portanto, a educação pré-escolar no seu todo está

inserida na gestão da rede escolar, as atividades estão noutra rubrica. Portanto, só a rubrica das atividades propriamente ditas, portanto o gasto com a dinamização das atividades é cerca de quatro por cento do orçamento da educação.

Entrevistadora: Quais são as principais funções dos auxiliares?

Entrevistada: Nós aqui temos duas vertentes, temos as auxiliares de sala e temos as auxiliares que estão afetas ao prolongamento, às atividades. Posso começar a falar primeiro pelas de sala. As auxiliares de sala fazem o acolhimento das crianças, acompanham as educadoras ao longo das atividades, nós temos uma auxiliar em cada sala, portanto, acompanham o quotidiano e a vida diária de uma criança em sala e acompanham todas as atividades que forem realizadas pelas educadoras. Portanto, o seu papel será auxiliar as educadoras em todas as atividades que sejam necessárias e em tudo aquilo que seja necessário que a educadora peça. Depois são responsáveis pela alimentação das crianças, ou seja, cada uma leva o seu grupo ao refeitório e é responsável por garantir que a criança tome uma refeição equilibrada, por tentar que as crianças comam todos os alimentos que são necessários e que fazem parte da ementa, porque é uma ementa preparada com as indicações diárias do que aquilo que a criança há-de comer. Portanto, elas vão tentar, mas sabemos que é difícil, não é? Porque as crianças têm sempre algumas resistências. Portanto, o papel delas será garantir que as crianças, gradualmente, vão começando a comer todo o tipo de alimentos, a sopa, os legumes... esse é um trabalho pedagógico que eu, pessoalmente, considero muito importante na altura das refeições. E elas estão sozinhas com o grupo e tentam que todos comam de uma forma equilibrada e que comam tudo o que compõe a refeição. Essa é uma parte importante do trabalho. Depois acompanham os meninos no recreio, fazem a vigilância do recreio, entram novamente em sala, acompanham a parte da tarde e algumas delas acompanham, igualmente, a parte do prolongamento de horário. Claro que depois há uma vertente muito importante do trabalho da auxiliar que é garantir que todo o espaço está em perfeitas condições de higiene para que as crianças tenham um ambiente saudável como é óbvio. Portanto, toda a limpeza da sala é da responsabilidade das auxiliares, tal como a limpeza dos espaços que sejam utilizados, casas de banho, corredores, enfim, e outros, polivalentes, enfim. Isto depois é feito de acordo com os recursos da escola, por exemplo, se existe um polivalente que é usado por todos, pela escola toda, quer de primeiro ciclo, quer de pré-escolar, as coordenadoras da escola depois têm um mapa e as auxiliares vão rodando e vão limpando de acordo com o mapa

de tarefas que está de terminado. Depois temos auxiliares que só estão nas atividades, essas entram só da parte da tarde nos jardins-de-infância e acompanham os meninos durante as atividades e depois fazem a respectiva limpeza do espaço. Acompanham durante as atividades e ficam aquela tal hora que estava a dizer há pouco, ficam essa hora com os meninos, em que desenvolvem atividades, em que estão a fazer vigilância e eles estão a brincar e depois de os entregarem por volta das cinco e meia, digo isto por volta das cinco e meia, porque o horário de término das atividades é às cinco e meia, mas depois temos meia hora de tolerância, para enfim, algum atraso dos pais até às dezoito. E depois fazem a limpeza dos espaços utilizados, aqueles espaços que ficam por limpar, elas fazem essa limpeza e garantem que no dia seguinte está tudo em condições para reiniciarem as atividades. Estas são as tarefas principais, claro que depois existe todo um conjunto de outras tarefas que estão implícitas numa escola como as nossas, já com alguma dimensão, nós temos escolas para a educação pré-escolar e para o primeiro ciclo, portanto são escolas com uma grande dinâmica ao longo do dia. E portanto, poderão existir um conjunto de tarefas que não são estas e que estão diretamente relacionadas com o pré-escolar, mas que para o todo funcionar bem é preciso às vezes a participação das pequenas partes, não é? E muitas vezes elas são solicitadas a dar algum tipo de apoio para que a escola consiga estar em condições, não é? E o todo consiga funcionar. Mas são, principalmente, as tarefas que estão associadas àquele grupo de crianças, àquela sala. Essencialmente esse tipo de tarefas.

Entrevistadora: Como é que os auxiliares são destacados?

Entrevistada: Nós, anualmente, fazemos um mapa de distribuição, temos os nossos recursos, sabemos quantas são, quem são, conhecemos bem o perfil de cada pessoa, não é? Até porque fazemos acompanhamentos muito regulares e portanto, nós conhecemos bem o perfil de cada pessoa, sabemos os jardins-de-infância que temos, não é? As realidades de cada jardim e fazemos, anualmente, o mapa de colocação. Este mapa de colocação também tem outra variável importante, uma vez que o nosso concelho é muito disperso e tem distâncias grandes, os jardins-de-infância são muito dispersos uns dos outros, nós tentamos sempre fazer coincidir estas vertentes todas, ou seja, atendendo à residência que a auxiliar tem, portanto onde reside, atendendo onde o jardim-de-infância está situado, atendendo ao perfil da pessoa e ao perfil daquilo que é necessário para o jardim-de-infância nós temos estas quatro variáveis e depois, anualmente, nós tentamos encontrar digamos que a melhor pessoa para aquele jardim-de-infância,

tentamos adequar o perfil da pessoa ao jardim-de-infância. Não fazemos mudanças bruscas, a não ser que seja justificado por algum motivo, ou pela própria pessoa que nos tenha pedido, ou por alguma informação por parte da educadora ou da coordenadora até do agrupamento no sentido de fazermos alguma alteração. Tentamos não fazer alterações bruscas, mas tentamos criar sempre essa aproximação, que a pessoa não tenha que se deslocar tanto e tentamos adequar o perfil aquilo que é necessário naquele jardim-de-infância em especial. Porque é importante, não é? É importante que as pessoas... para já não estejam deslocadas, não tenham que percorrer uma grande distância, não é? Porque enfim, as condições socioeconómicas das auxiliares também não são... enfim têm dificuldades, são pessoas cujo vencimento não é elevado e portanto temos que atender a esse fator que é importante e pesa no seu orçamento e também temos que atender à realidade do jardim-de-infância, porque de facto se nós conseguirmos ter a pessoa certa com o perfil certo naquele jardim-de-infância faz toda a diferença, porque muitas vezes está mesmo aqui em causa, quando conseguimos encontrar a pessoa para aquele jardim-de-infância, para aquela dinâmica corre tudo melhor. E muitas vezes os problemas não têm que ver com as pessoas, têm que ver com o enquadramento e se nós mudarmos as auxiliares os problemas desaparecem. Já tivemos algumas auxiliares com alguns problemas em determinados jardins-de-infância que foram colocadas noutros jardins-de-infância e que os problemas pura e simplesmente desapareceram. Quer os com a auxiliar, a auxiliar revelou-se digamos assim, revelou as suas potencialidades e conseguiu revelar as suas capacidades que não conseguia naquele jardim-de-infância, porque o próprio contexto não o permitia e para o próprio jardim-de-infância, nós conseguimos encontrar outra auxiliar que encaixava melhor naquela dinâmica, naquele jardim. Portanto é tudo uma questão de irmos tentando adequar sempre o perfil às necessidades, tentando não afastar.

Entrevistadora: Elas têm algum tipo de formação específica, as auxiliares?

Entrevistada: Têm, nós tentamos sempre que existem períodos de interrupção letiva fazer formação adequada às necessidades que têm enquanto auxiliares. A última que tivemos, foi nas férias da Páscoa, teve uma parte dirigida à higiene e segurança alimentar e outra parte dirigida à comunicação e às relações interpessoais, que é uma parte importante do trabalho enquanto auxiliar, porque são muitos intervenientes com quem elas têm de lidar e muitas vezes torna-se complicado e convém dominar um conjunto de questões e conceitos, de forma a conseguirem abordar da melhor forma os

desafios com que são, diariamente, confrontadas. Por isso nós tentamos sim... primeiros socorros, também já tivemos... tivemos um vasto conjunto de... agora para as próximas férias vamos também realizar uma mini ação de formação, que tem que ver com a consulta da página de internet da autarquia, portanto, de poderem ter uma área específica para poderem aceder, para nós trocarmos mensagens e informações, para que se possam sentir mais ligadas à autarquia, digamos assim. Porque é a entidade patronal, mas de facto elas estão deslocadas, não é? Vêm cá entregar as fichas de assiduidade ou quando há alguma questão para resolver. Isso é uma forma de criar e delas sentirem que recebem informação por parte da autarquia e que podem trocar informação connosco. Nós nessa altura vamos dar formação nessa área, portanto será informática. Mas sim, a cada interrupção letiva é definido ações de formação que lhes interessem, não é? E que sejam importantes para as tarefas que desempenham.

Entrevistadora: Quantos auxiliares são destacados para o pré-escolar?

Entrevistada: Nós temos uma auxiliar por cada sala de jardim-de-infância, portanto, por cada vinte a vinte e cinco crianças, depende da constituição do grupo, temos uma auxiliar colocada por cada sala de jardim-de-infância. Isto depois sem falar das colocadas no âmbito das atividades, portanto, eu falo aqui em termos de pré, temos uma auxiliar por cada sala. Depois temos as outras que entram na altura de acompanhar os meninos nas atividades, que são umas quantas.

Entrevistadora: Os auxiliares trabalham no prolongamento de horário apenas trabalham nessa função ou também executam funções fora do prolongamento?

Entrevistada: Executam funções fora do prolongamento. Nós, como estava a dizer, temos auxiliares que entram para acompanhar as atividades, mas essas auxiliares não estão colocadas a tempo parcial, estão colocadas, maioritariamente, a tempo inteiro. Isto significa que o restante período elas acompanham o Programa de Alimentação Escolar. Portanto, estão afetas ao Programa de Alimentação Escolar nas escolas de primeiro ciclo e depois na parte da tarde, para completar o seu horário, elas acompanham as atividades nos jardins-de-infância e acabam por ter as sete horas, que é benéfico para elas e benéfico também para nós, não é? Elas acabam por ter o horário completo, porque trabalhando em *part-time* é sempre um bocadinho mais complicado e o vínculo também. E assim têm o horário completo e nós conhecemos melhor as pessoas e temos a certeza do seu desempenho, não é? Garantimos melhor o seu desempenho, já as conhecemos

melhor e acabam por conhecer também outras realidades do nosso concelho, porque conhecem o primeiro ciclo e conhecem o pré-escolar.

Entrevistadora: Como é realizado o processo de avaliação dos auxiliares?

Entrevistada: É um processo partilhado entre a autarquia e os agrupamentos. A avaliação é feita quer pelas educadoras de sala ou então pela coordenadora, tem sempre o aval do agrupamento. Portanto, em última instância será sempre o agrupamento a validar a sua classificação e depois a autarquia está representada no Conselho de Coordenadores de Avaliação onde são discutidas as avaliações dadas, nomeadamente, se avaliação é muito má e se a avaliação é muito boa é sempre justificado, não é? E é esse conselho coordenador, em que a câmara entra, que determina e valida a nota final de cada auxiliar.

Entrevistadora: Quais são os principais problemas com que se depara no seu quotidiano com todo o processo de prolongamento de horário?

Entrevistada: Os principais problemas... digamos que é um processo que envolve muitas entidades. Envolve a câmara por um lado, por um lado envolve um conjunto de auxiliares que estão afetas em cada jardim-de-infância, são auxiliares enfim, que são funcionárias da câmara mas que estão colocadas no jardim-de-infância e portanto, todos os problemas que daí decorrem, não é? Porque nós somos a entidade patronal, mas quem avalia são as educadoras e a escola, portanto só isso cria e para quem é novo, cria aqui algumas dificuldades de perceção e de posicionamento, digamos assim. Depois temos as educadoras que têm a supervisão pedagógica das atividades, temos os agrupamentos, temos as várias realidades de cada jardim-de-infância, temos os pais que consoante é a estrutura socioeconómica de cada jardim-de-infância temos exigências, temos até formas de entender o que são as atividades diferentes e que nós temos que responder. Temos também muitas vezes, enfim, ou frustrações, problemas familiares, enfim, todo um conjunto de questões associadas às crianças e associadas à própria frequência das atividades com que nos deparamos. Muitas vezes sentimos que somos o escape de um conjunto de problemas que muitas vezes as famílias sentem, que depois se manifestam em quem se podem manifestar, normalmente, nós... mas enfim, esses são os principais problemas. Muitas vezes as pessoas, embora nós dizermos que existe um regulamento e que o regulamento tem de ser cumprido, muitas vezes é complicado. As pessoas enfim atendem aquilo que lhes interessa em cada momento e muitas vezes não percebem que existe um regulamento e que nós só podemos atuar dentro do

regulamento, que é aquilo que nos é permitido, não é? Todos os casos estão previstos em regulamento, portanto nós temos que enquadrar, não podemos atuar fora do regulamento e isso muitas vezes é difícil de perceber. Estes são os principais problemas. Depois temos aqueles que fazem parte do quotidiano que são as ausências dos professores, que muitas vezes os professores faltam, não faltam com essa regularidade, com muita regularidade, mas acontece um problema, uma situação qualquer e aí é um problema para nós, não é? Nós temos que estar sempre atentos. Enfim, esses são os principais problemas em relação ao processo. No início do ano, claro, temos sempre aqueles problemas, porque as inscrições para quem inicia no início do ano não são preenchidas aqui, são preenchidas nos agrupamentos, portanto, há sempre uma documentação que não foi entregue, há sempre alguém que pensou ter preenchido e que não preencheu a inscrição. E depois na reunião de pais que muitas vezes é no dia antes de começarem que se deparam que afinal não preencheu e que precisa que a criança fique logo no dia seguinte nas atividades e portanto, isso traz-nos uma pressão muito, muito grande nessa altura, portanto aqueles meses de Setembro e Outubro são sempre meses de grande pressão. Até nós conseguirmos estabilizar o número de grupos, estabilizar o número de crianças por grupo, são tempos de grande... enfim, de grande tensão. Nós, os agrupamentos, a tentarmos resolver o caso de todas as famílias, não é? Para que, enfim, não prejudiquemos ao mínimo as famílias, não é? E tentamos resolver todas as situações, ainda que algumas nós sabemos que são as famílias que, enfim, por lapso não repararam, não viram, também não lhes foi explicado. Muitas vezes também não lhes é explicado o que são as atividades, o horário das atividades, também não fica claro, as famílias nem sabem muito bem naquilo que se inscrevem, ou não, ou às vezes nem a inscrição, não por decisão própria, mas porque, enfim, não perceberam, não entenderam, nem perceberam que não tinham feito. E esses são os principais problemas. Nós tentamos resolver a situação de todas as famílias, não deixar, enfim, não penalizar as famílias. Por isso são meses de grande intensidade, os meses de Setembro e Outubro. Depois entramos na normalidade e na rotina e conseguimos com as empresas estabilizar o número de grupos, porque depois o acréscimo de crianças significa acréscimo de número de grupos, significa refazer horários, significa que as empresas poderão, eventualmente, ter que contratar mais pessoas. Portanto, isto é tudo... assume tudo uma dimensão grande, não é? Quando nós alteramos aqui a estrutura... mas nós trabalhamos muito com os agrupamentos, estamos sempre nesses momentos sempre em contacto

com os agrupamentos, para tentarmos evitar situações de maior problema e tentarmos limitar os danos que se possam causar numa família, não é? Porque também nós sabemos que muitas vezes é nessas alturas que as famílias percebem que afinal não têm onde deixar os filhos no dia seguinte. Já nos deparamos com várias situações dessas, porque pensam que a inscrição está feita de uma forma automática, não é? Que é automático e que portanto, ficam até às cinco e meia e pronto e às vezes não é assim tão automático, não é? Até porque nós temos de garantir doze inscrições, porque está em regulamento, para iniciarmos um grupo e às vezes não acontece, não é? Não existem essas dozes inscrições e isso causa ali alguma perturbação. Mas esses são os principais problemas que acontecem, como já disse, essencialmente, no início do ano. Depois são os problemas normais, rotineiros.

Entrevistadora: E com as auxiliares?

Entrevistada: Com as auxiliares, a questão mais problemática de facto são as ausências, porque nós neste momento não temos uma bolsa para substituições, portanto, que nos permita fazer substituições e portanto esse é o grande problema, fazer as substituições. Nós estamos acima do rácio determinado pelo Ministério da Educação, portanto temos sempre margem de manobra. No entanto, nos jardins-de-infância grandes, quando há uma ausência, há sempre hipótese dos restantes colegas poderem fazer o trabalho todo. Imaginemos um jardim-de-infância com três salas, o rácio determina duas auxiliares, nós temos colocada a terceira auxiliar. Permite-nos aqui ter alguma margem quando alguma se ausenta. A questão que se coloca são nos jardins-de-infância onde temos duas salas, ou naqueles que são lugar único, que só temos uma auxiliar, só temos uma sala de jardim-de-infância, aí quando a auxiliar falta tem, necessariamente, de ser substituída. O mesmo se passa também nas atividades. Existem jardins-de-infância com duas salas imaginemos, mas com um grupo de crianças nas atividades, portanto quando a auxiliar se ausenta tem, necessariamente, de ser substituída porque não há outra forma. Porque quando o professor das atividades falta, os meninos ficam com a auxiliar, essa auxiliar garante essa continuidade do conjunto de regras do que é definido e consegue acompanhar os meninos. Portanto consegue acompanhá-los quer na componente educativa e depois fazer a transição para a componente socioeducativa. Por isso quando o professor falta, enfim, ainda assim, os meninos ficam com a auxiliar e portanto é feito outro tipo de trabalho, mas ele está realizado, não é? Quando a auxiliar falta, portanto nós temos que a substituir e esses são sem dúvida os maiores desafios imediatos, não é?

Aqueles que são imediatos e que nós temos de os resolver e que nos dão muitas dores de cabeça para tentarmos resolver. Os outros são, essencialmente, quando estamos a fazer o mapa, porque são aquelas tais quatro variáveis que nós temos que concilia-las muito bem para definir que auxiliar corresponde melhor ao perfil, corresponde melhor ao jardim-de-infância. Portanto, tentar adequar aquilo que é necessário ao perfil de auxiliares que nós temos e portanto, esse é um desafio grande, esse é um desafio grande. Depois são os outros pequenos desafios da gestão diária de quase sessenta pessoas, não é?

Entrevistadora: Muita gente!

Entrevistada: São muitas, não é? São muitas, tendo em conta aquelas que estão em sala e as que estão no prolongamento de horário. Portanto, são muitas auxiliares e nós temos que gerir estas questões. Claro que temos sempre a hipótese de quando não conseguimos ou quando enfim... nós articulamos sempre muito de perto, quer com os agrupamentos, quer com as coordenadoras, temos sempre uma relação muito próxima, mas não é uma questão fácil de resolver. Quando há ausências, não é fácil de resolver.

Entrevistadora: Relativamente ao prolongamento de horário considera que este se encontra adaptado às necessidades demonstradas pelos encarregados de educação? Ou mudaria algo?

Entrevistada: Eu acho que de uma forma geral ele se encontra adaptado. Encontra-se adaptado porque permite que exista um conjunto de crianças que tenham acesso a várias atividades que de outra forma não teria e permite sensibiliza-los para um conjunto de áreas e eu falo da música, falo do inglês menos, mas, principalmente, da música, que lhes permite ter um contacto com uma área diferente e sensibiliza-los para uma área diferente. Temos também a parte de física muito desenvolvida, temos três atividades da área de física, não é? Porque as crianças nesta idade gostam bastante, permite-lhes gastarem energias que têm acumuladas, não é? E também trabalharmos um bocadinho na prevenção da obesidade infantil. Têm duas vezes motricidade por semana e depois têm mais uma vez movimento e dança, portanto, permite-nos trabalhar e ajudar nos esforços que são feitos na componente educativa para prevenção desta área. Portanto eu acho que em termos de área está muito bem, eu considero que está muito bem. Embora existam, enfim, um conjunto de opiniões muitas vezes de uma outra área ou de um outro formato e eu penso que este continua a ser o formato adequado. Nesta perspetiva têm várias atividades distintas e as crianças podem perceber o que é que gostam mais, o que

é que gostam menos. Dá-lhes acesso e, principalmente, às crianças da zona rural, que normalmente estão mais afastadas do acesso a um conjunto de atividades que existem e que muitas vezes os pais das zonas mais urbanas ainda vão com os meninos terem um conjunto de atividades extracurriculares, digamos assim. Estes meninos não têm esse tipo de acesso e portanto, permite-lhes ter acesso a este conjunto de áreas. Eu penso que a única coisa que, de facto os pais algumas vezes apontam, enfim, nalguns casos é questionável se precisam ou não, mas de uma forma geral os pais apontam, é o horário de terminar às dezassete e trinta. Alguns encarregados de educação gostariam de ter esse horário alargado. Nós determinamos este horário em função de uma negociação com encarregados de educação, representados através de Associações de Pais e agrupamentos e respetivas educadoras. Portanto foi uma negociação em termos de horário, foi aquilo que nós podemos alcançar, tendo em conta as necessidades das famílias e aquilo que as educadoras nos revelavam ser o mais indicado para o percurso daquelas crianças, não os sobrecarregando com um conjunto de horas, onde as crianças ficariam num jardim-de-infância porque sim, sem necessitarem. Portanto, isto foi discutido e foi consensualizado entre todas as partes este horário. Não quer dizer que ele não assuma, em anos vindouros, que ele não assuma outra figura, que ele não seja alargado. Neste momento é o horário que temos. Mas sim essa será a única vertente onde ainda nós podemos fazer e ter aqui alguma evolução.

Entrevistadora: E em relação às auxiliares qual é a sua opinião, relativamente, à pertinência das suas funções junto das crianças?

Entrevistada: Faz todo o sentido. Faz todo o sentido ter uma auxiliar por cada sala. Para já porque são grupos grandes, grupos com vinte e cinco crianças, cada uma com a sua especificidade. Nós sabemos que as crianças, atualmente, são crianças muito mais exigentes do que eram há uns anos atrás, estão muito estimuladas, são crianças muito exigentes e que requerem muita atenção, requerem que esteja um adulto sempre consigo para os ajudar, porque são crianças com um espírito crítico, na maior parte dos casos, com um espírito crítico muito aguçado, são muito estimuladas. E portanto, fazem imensas atividades e portanto exigem mesmo muito de um adulto. Existem um conjunto de tarefas bastante grandes que as auxiliares fazem e que acaba por lhes dar uma ligação muito maior às crianças. Ou seja, elas conseguem apoiar... nós temos um grupo com, vou dar um exemplo, temos um grupo com vinte e cinco crianças, temos um grupo de crianças e as crianças funcionam todas a ritmos diferentes, não é? Temos um conjunto

de crianças que é muito rápida e que já termina o trabalho e a educadora está a tentar gerir as dinâmicas das crianças todas, a auxiliar aí é um contraponto e faz todo o sentido, porque vai ficar a ajudar aquelas que por timidez, ou porque o seu ritmo é mais lento, consegue ajudá-las a acompanhar o resto do grupo. Consegue ajudar a educadora a impor um conjunto de regras, a impor a sua dinâmica, fala, faz a vigilância no momento do recreio. Tem uma parte fundamental no momento das refeições, porque é a figura essencial naquele momento, que é um momento muito importante no dia-a-dia daquelas crianças, que é a refeição, porque enfim nós sabemos, há estudos feitos nesse sentido, que nem sempre as crianças têm refeições equilibradas e aquela na escola talvez seja a única refeição equilibrada que as crianças tomam ao longo do dia. Portanto, daí o papel fundamental da auxiliar, tentar que comam a sopa, que comam o segundo, que comam a fruta, que comam salada, que comam os legumes. Enfim, tudo isso é muito importante e o trabalho em sala é fundamental e elas ganham uma ligação muito, muito importante às crianças naquele momento e temos sempre crianças que olham para as auxiliares com um carinho muito especial, como aquelas que lá estão para ajudar, que as vão ajudar a superar aqueles pequenos obstáculos ao longo do dia e que elas muitas vezes não conseguem quando lá chegam e que elas conseguem ajudar. Porque nós temos uma realidade muito diferente nos jardins-de-infância, temos jardins-de-infância onde temos, maioritariamente, crianças com cinco anos e algumas já com seis que foram condicionais e temos outros jardins-de-infância com crianças com três anos, maioritariamente, entre três e quatro anos e aí o apoio então é insubstituível e fundamental. Um grupo com vinte e cinco crianças entre os três e os quatro anos tem de ter uma auxiliar a tempo inteiro na sala, para conseguir acompanhar aquele grupo de crianças tão pequenino, não é? É fundamental. As crianças mais velhas têm um outro tipo de desafios, não é? Lá está, são muito estimuladas, muito exigentes e querem trabalhar, querem fazer muitas coisas e tem que haver sempre este acompanhamento por parte da auxiliar. E as nossas auxiliares têm de facto e foram ganhando ao longo dos anos que já estão connosco, as que já estão há mais tempo, têm de facto um perfil muito específico, porque o facto de estarem em sala, o facto de acompanharem a educadora no projeto pedagógico que foi determinado, o facto de conhecerem e saberem o plano de atividades e conhecerem aquilo que é feito e saberem o objetivo e o que se pretende atingir com cada atividades, dá-lhes um conjunto de conhecimentos acerca daquelas crianças e o desenvolvimento daquelas crianças e da sua evolução ao longo do ano

lectivo que lhes permite ter um *know-how* que não é comum ao nível das auxiliares, pelo menos nas auxiliares que nós conhecemos, têm uma especificidade muito interessante. Porque permite-lhes, perfeitamente estar com um grupo de crianças e claro, sempre com uma supervisão, não é? Mas muitas vezes quando a auxiliar falta, as nossas auxiliares conseguem de alguma forma, claro que sempre supervisionadas por outra educadora, mas conseguem dar o apoio que as crianças precisam. Conseguem desenvolver algumas atividades com as crianças, sabem o que é suposto fazer e atingir com as crianças, porque trabalham muito com a educadora, trabalham muito o projeto, trabalham muito as atividades, planificam aquilo que fazem e porquê que fazem. Portanto há aqui uma relação e uma interdependência e uma capacidade de agir em conjunto e para aquelas crianças, que é muito importante. E neste momento, sendo a educação pré-escolar tão importante como nós vamo-nos apercebendo gradualmente, já está escrito em todo o lado que a educação pré-escolar é muito importante, mas do estar escrito ao ser na prática vai um passo muito grande, não é? E eu acho que hoje em dia é cada vez mais perceptível a importância da educação pré-escolar para o resto do percurso, as crianças que não fazem a educação pré-escolar, de facto revelam mais dificuldades em adaptar-se ao primeiro ciclo, porque não conhecem um conjunto de regras, enfim... revelam um conjunto de dificuldades suplementares. Quem faz a educação pré-escolar está mais apto e mais bem preparado, as crianças estão muito mais autónomas, muito mais responsáveis, são crianças com um espírito crítico muito aguçado, curiosas... Eu acho que se tornarão jovens adultos muito mais perspicazes, muito mais críticos e muito mais assertivos, se de facto começarem desde cedo e frequentarem a educação pré-escolar. Eu acho que são as primeiras grandes bases que uma criança tem e são momentos em que adquirem essas bases numa forma lúdica e de uma forma divertida. Porque a partir daí nós sabemos que começa a escolaridade obrigatória, não é? Começa ali um compromisso que assume uma outra natureza e eles na educação pré-escolar assumem todas aquelas capacidades e ganham aquelas capacidades, ganham aquelas competências todas, mas de uma forma lúdica e divertida. E isso é muito importante que as crianças adquiram, não é? E o façam de uma forma lúdica, não tem aquele sentido tão obrigatório, é lúdico, é divertido e ganham essa tal autonomia e essa responsabilidade e esse espírito crítico e o querer fazer e um conjunto de competências muito importantes quer ao nível da motricidade fina, quer ao nível da sua forma de expressar, expressar falas na linguagem, na forma como transmitem ideias,

na forma como eles conseguem ouvir e perceber, na forma como entendem determinadas regras. Tudo isso faz parte do adquirir, não é? E até na motricidade fina, de segurar num lápis, de se mexer, do movimento do seu próprio corpo. Tudo isso eles vão adquirindo de uma forma lúdica e divertida e portanto, passam a ser competências que são só suas e eles já não têm que as adquirir de uma forma menos lúdica, digamos assim. Quando vão para o primeiro ciclo já vão interiorizados, portanto aquele conjunto de competências já está interiorizado e já foi desenvolvido e já foi adquirido. Portanto depois é continuar a manter e a lembrar algumas delas que são necessárias, mas faz parte de um adquirido que é muito importante e que é muito importante que as crianças adquiram naquela idade, porque vai ser a sua essência, vão fazer parte da sua essência e lançar bases para o seu futuro, não é? Para mim é essencial.

Entrevistadora: É muito importante o trabalho das auxiliares.

Entrevistada: Muito importante, é muito importante. A par das educadoras fazem um trabalho muito importante para o percurso daquelas crianças e determinante mesmo.

Entrevistadora: Quer acrescentar mais alguma informação?

Entrevistada: Eu penso que não, acho que já falei demais... Eu penso que não, acho que já ficou tudo dito. Se houver alguma dúvida...

Entrevistadora: Não...

Entrevistada: Acho que já ficou tudo dito.

Entrevistadora: Obrigada!

Temas	Subtemas	Categorias	Unidades de Registo
Caracterização das Competências (C)	C.1. - Alunos que usufruem dos apoios	Transportes Escolares	<p>C. 1.1. - “(...) no presente ano lectivo são transportados, aproximadamente, 2400 alunos. (...)”</p> <p>C.1.1.1. – “(...) Este ano lectivo nós transportamos no agrupamento de José Saramago, que é o agrupamento de Marateca/Poceirão, 213 alunos no primeiro ciclo e depois no segundo e terceiro ciclo 459. (...)”</p> <p>C.1.1.1.1. - “(...) Estes alunos são transportados por ciclos e de várias formas (...) são transportados do ensino básico 2032 alunos, do ensino secundário 338 e depois por sua vez, em circuitos públicos, que são circuitos que são realizados na sua maioria por uma empresa pública, que são os T.S.T., aqui na nossa zona, que são 2026, sendo que 344 são em circuitos autárquicos, ou seja, são alunos que são transportados em viaturas municipais.(...)”</p>

	C. 2. – Número de Jardins-de-Infância e Escolas Básicas de 1ºCiclo	Parque Escolar	C. 2.1. - “Neste momento existem 15 Jardins-de-Infância e 25 Escolas do 1ºciclo.”
	C. 3. - Alunos que usufruem dos apoios	Acção Social Escolar	C. 3.1. – “(...) para dizer o número de alunos temos que separar aqui duas questões, a Acção Social Escolar tem dois tipos de apoio (...) a vertente dos Auxílios Económicos Directos que se dirige só aos alunos do 1ºciclo do ensino básico e tem o apoio alimentar, ou seja, a refeição gratuita que se dirige, não só, aos alunos do 1ºciclo do ensino básico como também às crianças da educação pré-escolar. Em termos de Auxílios Económicos, no ano lectivo 2011/2012 foram admitidos 1014 alunos. (...) relativamente, à Acção Social Escolar na sua globalidade, portanto, incluindo o total de alunos que têm direito aos Auxílios Económicos e à refeição gratuita e as crianças do pré-escolar têm direito também à refeição gratuita, estamos a falar no ano lectivo 2011/2012 de 3028 crianças e alunos no total.”

	C. 4 – Número de alunos	Pré-Escolar	C. 4.1. - “Cerca de quinhentas crianças. Eles ao todo frequentam a educação pré-escolar setecentas e quarenta e dessas, quinhentas frequentam as actividades de prolongamento de horário.”
	C. 5. – Evoluções	Evolução do número de alunos – Transportes Escolares	C. 5.1. – “(...) tem sido um número que se tem mantido, pelo menos nos últimos três anos lectivos a variação tem sido muito pouco significativa. Ou seja, temos andado sempre aqui nos 2400, 2500 alunos, este ano houve uma pequena diminuição, mas muito residual e muito ligeira.”
		Evolução do número de alunos – Acção Social Escolar	C. 5.2. – “A evolução não é linear (...) Porque houve um ano, que foi no ano de 2008/2009, em que houve um <i>boom</i> , portanto passámos, em termos de Auxílios Económicos Directos, de 711 requerimentos recebidos e 530 alunos admitidos para 2008/2009 para 1032 requerimentos e 891 alunos admitidos. (...) Depois em 2009/2010 subiu novamente, portanto passou de 891 para 1054, mas depois em 2010/2011 os Auxílios Económicos subiram novamente, portanto passou para 1090, mas depois no ano lectivo 2011/2012

			<p>tivemos um pequeno decréscimo para 1017 admitidos. Portanto, subiu, efectivamente, até 2010/2011, mas depois em 2011/2012 houve uma pequena quebra. Isto a nível dos Auxílios Económicos Directos. Ao nível da Acção Social escolar na globalidade, entre o ano lectivo 2010/2011 e o ano lectivo 2011/2012, houve, efectivamente, um acréscimo dos admitidos, porque aqui já estamos a considerar também as crianças do pré-escolar e portanto passamos de 1359 para 1290 admitidos no total (...).”</p>
		<p>Evolução do número de alunos – Pré-Escolar</p>	<p>C. 5.3. - “Ao longo dos últimos anos nós temos sentido sempre um acréscimo de crianças, desde que iniciou este apoio temos sentido ao longo do tempo e ao longo de cada ano lectivo um acréscimo do número de crianças que frequentam, mas depende sempre muito da realidade de cada jardim-de-infância. (...) Neste momento sentimos que de facto, pode ter havido alguns casos de alguma oscilação, nós pensamos que seja fruto das condições socioeconómicas das famílias, enfim, que as famílias, algumas delas sintam, se facto, algumas dificuldades. No entanto, não é significativo, são casos pontuais, não é significativo. (...)”.</p>

		<p>Evolução de valores dados – Acção Social Escolar</p>	<p>C. 5.4. – “(...) Esse valor tem vindo a aumentar ao longo dos anos e no ano lectivo 2008/2009, o montante era de 40 euros. Entretanto em 2008, o despacho que é publicado, anualmente, que define as regras para a Acção Social Escolar vem pela primeira vez definir montantes para os Auxílios Económicos Directos. E portanto, esses montantes, basicamente, são definidos com base nos anos de escolaridade, portanto para o 1º e 2º ano um determinado montante para livros e um determinado montante para material escolar, o 3º e o 4º ano, um outro montante para livros e outro para material escolar, um para o escalão A e outros para o escalão B, portanto, isto muito definido. O que é que acontece, como a Câmara Municipal de Palmela tinha um escalão único, um valor único para todas as crianças posicionadas no escalão A e B decidiu esse ano nivelar pelo máximo, ou seja, o valor mínimo não te sei dizer agora, mas se calhar 39 euros, 19 euros, portanto havia aqui valores muito diferentes, mas o valor máximo para o 4º ano, eram 45 euros. E, portanto, a Câmara decidiu nivelar pelo máximo a todos, novamente, uma descriminação positiva e então atribui 45 euros a todos os alunos posicionados no escalão 1 e 2.”</p>
--	--	---	--

		Porquê da evolução de valores – Acção Social Escolar	C. 5.5. – “Este <i>boom</i> teve a ver, essencialmente, com a alteração da legislação, ou seja, porque as condições de acesso tinham a ver com o valor do rendimento do agregado familiar que era calculado com base no I.R.S. A partir de 2008/2009, a legislação define que as condições de acesso são o escalão do abono de família, ou seja, o escalão 1 e o escalão 2 têm direito à Acção Social Escolar e os outros escalões não. (...)”
	C. 6. – Freguesias que se destacam	Freguesias em que se transportam mais alunos - Transportes Escolares	C. 6.1. – “(...) dadas as características do nosso concelho, que (...) é um concelho de transição entre o urbano e o rural. (...) somos, em termos de área dos maiores concelhos do país onde os circuitos públicos não existem e então somos nós que fazemos uma aquisição de um serviço para uma empresa transportadora que efectua os transportes escolares. Por isso é nas zonas rurais, em Marateca e em Poceirão, que o número de transportes escolares é mais elevado. (...) É importante, se calhar aqui dizer também que dentro da área metropolitana de Lisboa, o município de Palmela é o município que mais investe e mais dinheiro gasta com os transportes escolares.”

		Pré-Escolar	<p>C. 6.2. - “Nós não temos propriamente freguesias que se destaquem por ter, enfim, de uma forma muito discrepante em relação às outras freguesias, temos sim jardins-de-infância que têm por ocupação. Porque, numa mesma freguesia temos realidades muito diferentes em cada jardim-de-infância. E aí sim, há jardins-de-infância que se destacam por terem quase cem por cento de crianças inscritas (...) Depois temos os outros em que os pais necessitam de uma resposta mais alargada e portanto, temos menos crianças, não porque haja apoio familiar mas porque os pais têm de tentar procurar outro apoio mais abrangente. Temos outros locais, nomeadamente, os locais mais rurais, onde existe um apoio familiar grande e portanto, não existem tantas crianças a frequentar, porque ficam com os avós, têm apoio familiar. (...) E temos jardins-de-infância, uns que sobem, outros que descem consoante as necessidades também dos pais. Neste momento como há também uma elevada taxa de desemprego, naturalmente, quando as pessoas ficam desempregadas e já não necessitam deste apoio e portanto retiram as crianças destas actividades, por isso existem oscilações mas por jardim-de-infância (...)”.</p>
--	--	-------------	--

	C. 7. – Planeamento dos Transportes Escolares	Transportes Escolares	C. 7.1. – “(...) no planeamento do Plano dos Transportes Escolares para o próximo ano lectivo tenho por base sempre os números de alunos que transportamos e as verbas que gastamos neste ano lectivo. (...) há aqui um trabalho que é feito em articulação com as escolas, nomeadamente, com os agrupamentos que se prende com as matrículas que eles já tenham recenseado e que nos deem algumas pistas sobre a origem dos alunos. (...) nós questionarmos os agrupamentos sobre alguns indicadores que eles nos possam dar sobre (...) este itinerário que os meninos irão fazer e quantos alunos é que têm (...).”
	C. 8. – Candidatura	Transportes Escolares	C. 8.1. – “(...) passa aqui pela Divisão de Educação o processo de análise, o processo das matrículas é sempre feito no agrupamento de escolas. (...) os alunos ou os encarregados de educação quando se dirigem ao agrupamento para efectuarem a matrícula do aluno é-lhes entregue o papel do transporte. (...) No caso de quererem preenchem o papel e é solicitado o preenchimento de uma ficha com uma série de informação e documentos complementares, que (...) depois é analisado aqui na Divisão de Educação.

			E o que é importante para nós, além dos documentos que identifiquem a família e o agregado familiar e o aluno são a residência do aluno que ele tem de fazer prova que é residente no concelho e que... da sua morada para nós podermos efectuar a medição dos transportes para ver se tem direito ou não.”
		Acção Social Escolar	C. 8.2. – “O processo de atribuição do apoio tem em primeira instância, como enquadramento, o quadro normativo (...) com base nesse quadro normativo a Câmara Municipal de Palmela elaborou um Regulamento Municipal que define como é que são atribuídos estes apoios. (...) As famílias que estão no escalão 1 ou 2 podem candidatar-se à Acção Social Escolar e para isso têm que fazer na altura da matrícula ou da renovação da matrícula ou da inscrição no pré-escolar, o preenchimento de um requerimento e entregar a declaração do abono de família, do posicionamento no escalão do abono de família e fazem-no no agrupamento de escolas, no seu respectivo agrupamento de escolas onde fazem a matrícula ou a renovação.

			<p>Os agrupamentos recolhem todas as inscrições, validam, porque têm que confirmar se, efectivamente, está nessa situação e enviam-nos até ao dia 15 de Julho para a Câmara. A Câmara analisa e despacha e devolve até ao dia 8 de Setembro toda a informação. Depois são os agrupamentos que comunicam, portanto nós validamos, comunicamos aos agrupamentos e depois são os agrupamentos que comunicam às famílias se elas são abrangidas ou não. Depois durante o ano há situações de excepção, que são as transferências (...) as inscrições no pré-escolar que podem ocorrer, desde que haja vaga durante todo o ano lectivo e temos para além das transferências a alteração da situação socioeconómica, ou seja, muitas famílias, uma vez que o posicionamento do escalão do abono de família decorre da declaração de I.R.S., há famílias que em Janeiro, no novo ano, vêm a sua situação revista e portanto, desde que a família faça prova de que no ano anterior estava no escalão que não tinha direito e que viu a sua situação alterada, entrega essas declarações, tudo via agrupamento e depois tem direito, realmente, à revisão da sua situação.</p>
--	--	--	--

			(...) Ao nível dos Auxílios Económicos Directos, depois a Câmara Municipal transfere para os agrupamentos o montante, não é? E são os agrupamentos depois que fazem essa entrega às famílias.”
		Pré-Escolar	C. 8.3. - “(...) no momento da inscrição na educação pré-escolar é disponibilizado no agrupamento de escolas o formulário de inscrição e os pais preenchem se tiverem interesse em frequentar, preenchem logo quando vão fazer a inscrição na educação pré-escolar. Para além dessa data pode ser feito em qualquer momento, os pais preenchem o formulário, entregam a documentação anexa que é necessário e formalização a inscrição em qualquer momento e ao longo do ano lectivo isso pode acontecer.”
	C. 9. – Distância casa-escolar	Transportes Escolares	C. 9.1. – “(...) é efectuado de duas maneiras. Nós temos o Sistema de Informação Geográfico no município, o S.I.G. e que eu utilizo como forma de medir a distância entre a residência do aluno e a respectiva escola.

			(...) nos casos de dúvida que no sistema me dão ali muito próximo do limite é efectuada a medição numa viatura no local. (...) nós deslocamo-nos ao local, vamos à porta do aluno e realizamos o percurso que o aluno faria até à escola se fosse a pé e aferindo a medição da distância (...).”
	C. 10. – Diplomas	Transportes Escolares	C. 10.1. – “(...) nós temos o nosso Regulamento Municipal de Transportes Escolares, (...) que regula tudo o que é... quais as condições que são em termos de transporte escolar. O que é importante é que, de referir é que nós fazemos uma discriminação positiva, relativamente, às leis vigentes, ou seja, o Decreto-Lei 299 de 84, de 5 de Setembro determina que a oferta dos transportes escolares aos alunos do ensino básico e secundário que residem a 3 ou 4 km das escolas havendo ou não refeitório.”
		Parque Escolar	C. 10.2. - “Os projectos não são bem normalizados, os projectos têm de cumprir uma série de normas emanadas pelo Ministério da Educação, nós enquanto município podemos, ou não, adoptar os projectos-tipo que o Ministério tem ou fazemos nós, encomendando a empresas exteriores os projectos para a construção dos equipamentos educativos.”

		Pré-Escolar	<p>C. 10.3. - “Não, porque a revisão já estava contemplada. Nomeadamente em relação ao valor que as famílias pagam pela sua comparticipação familiar.</p> <p>No Regulamento Municipal, para além de sempre ser escalonado, do pagamento sempre ter sido, sempre ter havido escalões para pagamento garantindo a tal equidade entre os agregados familiares e a solidariedade entre as mais recursos com os menos recursos, houve sempre a hipótese de as famílias, sempre que a sua situação socioeconómica se alterou, solicitarem a revisão do valor da comparticipação familiar. Portanto, nós já conseguimos apoiar as famílias através dessas medidas que já existiam, portanto não sentimos necessidade de ter uma outra revisão, porque o pagamento não era fixo, ou seja, o valor não era fixo. Portanto, quando as famílias sofrem alguma alteração vêm primeiro ter connosco, mostram o novo posicionamento e são revistas. E este ano já fizemos bastantes revisões do valor da mensalidade, por isso não foi necessário fazer nenhuma alteração.”</p>
--	--	-------------	---

	C. 11 - Actividades de Animação Socioeducativas	Pré-Escolar	C. 11.1 - “(...) para este ano lectivo temos música uma vez por semana, movimento e dança também uma vez por semana, inglês uma vez por semana e motricidades duas vezes por semana.”
	C. 12 - Propostas das Actividades de Animação Socioeducativas	Pré-Escolar	C. 12.1 - “(...) Estas foram as determinadas para este ano, o que não significa que pró ano sejam as mesmas, porque elas são fruto dessa referida avaliação. Já foram alterando, nomeadamente, o inglês que foi introduzido para este ano nos Jardins-de-Infância por proposta, quer de pais, quer de educadoras. Portanto, estamos neste momento em fases de reuniões com os vários agrupamentos no sentido de percebermos qual é a avaliação que fazem do inglês, da introdução do inglês, quer das outras actividades, para percebermos pró ano se devemos ter essas ou se devemos fazer algum reajuste tendo em conta a aplicação e a dinamização na prática.”

	<p>C. 13 -</p> <p>Pagamento dos alunos no prolongamento de horário</p>	<p>Pré-Escolar</p>	<p>C. 13.1. - “Nós temos um Regulamento Municipal onde está referida toda a legislação que prevê o escalonamento da comparticipação familiar, ou seja, que a comparticipação familiar seja determinada em função do rendimento do agregado familiar, portanto, toda essa legislação está referida no Regulamento Municipal, onde existem seis escalões como pagamento, portanto, como referência para pagamento. Cada um desses escalões está, directamente, relacionado com uma percentagem anexa ao abono de família e o abono de família é determinado pelos serviços da segurança social ou se forem funcionários públicos, pelos serviços processadores. E é determinado em função do escalão, o primeiro escalão paga dois euros e setenta e cinco e o último escalão, que é o sexto escalão, paga cinquenta e cinco euros que é o custo máximo do serviço.”</p>
--	--	--------------------	--

	C. 14. – Discriminações Positivas	Transportes Escolares	C. 14.1. – “(...) todas as nossas escolas têm refeitório seriam os 4 km que seriam o limite (...) todos os alunos que residissem a menos de 4 km, da residência até à escola não teriam direito a transporte escolar. O município de Palmela, pelas suas características (...) mais as características rurais e da ausência de transportes públicos fez uma discriminação positiva, (...) e transporta todos os alunos que residam a 2km ou mais (...) reduzimos 2km relativamente à legislação. (...) Por isso é uma discriminação positiva.”
			C. 14.1.1. – “(...) temos ainda os transportes especiais, os transportes de alunos com Necessidades Educativas Especiais que frequentam as escolas de referência do nosso concelho e que nós efectuamos o transporte em viaturas municipais. (...) conseguimos, nomeadamente, às salas de multideficiência proporcionar, porque os agrupamentos solicitaram, proporcionar a deslocação dos alunos com Necessidades Educativas Especiais a algumas terapias,

			<p>como são terapias de <i>snoezelen</i> que vão para Setúbal e as hidroteprias que fazem aqui no concelho de Palmela em viatura especial, que neste momento com a plataforma elevatória a autarquia não tem nenhuma viatura destas, mas recorre a um concurso e são os bombeiros que efectuem esse transporte.”</p>
		Acção Social Escolar	<p>C. 14.2. – “A legislação prevê a existência de dois escalões, que é o Escalão A e do Escalão B, sendo que o escalão A tem direito à totalidade do valor da refeição e o escalão B tem direito a 50%, mas a Câmara de Palmela sempre se pautou por uma discriminação positiva, ou seja, tem um escalão único. Portanto, todas as crianças que estejam integradas no escalão 1 e 2 têm direito ao mesmo, portanto à totalidade da refeição. Isto em relação à refeição. Em relação aos Auxílios Económicos Directos, a legislação não definia qual era o montante, portanto, sempre disse que o montante era definido pela autarquia e aprovado em Conselho Municipal de Educação.”</p>

		Pré-Escolar	<p>C. 14.3. - “(...) é um documento que é obrigatório a entrega, que é (...) a declaração do abono de família e nós conseguimos indexar o valor a pagar ao abono de família e assim garantimos equidade entre os agregados familiares e alguma solidariedade entre aqueles que pagam mais, portanto aqueles que têm os maiores rendimentos e aqueles que têm os menores rendimentos. Existe aqui um equilíbrio muito grande que garante alguma sustentabilidade e que garante também o acesso das famílias com menores recursos a este conjunto de actividades. Tudo está definido em Regulamento Municipal, pode ser revisto a qualquer altura, portanto desde que a família justifique o decréscimo, imaginemos que a família sofre uma grande redução no valor dos seus rendimentos, desde que comprovadamente claro, desde que o comprove pede para que haja uma revisão ao valor da comparticipação mensal e isso é feito tendo em conta o novo escalão em que a família se insere.”</p>
--	--	-------------	---

	C. 15. – Situação Económica do País – Revisões	C. 15. – Situação Económica do País – Revisões	C. 15.1. – “Por enquanto não. (...) Nomeadamente nas zonas rurais, se este serviço não fosse prestado pelo município, certamente, que o abandono escolar seria maior muito. (...)”
		Parque Escolar	C. 15.2. – “Sim, algumas das situações foram recalendarizadas por via da situação do país (...) vão ficar à espera de melhor altura.”
		Acção Social Escolar	C. 15.3. -“Não existiu, efectivamente, nenhuma revisão porque uma revisão também tem de decorrer, na minha opinião, de um diagnóstico e de uma situação da realidade. (...) Nós só pudemos avançar para uma situação dessas de alargamento da competência, ao nível dos Auxílios já estamos alargados (...) A nível das refeições poderíamos ou dar outra refeição ou alargar aos fins-de-semana ou férias escolares, mas nós só podemos fazer isso se houvesse um diagnóstico de uma necessidade. Quem é que nos pode fazer isso? As escolas, não é? Porque são as escolas que estão no contacto directo com as crianças e com as famílias. E, efectivamente, não nos chegou nota nenhuma desta situação. (...)”

		Pré-Escolar	<p>C. 15.4. - “Não, porque a revisão já estava contemplada. Nomeadamente em relação ao valor que as famílias pagam pela sua comparticipação familiar.</p> <p>No Regulamento Municipal (...) houve sempre a hipótese de as famílias, sempre que a sua situação socioeconómica se alterou, solicitarem a revisão do valor da comparticipação familiar. Portanto, nós já conseguimos apoiar as famílias através dessas medidas que já existiam, portanto não sentimos necessidade de ter uma outra revisão, porque o pagamento não era fixo, ou seja, o valor não era fixo. Portanto, quando as famílias sofrem alguma alteração vêm primeiro ter connosco, mostram o novo posicionamento e são revistas. E este ano já fizemos bastantes revisões do valor da mensalidade, por isso não foi necessário fazer nenhuma alteração.”</p>
Recursos Humanos (RH)	RH. 1 – Pessoas/Entidades	Transportes Escolares	<p>RH. 1.1 – “(...) a Divisão de Educação é um interlocutor com as escolas. Nós recepcionamos os processos dos agrupamentos, analisamos cada um dos processos, individualmente e aferimos de o aluno tem direito ou não. (...) É a Divisão de Logística com as viaturas municipais e os motoristas e é depois os do Aprovisionamento com os concursos públicos para a prestação dos serviços. (...) as escolas e os agrupamentos, que são eles que são aqui o nosso interlocutor e é em conjunto que trabalhamos sempre.”</p>

		Parque Escolar	RH. 1.2 – “(...) quem acompanha todo o processo, desde o início do processo até ao fim é a Divisão de Educação e a Divisão de Projectos e Obras Públicas (...) trabalhamos em parceria nestes processos para construir um equipamento educativo (...).”
		Acção Social Escolar	RH. 1.3. – “(...) em termos da Acção Social Escolar nós não podemos trabalhar sozinhos, até porque temos parceiros muito privilegiados que são as escolas e os agrupamentos. E, portanto, a Câmara Municipal (...) com os 3 agrupamentos do concelho, tem estabelecido protocolos de colaboração. Esses protocolos definem a colaboração ao nível da Acção Social Escolar, quer ao nível dos Auxílios Económicos Directos (...) é a recepção dos requerimentos, que é a sua confirmação, que é o seu envio para a autarquia, quer depois a recepção dessa informação, a informação à família, a recepção da verba e a atribuição da verba à família. (...) Ao nível do Programa de Alimentação Escolar (...) que é verificar as condições de fornecimento das refeições, porque nós temos duas vertentes, não é? No Programa de Alimentação, temos as refeições transportadas nos estabelecimentos onde não há confecção de cozinha, não há condições para confecção local e depois temos a confecção local

			<p>Na confecção local são os coordenadores do estabelecimento que nos apoiam na verificação, também do fornecimento dessas refeições, da qualidade, da quantidade, dessas questões todas. Portanto, estes protocolos de colaboração, para além de termos ainda outras situações, porque temos crianças do 1º ciclo que almoçam nos refeitórios do 2º e 3º ciclo (...).”</p>
			<p>RH. 1.3.1 – “(...) ao nível do Programa de Alimentação Escolar uma questão muito importante é a questão da segurança alimentar e a autarquia não tem técnicos especializados nesta matéria. E, portanto, era uma necessidade urgente, porque nós não conseguíamos controlar a questão da segurança alimentar, nem de verificar, pronto... E desde 2007 que foi proposto e foi estabelecido um contrato com uma empresa de consultoria nesta matéria, de higiene e segurança alimentar. (...) isto assenta (...) no quê? Este contrato, para além de inspecções mensais aos refeitórios com confecção local, de verificação das condições contratuais da empresa fornecedora, da realização de análises mensais, também implica uma assessoria jurídica nesta matéria, nomeadamente, na elaboração de cadernos de encargos e na elaboração de ementas, porque a empresa tem nutricionistas e dietistas.</p>

			<p>E em anos anteriores as ementas eram colocadas a concurso, ou seja, a empresa fornecedora quando se candidatava tinha que apresentar as suas ementas e depois nós validávamos ou não. Com a experiência, este ano lectivo quando se abriu o concurso, o caderno de encargos já incluía as ementas, portanto, as ementas foram logo elaboradas pelos nutricionistas e dietistas desta empresa que nos dá assessoria. Portanto, as ementas são feitas para 8 semanas e são rotativas. Temos ementas padrão de 8 semanas.”</p>
			<p>RH. 1.3.2 – “Pronto, nós na Divisão de Educação também tivemos que montar aqui um esquema, porque neste momento temos 6 refeitórios com confecção local e 18 com estabelecimentos com refeições transportadas. E portanto isto carece de uma organização um bocadinho grande, não é?</p> <p>Porque nós depois não conseguimos controlar o que se passava nestes estabelecimentos (...) então surgiu a necessidade de ter alguém que fosse responsável por estas unidades e que fosse responsável por estas pessoas e que fizesse essa vigilância. Portanto, neste momento na Divisão de Educação existem 2 técnicos, não é? Uma que sou eu responsável pelo Programa de Alimentação, existe outra técnica que é responsável pela confecção local,</p>

			<p>e verifica se está tudo em condições, portanto, faz a articulação com os agrupamentos e com a empresa fornecedora e existe uma encarregada responsável pelos estabelecimentos com refeições transportadas. Para além disso, temos sempre em termos técnicos também o recurso da empresa que nos dá assessoria, que é a Senha.”</p>
			<p>RH. 1.3.3 – “Pronto, o controlo de qualidade é feito, exactamente, com tudo o que eu já disse (...) temos a empresa com a qual temos o contrato estabelecido, que é a Senha, que faz inspecções mensais, produzindo relatórios dessas inspecções, faz análises aos alimentos, às superfícies e às mãos das manipuladoras de alimentos, também, mensalmente. E temos a encarregada e a técnica que se desloca, frequentemente, fazendo registos e intervenções nos refeitórios.”</p>

		Pré-Escolar	<p>RH. 1.4. - “Nós nestas actividades nós temos duas figuras (...) nós dinamizamos todas as actividades em todos os jardins-de-infância, com excepção de dois deles. (...) estabelecemos um protocolo de colaboração com a Associação de Pais (...) em que nós somos a entidade promotora, mas eles é que dinamização. (...) nós claro que garantimos sempre as mesmas formas de calculo da mensalidade, portanto, nós é que calculamos a mensalidade que essas famílias pagam. (...) são logo dois intervenientes, que quer pela proximidade que têm com as famílias, quer pela acessibilidade que as famílias têm às Associações de Pais, porque estão no local, têm sido uma mais-valia e tem sido muito proveitoso esta relação que temos tido e estes dois protocolos têm funcionado bastante bem. (...) as Associações de Pais têm manifestado em cada ano lectivo a vontade de quererem continuar a ser elas a dinamizar, quer as Associações de Pais, quer os pais, porque de facto estabelecem-se ali relações de proximidade, em que se torna até mais fácil de resolver determinadas situações. (...) Depois também as empresas, as empresas</p>
--	--	-------------	---

			<p>dinamizadoras de cada uma das actividades nos restantes jardins-de-infância, que são escolhidas depois de um concurso público (...) São três entidades diferentes, a Expo Educa, que dinamiza motricidade e dinamiza a área do inglês, temos o Conservatório Regional de Palmela, que dinamiza música e temos a Passos e Compassos que é a empresa de dança que reside dentro do Cine-Teatro São João, que dinamiza movimento e dança. (...) Sempre que nos é possível e que é permitido à luz do que são as normas da contratação e enfim, dos concursos públicos, porque são uma mais-valia e porque existem entidades especialistas nestas áreas no concelho, não é? Faz todo o sentido que assim seja.”</p>
			<p>RH. 1.4.1. - “Nós aqui temos duas vertentes, temos as auxiliares de sala e temos as auxiliares que estão afetas ao prolongamento, às actividades. (...)</p> <p>As auxiliares de sala fazem o acolhimento das crianças, acompanham as educadoras ao longo das actividades, nós temos uma auxiliar em cada sala, portanto, acompanham o quotidiano e a vida diária de uma criança em sala e acompanham todas as actividades que forem realizadas pelas educadoras.</p>

			<p>(...) o seu papel será auxiliar as educadoras em todas as actividades que sejam necessárias e em tudo aquilo que seja necessário que a educadora peça. Depois são responsáveis pela alimentação das crianças, ou seja, cada uma leva o seu grupo ao refeitório e é responsável por garantir que a criança tome uma refeição equilibrada (...) o papel delas será garantir que as crianças, gradualmente, vão começando a comer todo o tipo de alimentos, a sopa, os legumes... esse é um trabalho pedagógico que eu, pessoalmente, considero muito importante na altura das refeições. (...) Depois acompanham os meninos no recreio, fazem a vigilância do recreio, entram novamente em sala, acompanham a parte da tarde e algumas delas acompanham, igualmente, a parte do prolongamento de horário. (...) depois há uma vertente muito importante do trabalho da auxiliar que é garantir que todo o espaço está em perfeitas condições de higiene para que as crianças tenham um ambiente saudável como é óbvio. (...) toda a limpeza da sala é da responsabilidade das auxiliares, tal como a limpeza dos espaços que sejam utilizados, casas de banho, corredores, enfim, e outros, polivalentes (...)</p>
--	--	--	---

			<p>por exemplo, se existe um polivalente que é usado por todos, pela escola toda, quer de primeiro ciclo, quer de pré-escolar, as coordenadoras da escola depois têm um mapa e as auxiliares vão rodando e vão limpando de acordo com o mapa de tarefas que está de terminado. Depois temos auxiliares que só estão nas actividades, essas entram só da parte da tarde nos jardins-de-infância e acompanham os meninos durante as actividades e depois fazem a respectiva limpeza do espaço. Acompanham durante as actividades e ficam aquela tal hora que estava a dizer à pouco, ficam essa hora com os meninos, em que desenvolvem actividades, em que estão a fazer vigilância e eles estão a brincar e depois de os entregarem por volta das cinco e meia, digo isto por volta das cinco e meia, porque o horário de término das actividades é às cinco e meia, mas depois temos meia hora de tolerância, para enfim, algum atraso dos pais até às dezoito. E depois fazem a limpeza dos espaços utilizados, aqueles espaços que ficam por limpar, elas fazem essa limpeza e garantem que no dia seguinte está tudo em condições para reiniciarem as actividades.</p>
--	--	--	--

			<p>Estas são as tarefas principais, claro que depois (...) poderão existir um conjunto de tarefas que não são estas e que estão directamente relacionadas com o pré-escolar, mas que para o todo funcionar bem é preciso às vezes a participação das pequenas partes (...).”</p>
	Destacamento das Auxiliares	Pré-Escolar	<p>RH. 1.4.1.1. - “Nós, anualmente, fazemos um mapa de distribuição, temos os nossos recursos, sabemos quantas são, quem são, conhecemos bem o perfil de cada pessoa (...) porque fazemos acompanhamentos muito regulares e portanto, nós conhecemos bem o perfil de cada pessoa, sabemos os jardins-de-infância que temos (...) As realidades de cada jardim e fazemos, anualmente, o mapa de colocação. Este mapa de colocação também tem outra variável importante, uma vez que o nosso concelho é muito disperso e tem distâncias grandes, os jardins-de-infância são muito dispersos uns dos outros, nós tentamos sempre fazer coincidir estas vertentes todas, ou seja, atendendo à residência que a auxiliar tem, portanto onde reside,</p>

			<p>atendendo onde o jardim-de-infância está situado, atendendo ao perfil da pessoa e ao perfil daquilo que é necessário para o jardim-de-infância nós temos estas quatro variáveis e depois, anualmente, nós tentamos encontrar digamos que a melhor pessoa para aquele jardim-de-infância, tentamos adequar o perfil da pessoa ao jardim-de-infância. Não fazemos mudanças bruscas, a não ser que seja justificado por algum motivo, ou pela própria pessoa que nos tenha pedido, ou por alguma informação por parte da educadora ou da coordenadora até do agrupamento no sentido de fazermos alguma alteração. É importante que as pessoas... para já não estejam deslocadas, não tenham que percorrer uma grande distância (...) Porque enfim, as condições socioeconómicas das auxiliares também não são... enfim têm dificuldades, são pessoas cujo vencimento não é elevado e portanto temos que atender a esse factor que é importante e pesa no seu orçamento e também temos que atender à realidade do jardim-de-infância, porque de facto se nós conseguirmos ter a pessoa certa com o perfil certo naquele jardim-de-infância faz toda a diferença (...)</p>
--	--	--	--

			<p>Já tivemos algumas auxiliares com alguns problemas em determinados jardins-de-infância que foram colocadas noutros jardins-de-infância e que os problemas pura e simplesmente desapareceram. (...) a auxiliar revelou-se digamos assim, revelou as suas potencialidades e conseguiu revelar as suas capacidades que não conseguia naquele jardim-de-infância, porque o próprio contexto não o permitia e para o próprio jardim-de-infância (...) é tudo uma questão de irmos tentando adequar sempre o perfil às necessidades, tentando não afastar.”</p>
	Formação das Auxiliares	Pré-Escolar	<p>RH. 1.4.1.1.1. - “Têm, nós tentamos sempre que existem períodos de interrupção lectiva fazer formação adequada às necessidades que têm enquanto auxiliares. A última que tivemos, foi nas férias da Páscoa, teve uma parte dirigida à higiene e segurança alimentar e outra parte dirigida à comunicação e às relações interpessoais, que é uma parte importante do trabalho enquanto auxiliar, porque são muitos intervenientes com quem elas têm de lidar e muitas vezes torna-se complicado e convém dominar um conjunto de questões e conceitos, de forma a conseguirem abordar da melhor forma os desafios com que são, diariamente, confrontadas.</p>

			<p>(...) primeiros socorros, também já tivemos (...) agora para as próximas férias vamos também realizar uma mini acção de formação, que tem que ver com a consulta da página de internet da autarquia (...) de poderem ter uma área específica para poderem aceder, para nós trocarmos mensagens e informações, para que se possam sentir mais ligadas à autarquia, digamos assim. Porque é a entidade patronal, mas de facto elas estão deslocadas (...) Isso é uma forma de criar e delas sentirem que recebem informação por parte da autarquia e que podem trocar informação connosco. Nós nessa altura vamos dar formação nessa área, portanto será informática. (...) a cada interrupção lectiva é definido acções de formação que lhes interessem (...) E que sejam importantes para as tarefas que desempenham.”</p>
	Quantos auxiliares	Pré-Escolar	<p>RH. 1.4.1.1.1.1. - “Nós temos uma auxiliar por cada sala de jardim-de-infância, portanto, por cada vinte a vinte e cinco crianças, depende da constituição do grupo, temos uma auxiliar colocada por cada sala de jardim-de-infância. Isto depois sem falar das colocadas no âmbito das actividades, portanto, eu falo aqui em termos de pré, temos uma auxiliar por cada sala.</p>

			Depois temos as outras que entram na altura de acompanhar os meninos nas actividades, que são umas quantas.”
	Funções fora do prolongamento	Pré-Escolar	RH. 1.4.1.1.1.1.1. - “Executam funções fora do prolongamento. (...) temos auxiliares que entram para acompanhar as actividades, mas essas auxiliares não estão colocadas a tempo parcial, estão colocadas, maioritariamente, a tempo inteiro. Isto significa que o restante período elas acompanham o Programa de Alimentação Escolar. Portanto, estão afetas ao Programa de Alimentação Escolar nas escolas de primeiro ciclo e depois na parte da tarde, para completar o seu horário, elas acompanham as actividades nos jardins-de-infância e acabam por ter as sete horas, que é benéfico para elas e benéfico também para nós (...)”.
	Avaliação dos auxiliares	Pré-Escolar	RH. 1.4.1.1.1.1.1.1. - “É um processo partilhado entre a autarquia e os agrupamentos. A avaliação é feita quer pelas educadoras de sala ou então pela coordenadora, tem sempre o aval do agrupamento. (...) em última instância será sempre o agrupamento a validar a sua classificação e depois a autarquia está representada no

			<p>Conselho de Coordenadores de Avaliação onde são discutidas as avaliações dadas, nomeadamente, se avaliação é muito má e se a avaliação é muito boa é sempre justificado (...) E é esse conselho coordenador, em que a câmara entra, que determina e valida a nota final de cada auxiliar."</p>
	RH. 2 – Apoio e parceria	Transportes Escolares	<p>RH. 2.1 – "(...) concretiza-se através de muita comunicação (...) De muito trabalho conjunto e partilha de informação (...) Mas quem está em contacto com os motoristas e com as vigilantes, que é quem está, directamente, em contacto com os alunos, que os vão buscar à escola e os entregam às famílias é a Divisão de Logística (...) isto exige aqui de nós uma grande articulação em termos de informação (...) isso é um trabalho que todos os dias falo com a colega, com a Rosário Antunes, que era a colega que estava aqui na Educação com os transportes escolares (...) além de muita experiência, tem uma noção do trabalho que faz lá e do trabalho que se faz aqui. Por isso, isso é sempre uma mais-valia em termos do trabalho a desenvolver. (...) nós somos um município e em termos de pessoas, de recursos humanos que falamos, andamos muito no terreno e falamos muito com as pessoas e conhecemos os professores e as escolas e os seus problemas e isso é um veículo facilitador de comunicação. (...)."</p>

		Parque Escolar (Escolas Básicas de 2º e 3º Ciclos)	RH. 2.2 - “(...) apoio logístico e apoio em transporte, pontualmente, para alguns pedidos que vão surgindo de deslocações das escolas a visitas de estudo. Algumas cedências de instalações que nós temos devolutas e que cedemos também para ocupação de projectos das escolas. (...) Porque até aqui nós tínhamos um apoio que era o Projecto Apoio aos Projectos Educativos e que neste momento encontra-se suspenso (...).”
		Pré-Escolar	RH. 2.3. - “O apoio aos alunos, ele é feito dentro do prolongamento de horário de uma outra forma, digamos que os meninos têm uma hora que têm uma actividade dirigida por um professor, na outra hora, hora e meia, sensivelmente, os meninos estão com uma auxiliar que faz um conjunto de actividades, muitas delas menos dirigidas, porque permite as crianças terem maior liberdade, (...) que as crianças tenham maior autonomia e até capacidade de desenvolverem as próprias brincadeiras sem estarem com alguém que lhes diga e que lhes dite um conjunto de regras muito orientadas para brincarem. (...) Sempre que o tempo permite, no exterior estão na brincadeira livre. Quando o tempo não permite estão no interior.

			<p>Aí já poderão, eventualmente, e em certas ocasiões e a pedidos das educadoras terminarem trabalhos que tenham por fazer, outro tipo de jogos que tenham disponíveis no jardim-de-infância, mas é um bocadinho diferente da actividade orientada, daquelas quatro actividades. (...)”.</p>
Recursos Técnicos (RT)		Transportes Escolares	<p>RT.1.1 – “(...) é o nosso trabalho técnico de acompanhamento deste processo. (...) em termos dos concursos públicos não passa aqui por nós é sempre o Aprovisionamento que trata desses procedimentos (...) depois é sempre a Divisão de Aprovisionamento que faz essa selecção. (...) uma ferramenta essencial é o sistema de informação geográfico, (...) nós temos a cartografia do nosso concelho, fazemos uma pesquisa por rua e por número de porta e é uma ferramenta que nos permite medir para aferir as distâncias e é essencial. (...)”</p>
			<p>RT.1.1.1 – “(...) no caso dos transportes escolares nós temos uma aplicação informática que faz a gestão (...) nós carregamos a nossa base de dados com os miúdos que são transportados e é uma mais-valia, porque esta aplicação consegue, facilmente, depois de carregada gerir toda a informação. Há sempre aspectos que nós queremos que sejam melhores e que se possam melhorar no futuro, não é?</p>

		Parque Escolar	RT. 1.2 – “(...) são sempre as normas emanadas pelo Ministério da Educação, no que diz respeito às áreas que estão estipuladas. Há outros espaços que têm que existir nos novos equipamentos educativos adequados às novas práticas pedagógicas de hoje em dia, os materiais que também são indicados pelo Ministério da Educação como os mais adequados para serem utilizados. (...)”
		Acção Social Escolar	RT. 1.3. – “A comida é feita em cozinhas definidas pela entidade fornecedora, pela empresa fornecedora. E isso não está definido em caderno de encargos, portanto eles confeccionam onde têm condições para confeccionar. Neste momento, está a ser confeccionada, por acaso, na básica do Poceirão, da José Saramago no Poceirão, uma parte. A outra parte numa secundária no Barreiro.”
		Pré-Escolar	RT. 1.4. - “Nós aqui temos (...) eu enquanto técnica que acompanho, que sou responsável por estas actividades, temos uma assistente técnica que me acompanha também na gestão desta área, nomeadamente, no controlo dos pagamentos. Depois temos todo o pessoal não-docente, as auxiliares que estão em cada um dos jardins-de-infância também afetas a esta componente, temos os professores de cada uma das áreas.

			<p>Também deslocados que fazem estas actividades. Nós dividimos o horário no início do ano e eles dividem entre eles estas actividades, os jardins-de-infância onde lecionam. (...) Em termos do número de auxiliares que frequentam, que acompanham as actividades eu não te sei dizer bem quantas é que elas são, mas ainda são umas quantas, porque por cada sala nós temos uma auxiliar. Por cada grupo nós temos uma auxiliar.”</p>
	RT. 2. - Orçamento	Transportes Escolares	<p>RT. 2.1 – “(...) os transportes escolares consomem a grande fatia do orçamento da Divisão de Educação que ronda 1 milhão de euros, o que representa 41% do nosso orçamento. (...)”</p>
		Parque Escolar	<p>RT. 2.2 – “Cerca de 21% (...)”</p>
		Acção Social Escolar	<p>RT. 2.3. – “(...) posso-lhe dizer que no ano 2011, a verba da Acção Social Escolar e aqui quando estou a falar da Acção Social Escolar estou a falar só de Auxílios Económicos Directos e Programa de Alimentação Escolar, foi de 802.139,12. Aqui em termos de Programa de Alimentação Escolar temos de incluir o seguinte, quando nós falamos do escalão 1 e 2, não é?</p>

			<p>Estamos a falar da refeição gratuita só que o Programa de Alimentação Escolar é mais do que isto é a Acção Social Escolar. Porque estas crianças não pagam nada, efectivamente, mas depois temos as outras crianças que compram uma senha e o valor da senha também é definido por despacho pelo Ministério da Educação e Ciência e este ano lectivo o valor da refeição é 1, 46, mas a refeição não custa à Câmara Municipal 1,46 custa mais.</p> <p>Portanto, o diferencial entre 1,46 e o custo real da refeição, também é suportado pela autarquia e portanto isso também entra no montante da Acção Social Escolar. E portanto estes 802 mil euros contempla também este montante.</p>
		Pré-Escolar	<p>RT. 2.4. - “Eu tenho para a área das actividades, posso dizer que a percentagem para as actividades são cerca de 4%. Porque nós no nosso orçamento temos dividido em rubricas diferentes. (...) a educação pré-escolar no seu todo está inserida na gestão da rede escolar, as actividades estão noutra rubrica. (...) o gasto com a dinamização das actividades é cerca de quatro por cento do orçamento da educação.”</p>

Identificação de Problemas (IRP)		Transportes Escolares	<p>IRP. 1.1. – “(...) os processos que nós tratamos, mensalmente, que causam sempre aqui algum <i>stress</i> (...) o requisitar das senhas aos T.S.T., o facto de ir distribuir as senhas pelas escolas, de serem vendidas pelas colegas que depois vão às escolas vender as senhas, a recolha das senhas, os miúdos, os alunos que não levantam as senhas nos períodos que estão definidos (...) aquilo que me preocupa, a mim e aos colegas da Divisão de Logística é sempre o trabalho que é feito todos os dias nas viaturas, quer com os motoristas, quer com as vigilantes nos comportamentos dos alunos dentro dos autocarros, porque a segurança é aquilo que nós nunca podemos descorar, por isso é que temos as duas vigilantes por cada uma das viaturas (...) verem se eles antes de iniciarem o transporte, cumprem todas as regras que são obrigados (...) A colocação dos cintos, a colocação das cadeiras, nos meninos que não têm determinado peso e altura. (...) Além de servir os munícipes (...) Que são os nossos clientes é que tudo corra bem no percurso e no serviço que nós prestamos.”</p>
----------------------------------	--	-----------------------	--

		Parque Escolar	<p>IRP. 1.2. – “(...) os grandes constrangimentos que existem são os de ordem financeira (...) Porque todos os equipamentos necessitam de manutenção e de uma conservação diária (...).”</p> <p>IRP. 1.2.1. – “(...) é a manutenção e a conservação dos edifícios diariamente (...) Porque, nomeadamente, nos edifícios de grande dimensão há muitas crianças, há muita utilização dos materiais e portanto, a degradação e a manutenção é necessária ser feita com mais regularidade para que as coisas se conservem (...).”</p>
		Acção Social Escolar	<p>IRP. 1.3. – “(...) basta nós termos aqui tantas variáveis como sendo as crianças, os pais, os professores. Portanto, são muitas pessoas envolvidas no processo e são muitos normativos legais, também. E esta matéria da Alimentação é muito sensível. Posso dizer que em termos da Acção Social Escolar, mais nos Auxílios Económicos, às vezes é a nossa articulação com os agrupamentos, porque também não estamos numa conjuntura muito fácil e às vezes não é fácil passarmos a informação, para ela ser seleccionada, devidamente, pelos agrupamentos, porque as</p>

			<p>famílias muitas vezes não sabem a quem se dirigir, e dirigem à Câmara, em vez de se dirigirem ao agrupamento. Mas pronto, nós vamos diminuindo esses conflitos, tentando resolver as questões. Outro grande, para mim o maior problema, é conseguir garantir, que, efectivamente, a empresa fornecedora que ganhou o concurso, cumpra todas as condições contratuais.</p> <p>(...).”</p>
	Prolongamento de horário	Pré-Escolar	<p>IRP. 1.4. - “(...) é um processo que envolve muitas entidades. Envolve a câmara por um lado, por um lado envolve um conjunto de auxiliares (...) são funcionárias da câmara mas que estão colocadas no jardim-de-infância e portanto, todos os problemas que daí decorrem (...) Porque nós somos a entidade patronal, mas quem avalia são as educadoras e a escola, portanto só isso cria e para quem é novo, cria aqui algumas dificuldades de percepção e de posicionamento, digamos assim. Depois temos as educadoras que têm a supervisão pedagógica das actividades, temos os agrupamentos, temos as várias realidades de cada jardim-de-infância, temos os pais que consoante é a estrutura socioeconómica de cada jardim-de-infância temos exigências, temos</p>

			<p>até formas de entender o que são as actividades diferentes e que nós temos que responder. Temos também muitas vezes, enfim, ou frustrações, problemas familiares, enfim, todo um conjunto de questões associadas às crianças e associadas à própria frequência das actividades com que nos deparamos. Muitas vezes sentimos que somos o escape de um conjunto de problemas que muitas vezes as famílias sentem, que depois se manifestam em quem se podem manifestar, normalmente, nós (...) embora nós dizemos que existe um regulamento e que o regulamento tem de ser cumprido, muitas vezes é complicado. (...) Todos os casos estão previstos em regulamento, portanto nós temos que enquadrar, não podemos actuar fora do regulamento e isso muitas vezes é difícil de perceber. (...) Depois temos aqueles que fazem parte do quotidiano que são as ausências dos professores, que muitas vezes os professores faltam, não faltam com essa regularidade, com muita regularidade, mas acontece um problema, uma situação qualquer e aí é um problema para nós (...) No início do ano, claro, temos sempre aqueles problemas, porque as inscrições para quem inicia no início do ano não são preenchidas aqui, são preenchidas nos agrupamentos, portanto, há sempre uma documentação que não foi</p>
--	--	--	---

			<p>entregue, há sempre alguém que pensou ter preenchido e que não preencheu a inscrição. E depois na reunião de pais que muitas vezes é no dia antes de começarem que se deparam que afinal não preencheu e que precisa que a criança fique logo no dia seguinte nas actividades e portanto, isso traz-nos uma pressão muito, muito grande nessa altura, portanto aqueles meses de Setembro e Outubro são sempre meses de grande pressão. (...) E tentamos resolver todas as situações, ainda que algumas nós sabemos que são as famílias que, enfim, por lapso não repararam, não viram, também não lhes foi explicado. Muitas vezes também não lhes é explicado o que são as actividades, o horário das actividades, também não fica claro, as famílias nem sabem muito bem naquilo que se inscrevem, ou não, ou às vezes nem a inscrição, não por decisão própria, mas porque, enfim, não perceberam, não entenderam, nem perceberam que não tinham feito. (...)”.</p>
	Auxiliares	Pré-Escolar	<p>IRP. 1.4.1. - (...) a questão mais problemática de facto são as ausências, porque nós neste momento não temos uma bolsa para substituições, portanto, que nos permita fazer substituições e portanto esse é o grande problema, fazer as substituições.</p>

			<p>Nós estamos acima do rácio determinado pelo Ministério da Educação, portanto temos sempre margem de manobra. (...) Imaginemos um jardim-de-infância com três salas, o rácio determina duas auxiliares, nós temos colocada a terceira auxiliar. Permite-nos aqui ter alguma margem quando alguma se ausenta. A questão que se coloca são nos jardins-de-infância onde temos duas salas, ou naqueles que são lugar único, que só temos uma auxiliar, só temos uma sala de jardim-de-infância, aí quando a auxiliar falta tem, necessariamente, de ser substituída. O mesmo se passa também nas actividades. (...) Porque quando o professor das actividades falta, os meninos ficam com a auxiliar, essa auxiliar garante essa continuidade do conjunto de regras do que é definido e consegue acompanhar os meninos. Portanto consegue acompanhá-los quer na componente educativa e depois fazer a transição para a componente socioeducativa. Por isso quando o professor falta, enfim, ainda assim, os meninos ficam com a auxiliar e portanto é feito outro tipo de trabalho, mas ele está realizado (...) Os outros são, essencialmente, quando estamos a fazer o</p>
--	--	--	---

			<p>mapa, porque são aquelas tais quatro variáveis que nós temos que concilia-las muito bem para definir que auxiliar corresponde melhor ao perfil, corresponde melhor ao jardim-de-infância. Portanto, tentar adequar aquilo que é necessário ao perfil de auxiliares que nós temos e portanto, esse é um desafio grande, esse é um desafio grande. Depois são os outros pequenos desafios da gestão diária de quase sessenta pessoas (...) São muitas, tendo em conta aquelas que estão em sala e as que estão no prolongamento de horário. (...)”.</p>
Melhorias (M)		Transportes Escolares	<p>M.1 – “(...) nós aqui na Educação queremos ter uma base de dados conjunta não só de transportes escolares, mas cruzar os transportes escolares também com a acção social escolar, por exemplo. (...) para se referir aqui uma série de indicadores e para evitar que as famílias no acto da inscrição, da matrícula, tenham que preencher vários documentos e solicitem às famílias vários documentos, ou seja, o mesmo documento várias vezes para uma série de processos que vêm para o Município. (...)”</p>

		Acção Social Escolar	M. 1.2. – “(...) Neste momento, eu acho que nós autarquia devemos dar um bocadinho o “salto” e passar para outros programas de educação alimentar, porque acho que a nível da qualidade, da estrutura do processo, no Programa de Alimentação acho que já conseguimos alguma estabilidade e devíamos passar mais para uma questão de educação alimentar que é o que se coloca neste momento. Porque nós não conseguimos fazer nada no contexto escolar, se não conseguirmos chegar às famílias de alguma forma, não é? Mas, não conseguimos ainda investir nessa área porque temos estado muito concentrados no cumprimento das condições contratuais e na garantia da qualidade das refeições que fornecemos. (...)”
		Parque Escolar	M. 1.3. – “Existem alguns projectos de construção e renovação (...) Neste momento temos a decorrer um concurso para remodelação de uma cozinha de uma escola de 1ºciclo onde se fazem refeições, onde existe confecção local. E temos outros projectos também para ampliação de uma escola de 1ºciclo, da Escola de Aires, nomeadamente, mas que neste momento se encontra em <i>stand by</i> .”

Opinião (O)		Transportes Escolares	O.1.1 – “No contexto e na conjuntura actual, não. (...) Acho que nós, na tal discriminação positiva que falei nas questões anteriores, já prestamos um serviço e uma mais-valia à nossa comunidade e aos nossos munícipes.”
		Parque Escolar	O. 1.2 – “(...) Precisamos de criar mais edifícios, ou seja, mais oferta a nível de 1ºciclo, quer na vila de Palmela, quer na vila de Quinta do Anjo e necessitamos também de ampliar neste momento a escola de Aires (...) precisa de mais salas de aula (...) E necessitamos também de criar mais salas de Jardim-de-Infância na freguesia de Palmela, que também é uma oferta que neste momento se encontra já muito além do seu limite (...)”
		Acção Social Escolar	O. 1.3. – “Não tenho dúvidas. Agora isto tudo tem a ver com a forma como se acede à Acção Social Escolar. E portanto, como é que se acede à Acção Social Escolar? Através do abono de família. O abono de família é calculado, o posicionamento dos abonos de família é calculado de acordo com o I.R.S. No início do ano lectivo 2011/2012 a declaração que as pessoas entregam é a que recolhem em Junho ou Julho de 2011, que tem a ver com os rendimentos que declararam em Outubro de 2010, que se

			<p>reportam ao ano de 2009, que são os rendimentos de 2009. Ou seja, há sempre um desfasamento entre o ano lectivo actual de dois anos e os rendimentos. Ora, se há alterações significativas no contexto da família, não é? Isto é uma injustiça, efectivamente. Do que me é dado a perceber, aliás ainda não consegui perceber se a Segurança Social actualiza, porque já nos apercebemos que para muitas famílias actualiza de imediato quando há alteração e para outras não. E, portanto não há aqui um rigor porque, efectivamente, se há uma alteração da condição socioeconómica devia ser alterado o escalão do abono de família. Mas penso que é só anual, para algumas famílias pelo menos. Mas também se passa ao contrário, ou seja, eu este ano em 2009 podia ter uma situação precária, não é? E agora até posso ter uma situação melhor mas estou a usufruir e portanto, há aqui uma injustiça. E nós percebemos que há muitas famílias que não precisam deste apoio, porque só passado alguns meses, porque alguém lhes disse que tinham direito porque estavam no escalão 1 ou 2 é que vinham pedir. Ora, se só vem pedir nessa altura era porque não precisava, não é? Porque se não tinham vindo.</p>
--	--	--	---

			Outras por desconhecimento, porque também há muito a pobreza escondida, encapotada, não é? (...).”
	Prolongamento de horário	Pré-Escolar	<p>O. 1.4. - (...) Encontra-se adaptado porque permite que exista um conjunto de crianças que tenham acesso a várias actividades que de outra forma não teria e permite sensibiliza-los para um conjunto de áreas e eu falo da música, falo do inglês menos, mas, principalmente, da música, que lhes permite ter um contacto com uma área diferente e sensibiliza-los para uma área diferente. Temos também a parte de física muito desenvolvida, temos três actividades da área de física, não é? Porque as crianças nesta idade gostam bastante, permite-lhes gastarem energias que têm acumuladas, não é? E também trabalharmos um bocadinho na prevenção da obesidade infantil.</p> <p>Têm duas vezes motricidade por semana e depois têm mais uma vez movimento e dança, portanto, permite-nos trabalhar e ajudar nos esforços que são feitos na componente educativa para prevenção desta área. (...) Dá-lhes acesso e, principalmente, às crianças da zona rural, que normalmente estão mais afastadas do acesso a</p>

			<p>um conjunto de actividades que existem e que muitas vezes os pais das zonas mais urbanas ainda vão com os meninos terem um conjunto de actividades extra-curriculares, digamos assim. (...) Eu penso que a única coisa que, de facto os pais algumas vezes apontam, enfim, nalguns casos é questionável se precisam ou não, mas de uma forma geral os pais apontam, é o horário de terminar às dezassete e trinta. Alguns encarregados de educação gostariam de ter esse horário alargado. Nós determinamos este horário em função de uma negociação com encarregados de educação, representados através de Associações de Pais e agrupamentos e respectivas educadoras. (...)”.</p>
	<p>Função dos auxiliares junto das crianças</p>		<p>O. 1.4.1. - “Faz todo o sentido (...) Existem um conjunto de tarefas bastante grandes que as auxiliares fazem e que acaba por lhes dar uma ligação muito maior às crianças. Ou seja, elas conseguem apoiar... nós temos um grupo com, vou dar um exemplo, temos um grupo com vinte e cinco crianças, temos um grupo de crianças e as crianças funcionam todas a ritmos diferentes (...) Temos um conjunto de crianças que é muito rápida e que já termina o trabalho e a educadora está a tentar gerir as dinâmicas das crianças todas, a auxiliar aí é um contraponto e faz todo</p>

			<p>o sentido, porque vai ficar a ajudar aquelas que por timidez, ou porque o seu ritmo é mais lento, consegue ajudá-las a acompanhar o resto do grupo. Consegue ajudar a educadora a impor um conjunto de regras, a impor a sua dinâmica, fala, faz a vigilância no momento do recreio. Tem uma parte fundamental no momento das refeições, porque é a figura essencial naquele momento (...) o trabalho em sala é fundamental e elas ganham uma ligação muito, muito importante às crianças naquele momento e temos sempre crianças que olham para as auxiliares com um carinho muito especial, como aquelas que lá estão para ajudar, que as vão ajudar a superar aqueles pequenos obstáculos ao longo do dia (...) Porque nós temos uma realidade muito diferente nos jardins-de-infância, temos jardins-de-infância onde temos, maioritariamente, crianças com cinco anos e algumas já com seis que foram condicionais e temos outros jardins-de-infância com crianças com três anos, maioritariamente, entre três e quatro anos e aí o apoio então é insubstituível e fundamental. (...) as nossas auxiliares (...) têm de facto um perfil muito específico, porque o facto de estarem em sala, o facto de acompanharem a educadora no</p>
--	--	--	---

			<p>projecto pedagógico que foi determinado, o facto de conhecerem e saberem o plano de actividades e conhecerem aquilo que é feito e</p> <p>saberem o objectivo e o que se pretende atingir com cada actividades, dá-lhes um conjunto de conhecimentos acerca daquelas crianças e o desenvolvimento daquelas crianças e da sua evolução ao longo do ano lectivo que lhes permite ter um <i>know-how</i> que não é comum ao nível das auxiliares, pelo menos nas auxiliares que nós conhecemos, têm uma especificidade muito interessante. Porque permite-lhes, perfeitamente estar com um grupo de crianças e claro, sempre com uma supervisão. (...) Conseguem desenvolver algumas actividades com as crianças, sabem o que é suposto fazer e atingir com as crianças, porque trabalham muito com a educadora, trabalham muito o projecto, trabalham muito as actividades, planificam aquilo que fazem e porquê que fazem. Portanto há aqui uma relação e uma interdependência e uma capacidade de agir em conjunto e para aquelas crianças, que é muito importante. (...)”.</p>
--	--	--	---